



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DEPARTAMENTO DE LETRAS
MESTRADO EM LITERATURA E INTERCULTURALIDADE**

SEBASTIÃO TAVARES DA SILVA SOBRINHO

**MARGENS DA EXISTÊNCIA E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA N'A
TERCEIRA MARGEM DO RIO DE JOÃO GUIMARÃES ROSA**

Campina Grande
2010

SEBASTIÃO TAVARES DA SILVA SOBRINHO

**MARGENS DA EXISTÊNCIA E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA N'A
TERCEIRA MARGEM DO RIO DE JOÃO GUIMARÃES ROSA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, na linha de pesquisa Estudos Socioculturais pela Literatura, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de mestre em Literatura e Interculturalidade.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos de Melo Magalhães

Campina Grande
2010

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S586m Silva Sobrinho, Sebastião Tavares da.
Margens da existência e experiência religiosa N'A terceira margem do Rio de João Guimarães Rosa [manuscrito] / Sebastião Tavares da Silva Sobrinho. – 2010.
117 f.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2010.
“Orientação: Prof. Dr. Antônio Carlos de Melo Magalhães, Departamento de Letras e Artes”.

1. Análise Literária. 2. Fenômeno Religioso. 3. Existencialismo. I. Título.

21. ed. CDD 801.95

SEBASTIÃO TAVARES DA SILVA SOBRINHO

**MARGENS DA EXISTÊNCIA E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA N'A
TERCEIRA MARGEM DO RIO DE JOÃO GUIMARÃES ROSA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual da Paraíba, na linha de pesquisa Estudos Socioculturais pela Literatura, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de mestre em Literatura e Interculturalidade.

Nota de aprovação _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Carlos de Melo Magalhães
(Orientador)

Prof. Dr. Douglas Rodrigues da Conceição
(Examinador)

Prof. Dr. Eli Brandão da Silva / UEPB
(Examinadora)

Campina Grande
2010

DEDICATÓRIA

*Ao meu pai Lino
Homem da canoa e do rio*

AGRADECIMENTOS

A Deus, companhia que inspira, seduz e convoca para a entrada na canoa que faz seu percurso pelo fluir das águas da existência promovendo o aparecimento do novo ser e da nova vida.

À minha amante e companheira de todos os momentos Vânia e à minha linda e estimada filha Thayná que contribuíram no navegar do rio tendo paciência e entendimento no meu silencioso navegar.

À Primeira Igreja Batista de Campina Grande pelo seu cuidado e amoroso incentivo nessa aventurada travessia que expressa e esconde a partir das águas, o fluxo do ser mais.

Ao meu amigo, irmão e companheiro de tantas travessias feitas Eli Brandão da Silva, navegador da vida que inspira e convoca outros tantos navegares.

Ao meu orientador, amigo e irmão de águas e companheiro das horas mais desafiantes, Antonio Carlos de Melo Magalhães, pela atenção, sabedoria e afeto em todos esses pedaços de rio acima, rio abaixo, rio.

Aos meus amigos e amigas de tantas outras travessias, às vezes conturbadas. Porém, clareados com a luz da amizade e da companhia.

Amo os grandes rios, pois são profundos como a alma do homem. Na superfície são muito vivazes e claros, mas nas profundezas são tranquilos e escuros como os sofrimentos dos homens. Amo ainda mais uma coisa de nossos grandes rios: sua eternidade. Sim, rio é uma palavra mágica para conjugar eternidade.

(João Guimarães Rosa)

RESUMO

Este trabalho parte da compreensão de que a obra literária se estabelece como prática cultural e que se constitui incorporando estratos textuais e discursivos das mais variadas procedências, captados do ambiente sociocultural, engendrando um complexo tecido. Analisamos a obra *A terceira margem do rio* de João Guimarães Rosa, cotejando a filosofia existencial em Jean Paul Sartre. Focamos nosso olhar sobre as personagens principais, “Nosso pai”, “Nossa mãe” e o filho na perspectiva de identificar como se constituem em representações densas, complexas e profundas do ser humano em face da liberdade. A poética rosiana em *A terceira margem do rio* se desenvolve numa trama familiar narrada pela personagem o filho que registra os acontecimentos imaginados e observados por ele. No primeiro capítulo da dissertação embarcamos na canoa rosiana em busca de identificar a fortuna crítica da obra em análise. No segundo capítulo tratamos das poéticas de decisão da existência verificadas em “Nosso pai”, “Nossa mãe” e no filho e como constroem suas escolhas e decisões de Ser em face da liberdade. No terceiro capítulo tratamos em analisar o fenômeno religioso a partir de seus usos e dimensões, enquanto liberdade, contemplação e controle delineando o existir das personagens. Por fim, apontamos possibilidades de existência evidenciadas nas escolhas e decisões das personagens na permanente busca de se construírem a partir do si mesmo, instaurando dimensões aberta para a criação de novos e significativos mundos.

Palavras-chave: Literatura; existência; fenômeno religioso; liberdade.

ABSTRACT

This work stems from the understanding that the literary work is established as a cultural practice and that it is incorporating textual and discursive strata of the most varied origins, collected from the sociocultural environment, generating a complex tissue. Reviewed the work the third bank of the River of João Guimarães Rosa, comparing the existential philosophy of Jean Paul Sartre. We focus our attention on the main characters, "Our Father", "Our mother" and son with a view to identify how representations are dense, complex and profound of human beings in the face of freedom. Poetics Rosean in the third bank of the river is on a family plot narrated by the character's son that records the events imagined and observed by him. In the first chapter of the dissertation rosiana boarded the boat in order to identify the critical fortune of the work in analysis. In the second chapter deals with the poetics of the existence of decision analysis in "Our Father", "Our mother and the child and how they construct their choices and decisions to be in the face of freedom. In the third chapter dealt to examine the religious phenomenon from its uses and dimensions, while freedom, contemplation and control outlining the existence of the characters. Finally we point out possibilities of existence revealed by choices and decisions of the characters in the continuing quest to build from itself by introducing open dimensions for the creation of significant new worlds.

Keywords: Literature; existence; religious phenomenon; freedom.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPITULO I	
1. PERSPECTIVAS CRÍTICAS: EMBARCANDO NA TERCEIRA MARGEM.....	13
1.1 NAVEGANDO NA TERCEIRA MARGEM DO RIO.....	13
1.2 CONVERSANDO COM OS NAVEGANTES DA TERCEIRA MARGEM DO RIO.....	34
CAPITULO II	
2. AS DECISÕES POÉTICAS DA EXISTÊNCIA	41
2.1 “NOSSA MÃE”: ENTRE SER EM-SI OU PARA-SI.....	43
2.2 FILHO NARRADOR: ENTRE SER EM-SI OU PARA-SI.....	55
2.2.1 Homem das memórias.....	55
2.2.2 Homem vinculado ao mundo das margens.....	57
2.2.3 Homem dependente dos absolutos instalados	60
2.3 NOSSO PAI: PARA-SI (ALÉM DAS MARGENS).....	65
CAPITULO III	
3. RELIGIÃO EM GUIMARÃES ROSA.....	77
3.1 RELIGIÃO, USOS E DIMENSÕES.....	85
3.2 RELIGIÃO COMO LIBERDADE E MISTÉRIO REPRESENTADO EM “NOSSO PAI”	90
3.3 A RELIGIÃO COMO NARRATIVAS DAS MARGENS REPRESENTADAS NO FILHO.....	100
3.4 A RELIGIÃO COMO CONTROLE REPRESENTADA EM “NOSSA MÃE”	104
CONCLUSÃO.....	111
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

Propomos neste trabalho apresentar uma possível interpretação do ser humano mimetizada na obra *A Terceira margem do rio* de João Guimarães Rosa in: Primeiras estórias. Assim, tomamos o conto *A Terceira margem do rio* como âmbito de possibilidades que se descortina no espaço e lugar metafórico representativo de decisões e expressões da existência.

Objetivamos compreender, a partir da análise dos processos de existência humana e das qualidades das decisões empreendidas pelas personagens “Nosso pai”, “Nossa mãe” e filho, como na representação literária rosiana se evidencia esse humano que se aventura no desafio de viver frente aos dados impostos pelas suas condições existencial densa, complexa e profunda desvelada na linguagem, posturas e gestos estabelecadores de seus relacionamentos com a realidade em face da construção de Ser livre e, portanto, capaz de fazer uso de sua liberdade.

Apreendemos em nossa leitura que, em face do exercício de libertação, as personagens vão enveredando na perspectiva de confrontar-se com disposições e *habitus* já estabelecidos. Nesse confronto que se processa entre avanços e recuos instaura-se a possibilidade de novos e desafiadores percursos não somente desconhecidos, mas também, misteriosos capazes de construir uma completa e nova significação existencial.

No primeiro capítulo incursamos na fortuna crítica de Guimarães Rosa, especificamente, estudos concentrados no conto *A terceira margem do rio*. Nessa breve visada constatamos o amplo leque de possíveis hermenêuticas dessa misteriosa terceira margem do rio que serve para falar de temas diversos como: religiosos, políticos, filosóficos, antropológicos, literários... Esse último reforça a plurissignificação do texto, afirmando na poética rosiana, cruzamento de vários discursos donde se depreende elementos do corriqueiro e do extraordinário da vida.

No segundo capítulo procuramos nos concentrar nas decisões da existência exercidas no conto por meio das personagens principais: “Nossa mãe”, o filho narrador e “Nosso pai” procurando examinar mais detalhadamente, a partir de uma leitura da filosofia existencial sartreana, a mundivivência desses personagens, suas escolhas e seus procedimentos frente às suas condições de existência. Nesse capítulo ressaltamos três modalidades de existência: a existência de “Nossa mãe” que representa a postura defensora e protetora dos valores das margens dadas; a existência representada pelo “Filho narrador” que se mantém no frágil das margens ainda que vislumbre outros mundos possíveis, mas que, por falta de coragem em assumir a convocação para outros universos existenciais, não realiza a decisão de encontro e se transforma num defensor das margens, no sentido sartreano, renuncia a decisão de libertar-se, transfere para outros, opta em desprezar o surpreendente acomodando-se aos rasos da vida e do mundo, renunciando seu direito de pautar sua existência a partir de suas próprias escolhas. Finalmente, a existência do “Nosso pai” que representa o salto para além das realidades concebidas e dadas instalando no conto o percurso de uma terceira margem, um não lugar, um lugar de exceção, um lugar enigmático, metafórico, mi(s)tico, dizível somente pela grandeza e profundidade da linguagem poética. Espaço de resignificação da existência.

No terceiro capítulo, tratamos do tema da religião que, em nossa leitura do drama, se torna possível por dois motivos imediatos. Em primeiro lugar por ser Guimarães Rosa um literato que evoca em seus escritos o valor e a relevância do elemento religioso. Em segundo lugar, por que em *A terceira margem do rio*, temos sinalizações religiosas abundantes que descrevem as várias possibilidades de tratar e usar esse elemento que é primal na constituição do ser humano. No desenvolvimento do capítulo analisamos, a partir da personagem “Nossa mãe”, a tendência da expressão religiosa que vive e se alimenta das normas estabelecidas utilizando a religião como força ideológica para sustentação de um corpo de regras e normas estabelecidas impossibilitando a qualquer custo a experiência religiosa que confronta e contesta no sentido weberiano os tipos sociais designados. Analisamos a

expressão religiosa vivenciada pelo filho narrador como aquela que, limitada pela argumentação das margens, não é capaz de experimentar, não obstante visualize, a força e o encontro com o misterioso uma vez que essa é uma experiência pessoal e não pode ficar na dependência de um relato. Por fim, analisamos a experiência religiosa de “Nosso pai” como uma expressão de rompimentos com normas, lugares e doutrinas, uma vez que, em seu percurso existencial rompe com o institucionalizado, ultrapassando lugares tidos como centros da religião, e realiza sua experiência religiosa no encontro com o mistério, o silêncio e, na fertilidade das águas místicas, envolvendo-se com as resignificações daí provenientes, assim, experimentando o inefável, o indizível e o apofático.

A terceira margem do rio, por ser conto literário que retrata e refrata o universo da condição e dos segredos humanos, como é a função do texto literário por excelência, constitui-se em percurso indispensável, para quem procura, inquieto, e em angústia, o drama da existência com todos os seus dilemas e sonhos. Abrangente, em seu fértil terreno, acolhe pensar a vida em seus diversos campos e, por isso, se porta como conto que apreende o universal como é o sabor e saber da literatura rosiana.

A relevância dessa específica leitura, entre tantas outras já realizadas, coloca em foco o drama da existência humana na literatura não apenas, como reflexo, mas também como refração de possíveis mundos. Os caminhos e sentidos já dados e conhecidos são sempre abertos à superação e, por isso mesmo, o existir se torna permanentemente, um olhar que confia a discontentabilidade com aquilo já impregnado e canonizado. A Imaginação, pra quem se dispõe a existir, se alimenta das possibilidades em criar rupturas e, por consequência, estranhamentos, viabilizando o ainda não dito e não feito. Esse é o procedimento pontualizado do “Nosso pai” no conto. Uma vez segregado pela cultura e caráter das margens, resolve em seu silêncio ativo, desligar-se do instituído, empreendendo novos rumos e dizeres para si, mergulhando na fluidez das águas. Essa leitura ainda se justifica por apresentar novos e possíveis diálogos entre a literatura e religião, filosofia, sociologia...

Tomando como referencial de análise a filosofia existencial Sartreana, apropriamo-nos dos conceitos: escolha, decisão e liberdade como responsabilidade do Ser, nesse sentido o drama do existir, se apresenta como gesto consciente e persistente. Desse modo, o drama vivenciado pelo “Nosso pai”, protagonista do invento criativo, ousa num gesto consciente e persistente a decisão de um encontro com um espaço alternativo - o terceiro espaço. A busca por ele, instaura o encontro com o profundo do rio e da vida, o contrário seria o agriolhamento às margens que, superficializa e preserva os rasos do mundo. O espaço de exceção escolhido por “Nosso pai”, a partir dessa específica leitura se configura como lugar de rejeição e de ruptura, ao mesmo tempo como lugar inventivo que desconstrói e desautoriza postulados, e que, embarcando na direção do inverso, constitui-se como espaço que incomoda, intimiza, fundando uma nova constituição de Ser. De modo que, a acomodação às margens do rio foi superada pelo ato de consciência e negação da rigidez do estabelecido, instituindo o exercício da sua liberdade.

CAPITULO I

1. PERSPECTIVAS CRÍTICAS: EMBARCANDO NA TERCEIRA MARGEM DO RIO

Muitos são os olhares na direção da *terceira margem do rio*, conto mais primoroso de Guimarães Rosa. Os posicionamentos que se dão em diversos pontos das margens, elaboram diferentes análises pelos que pretendem ousar e acompanhar (se isto for possível) o percurso do protagonista. Este, optando, mansamente, sem mais palavra ou motivo, calado como sempre foi, entra em sua canoa fazendo dela seu outro lugar, seu habitat líquido da existência instaurando assim sua terceira margem, tal pretensão possibilita a escuta da voz angustiada do antagonista - filho narrador que, em defesa das margens não as despreza, tão pouco assume a fluência do rio, padecendo por se constituir naquele que não fez a necessária travessia em tempo oportuno, permanecendo nos rasos do mundo e na aflição de quem não soube em vida, enfrentar os limites. Também em defesa da margem, “Nossa mãe”, analogamente ao “filho”, a percebe como lugar de fixação e segurança. Entretanto, sua percepção no tocante ao significado do rio diverge da percepção do filho e do “Nosso pai”; para esse último, o rio é lugar de invento do novo, enquanto que para ela é lugar comum pois esse rio é compreendido como espaço de não pertença por isso o rejeita e o desconhece enquanto lugar de construção do ser.

Na perspectiva de identificar como se constrói esse Ser na literatura rosiana convocamos alguns autores para navegar conosco na terceira margem do rio.

1.1 NAVEGANDO NA TERCEIRA MARGEM DO RIO

O trabalho de Josuel Kovalski, procura analisar comparativamente em *Conversa de Bois* e *A terceira Margem do rio* de Guimarães Rosa, motivos mítico-mitológicos que abarcam a obra rosiana, compreendendo que as esferas artística, mítica e científica, permeadas logicamente pela linguagem, envolvem o ser no mundo e, embora possuindo suas diferenciações significativas, estas grandes esferas coexistem interligando-se e inteirando-se de tal maneira que nenhuma delas consegue auto-existência. Sua compreensão da literatura rosiana é permeada pelo pensamento mítico e pelos tecidos metafóricos, que requer um debruçar pelo lado simbólico do pensar e pela convocação do poético. Apropriando-se do conceito de Daemonização de Harold Bloom, Kovalski faz uma correlação entre os relatos míticos de Telêmaco e a estória de Tiãozinho; Édipo e Laio e *A terceira margem do rio*, apontando ser Guimarães Rosa um ressuscitador e recriador de mitos. Em ambas as estórias, percebe-se a presença do contra sublime em relação ao sublime do precursor. Na novela *Conversa de Bois*, Tiãozinho é cerceado pelo Soronho e no conto *A terceira margem do rio*, o filho vai contra o sublime não assumindo o lugar do pai na canoa. O autor apresenta Guimarães Rosa como aquele escritor que sabe, não somente regionalizar mas, também, universalizar o homem pela força de sua imaginação. O que permite, apesar de uma realidade tão definida, fazer uso dos sonhos como válvula de escape necessária, tal qual foi possível aos homens de antigamente, a formulação de mitologias por meio de deuses e religiões. “Somos seres feitos das matérias dos sonhos, buscamos a comunhão com o que nos torne transcendentos” (KOVALSKI, 2008 p.67). Nessa perspectiva a literatura é o espaço, por excelência, que nos permite a atividade criadora de vistoriar o real, de buscar o novo e de hospedar os sonhos e os anseios na sempre possibilidade de revisitar a vida e o mundo.

Em seu trabalho comparativo de análise dos romances, *A jangada de Pedra* de José Saramago e o conto *A terceira margem do rio* de João Guimarães Rosa, baseada nas contribuições de Benjamim Abdala, Terezinha Gema Lins Brandão Chaves aproveita os percursos discursivos em ambas as obras, só possível nesse seguir dos ventos e do silenciamento, na aventurada

abertura de construir um futuro que envolve e enfrenta carências, mas também que hospeda uma abertura de feição singular e decisiva. Ao analisar o mais desafiador e misterioso chamado, em ambos os romances, a autora compreende ser o conto *A terceira margem do rio*, uma tentativa de reagrupar o homem com o seu primordial, ou seja, com a natureza, desvinculando-o da lógica social construída nas margens. Desse modo compreendemos que ocorre uma luta acirrada e permanente entre o ser natural, evidenciado na decisão do “Nosso pai” de mandar fazer a canoa e entrar nela, fazendo seu caminho fluvial, e o ser social refletido na família e nas instituições das margens que, privilegiando a convivência e a sobrevivência dos postulados definidos e ratificados, posicionam-se na defensiva permanência da estrutura delineada. A autora destaca que o conto pretende questionar os valores universalizantes das margens dadas, a lógica comum prevalecente; e, numa atitude pensada e desejada, rejeitá-los como valores supérfluos e, por isso mesmo, desprezível, criando uma nova ordem de relacionamentos possíveis. Isso evidencia que o discurso político manifestado em imagens-ações pela figura do “Nosso pai”, é incompreendido e rejeitado pelos habitantes das margens. Assim compreendemos que,

por ferir o sistema social estabelecido nas margens, o ambiente do pai é condenável. No entanto, através dele é possível um retorno às raízes, ao passado puro, ao Homo sapiens (BRANDÃO, 2008, p.5).

Nessa perspectiva toda a intervenção criativa e significativa realizada pelo “Nosso pai”, envolve seu decisivo encontro com os caminhos naturais: o rio, a canoa, a natureza. Sua decisão é a busca permanente de uma harmonia com o mais primitivo, revelando a reintegração do homem em sua unidade primordial. Seu silenciamento, constitui-se em linguagem que denuncia a trivialidade dos sistemas e, por outro lado, abre as possibilidades para o espaço da não extinção enquanto ser. Assim, deslocando-se, em silêncio e enfrentamentos naturais nas águas simbólicas, misteriosas e férteis do rio, faz o percurso incompreendido pela família. No entanto, determinante para a sustentabilidade da existência e do significado mais profundo de quem deseja criar o escapismo e o sentido de

liberdade. De modo semelhante, *A Jangada de Pedra*, de José Saramago, faz a decisão de desprender-se do seu lócus estabelecido tomando a decisão de vaguear procurando seu lugar no mundo, uma vez que fez a decisão de não ser integrada às margens dadas da comunidade econômica européia. Desta forma, enquanto vagueia ao encontro das suas ex-colônias, aglutina sua singularidade de buscar seu terceiro espaço primordial, evidenciando seu desligamento aberto com sua condição geo-político-econômico-cultural-discursiva dada. Navegando misteriosamente pelo terceiro espaço, lugar deferido, à deriva, o território ultramarino português se desliga de conceitos eurocêntricos e dos sistemas consolidados e perfaz seu novo rumo pela atlanticidade, ibericidade e mediterraneidade, que marcaram a história de Portugal. A autora concorda que a decisão de deslocamento sempre afeta as ordens estabelecidas provocando inquietações e indeciframentos por parte dos sistemas fixados, por que são movimentos não dominados pelos sistemas vigentes, o que vem corroborar com o que Benjamim Abdala diz: “essas decisões de rompimentos escapam ao racionalismo tecnocrático de curto horizonte” (ABDALA, 2003, p.72). Deste modo, os textos *A jangada de Pedra* e *A terceira margem do rio*, são compreendidos enquanto modelos que denunciam repertórios históricos-culturais e, ao mesmo tempo, convites abertos para circulações mais intensas nas águas fluentes do habitat líquido da transcendência.

Em seus estudos *A terceira margem do rio*, Adélia Silvestre superando as conclusões dos críticos que, geralmente, tomando o título do conto, apontam que seja uma nova realidade, transcendência, o encontro de uma outra vida, e a superação dos limites humanos, seu interesse navega na perspectiva de saber sobre a qualidade de *A terceira margem do rio*, analisando qual tipo de espaço deve ser. Nesse percurso, desenvolve os conceitos de utopia e heterotopia de Michel Foucault, tendo em vista a localização desta terceira margem como “uma heterotopia representa um lugar real que é completamente diferente de todos os lugares numa sociedade, os reflete e fala deles” (FOUCAULT, apud SILVESTRE 2007, p. 2). A autora percebe a existência de paradoxos, a partir do

próprio título, o que será refletido na atitude do pai em relação a si mesmo, ao filho narrador, e aos demais personagens do conto. Pelo que, para ela a

margem denota lugar de fixação. Só que é terceira. Nenhum rio tem uma terceira margem. Terceira, denota um desafio à compreensão. Estamos, pois, diante de paradoxos (SILVESTRE, 2007, p.1).

O que requer uma compreensão que se desenvolve a partir da imaginação do que vem a ser essa terceira margem do rio. Para isso é preciso imbuir-se de um desejo por outro espaço possível, que só pode existir como resultado de uma ação “desordenada”. A autora fala que esse outro espaço é possibilitado pela alteridade, pela arte decisória de uma vida num outro espaço em que “um ele ordeiro” vira “o ele escolhedor da desordem”. Ele rompe com a ordem estabelecida de maneira a “todos pensarem de “Nosso pai” a razão que não queriam falar: doideira” (ROSA, 1976, p. 28). Na esteira foucaultiana

A loucura representa um comportamento que difere da média ou da norma. O louco é o outro que, por um lado, não cabe, pelo seu modo de ser, no sistema da ordem estabelecida pela sociedade; e, por outro lado, ainda deve estar incluído porque se quer reduzir sua alteridade (FOUCAULT, apud SILVESTRE, 2007, p. 2).

Portanto, imaginar uma terceira margem é criar um outro espaço não autorizado, utópico e heterotópico. Representa abrir um espaço entre dois mundos-espacos já estabelecidos.

Desse modo, fica denotado que o lugar do “Nosso pai” é uma utopia, um lugar além de todos os lugares, “um lugar do além” na percepção do filho narrador. Assim, *A terceira margem do rio* se constitui noutro espaço próximo e distante dos demais, ausente e presente, lugar real e ficcional. Representa uma polifonia de espaços. É lógico que a ordem designa esse espaço terceiro como lugar de (des)ordem, tornando-o em lugar de utopia. Porém, para “Nosso pai”, lugar heterotópico de vivência possível. Portanto, *A terceira margem do rio* sinaliza um lugar da utopia - para o filho narrador; e um lugar da heterotopia para “Nosso pai”, que transforma o lugar imaginado em lugar efetivamente realizado. Vivendo *na* ou *como* terceira margem, o pai evidencia uma utopia realizada. A autora entende ser Rosa e sua produção literária, uma voz

construtora dos “outros espaços” repletos de plurisignificações, polifônicos, como é o caso de Grande Sertão: Veredas, por exemplo, denunciador igualmente de paradoxos: espaço do seco e do encharcado, do aparente localizável e do abrangente, espacial e discursivo, geográfico e pensamento. A linguagem rosiana, é entendida como linguagem que faz a terceira margem - outra linguagem de caráter heterotópico que aparece como linguagem que renova a língua renovando assim o mundo, um “*thirdspace*”, outros espaços, ou seja, uma heterotopia espacial e discursiva para mover-se rumo ao encontro de novas utopias.

O estudo de Davi Pessoa Carneiro apresenta-se como uma tentativa de entender Guimarães Rosa em seu compromisso com a exploração das potencialidades do discurso, com a qualidade estética do texto e com a consciência de ficcionalidade da obra. Seu compromisso de renovar a língua literária, desprendendo-a de seus limites restritivos regionalistas e de suas dependências estéticas advindos da vanguarda européia. Na sua compreensão a escrita rosiana desencarcera a língua, dispondo-a numa provocadora criatividade, tecendo uma renovação do mundo que é feita pela diluição de fronteiras até então bem definidas pelo senso comum como excludentes: sanidade e loucura, história e estória, tempo e espaço, local e universal, língua vernácula e língua estrangeira. O que leva a confirmar que a obra literária rosiana vem provocar um desequilíbrio e uma ruptura com o até então delineado, tornando sua produção um ato político com a língua. O autor entende ser *A terceira margem do rio* um acúmulo da explosão do sentido poético: o silêncio do pai, como poder criador de um outro lugar ou de um não-lugar; e o conto, no seu geral, lugar onde o triádico aparece na figura principal do texto: pai- rio- filho. Para ele, traduzir Guimarães Rosa “é uma tarefa árdua exatamente por sua marca distintiva de procedimento inovador perante a língua” (PESSOA, 2007, p. 8). E ainda acrescenta ser Guimarães Rosa um especialista em desequilibrar a língua, um inovador e revolucionador de seu uso a ponto de provocar um estranhamento em quem se aventura a lê-lo, um mestre em arranjo de signos que nos impõe à reflexão, um escritor capaz de ocultar significados e

alterar lógicas lingüísticas... Assim, a escrita rosiana coloca o leitor frente a frente com entidades vivas que se transformam a cada instante. Portanto, a palavra rosiana é percebida como palavra-aventura, palavra criadora de significados e de mundos novos, carregada de intencionalidade poética, deslocante, revitalizadora, embrenhada de metafísica.

Os estudos de Flavio Alexandre Ponchirolli, em *A Estilística da Adaptação e Inadaptação*, uma análise de *A terceira margem do rio* de Guimarães Rosa, apontam uma análise detalhista e pormenorizada dos recursos estilísticos do conto, levantando minuciosas análises à busca dos sentidos, em vários níveis, dos fonemas, palavras e frases rosianos, a fim de enunciar ou, quem sabe, omitir os sentidos do texto em sua enigmática e provocante palavra. Determinado em sua atenção de escutar e estudar os procedimentos estilísticos utilizados por Guimarães Rosa, palavra espontânea, inovadora e simbólica, Ponchirolli procede, heurísticamente, arriscando-se numa decisão de acurada observação e interpretação do conto. Em sua análise do conto, opta analisar a língua na sua expressividade estética prestigiando pormenores lingüísticos. Além disso, privilegia o próprio mundo do qual faz parte a fala de Guimarães Rosa – o mundo dos mitos e da cultura popular. O autor discorre sobre as três partes do conto por ele percebidas: a sensação da normalidade da vivência do “Nosso pai”, a sensação de perplexidade do narrador devido o gesto de “Nosso pai”, e a presença do trágico. De modo geral, sua análise heurística e hermenêutica, vão considerar esses três momentos por ele analisados no conto, oferecendo ao drama, muitas luzes devido sua análise detalhista. Ponchirolli, estuda *A terceira margem do rio* como a terceira opção, além da razão e da aparente normalidade da vida cotidiana, que nubla as verdades principais do homem, bem como sua busca consciente. Destaca que, na visão do filho narrador, o “Nosso pai” apresenta um comportamento inicial de adaptação, ou seja, ajustado com as margens da normalidade, razão e lógica o que o leva a ser prestigiado e honrado pelas vozes das margens, como um ser de total enquadramento nos esquemas estabelecidos, desenvolvendo uma existência social do “sim”, sempre cumpridora. Nesse sentido, vive integrado ao

funcionamento lógico da vida nas margens, seguindo o papel e a função que a sociedade lhes prescrevia. Sua vida, antes da busca pessoal, apresenta-se no “circulo do sim”, que é a afirmação do papel social que “Nosso pai” tinha na sociedade de neutralidade pessoal em prol de uma existência social “cumpridora”. Ele chama esse momento do conto de “normalidade flagrada”. Avançando em sua análise, detecta o momento em que se instala, no conto, os tons de estranhamento, perplexidade e mistério, uma vez que “Nosso pai” mandando fazer uma canoa e nela entrando para dela não mais sair, termina fundindo-se a ela no decorrer do conto, sendo seu lugar simbólico de adaptação para um encontro de uma busca pessoal, profundo mergulho dentro de sua própria interioridade. Essa integração do homem consigo mesmo e com o Cosmos, revela sua inadaptação com as margens, promovendo um estado de surpresa e perplexidade exatamente pelo elemento mágico, não racional, ilógico que acompanha o gesto do pai. Por não entender a atitude misteriosa que acompanha o “Nosso pai”, as margens representadas pela figura do filho - mesmo admirando a atitude do pai, continua preso às margens - da família e das instituições, se movimentam na direção de desativar o comportamento “anti-social” do pai, o que não conseguem, devido à habilidade do “Nosso pai” em viver mais próximo dos embrenhamentos do rio, firmando-se enquanto ser. Conforme Ponchirolli “A partir desse momento, o pai resguarda-se para si, para sua busca pessoal e nada mais diz. Nada mais tem a dizer para o mundo. É o mergulho dentro de sua própria interioridade” (PONCHIROLLI, 2006, p.46). Em sua continuada análise do conto, Ponchirolli, percebe no filho narrador, os aspectos melancólicos e culposos pelo fato de não ter tido coragem de assumir o lugar do pai na canoa, no rio e na natureza - símbolos ilógicos para quem prefere as margens. Convivendo como pessoa dos dois mundos e entre dois espaços, com a tristeza, o sofrimento, a doença e com profundas interrogações, o filho narrador se define devido seu mundo interior repartido, desgastado e sofrido, pela sua falta de coragem em não aproveitar a oportunidade que teve de substituir o pai, permanecendo nos rasos das margens, culpado. Em tom lírico e emotivo, essa parte do conto se apresenta carregada de questionamentos

expressados pelo filho pra si mesmo, o que intensifica suas fortes perturbações interiores desejando o falimento pleno de sua vida devido sua permanência na indecisão, tornando seu mundo indeciso. Essa atitude é a antítese da idéia de habitar a profundidade decidida pelo pai, e confirma o desespero de não ter ascendido ao universo mítico e atemporal, rendendo-se à fugacidade da vida. De acordo com Ponchirolli (2006, p. 107), “O filho narrador sofre a dor por não ter dito o “sim” no momento em que seu pai lhe oferecera a canoa; é a dor da culpa.” O autor percebe o conto, como um drama de profunda intensidade poética, aonde as marcas do lírico vão gradativamente se apresentando como definitivas, como um espaço-convide mítico, misterioso e simbólico, que desafia o ser humano a tomar sua própria e única decisão em busca de sua primordialidade, o que aponta e requer enfrentamentos com o desconhecido e o misterioso. Enfrentamentos, que o filho narrador não ousou fazer ainda que tenha tido oportunidade, o que o torna um tanto mais culpado, apreensivo e sofrido que os demais habitantes das beiras dadas.

Detendo-nos nas três partes da narrativa analisadas por Ponchirolli:

1. A sensação de normalidade e adaptação às normas e convenções presentes nas margens lógicas da sociedade racional;
2. Os tons de perplexidade do narrador diante do mistério e da escolha de nosso pai; e
3. O sentimento do trágico e os tons de melancolia do narrador diante de sua culpa

A primeira parte do conto é a cisão entre a permanência e a transcendência. A consciência de que o real visibilizado, sistêmico e ordenado não é o único e último caminho disponível à arte de viver e ser, faz a mente transgredir, sonhar, saltar e elaborar a defesa de um espaço de exceção. A construção transgressora desse espaço tem sua origem e crescimento no acúmulo convencionalizado e no espaço-silêncio eleito. Por isso, ainda que limitado, pelas agressões e valores não mais significativos e relevantes das margens estabelecidas, “Nosso pai” engendra sua adversidade em silêncio quieto, como que suportando o real dado até aquele momento: “mas se deu que, certo dia, “Nosso pai” mandou fazer para si uma canoa” (ROSA, 1976, p.27).

Essa iniciativa do “Nosso pai” parece denunciar que seu intento de não permanecer nas margens lógicas, já vivia alimentado daquela aparente permanência. O que nos leva à assertiva de que no real permanente estabelecido, já é possível a construção de um outro espaço, já possível à imaginação que movimenta o ego humano em empreender sua própria busca. Nos afirma Normam O. Brown, citado por Rubens Alves, que

é o ego humano que empreende a busca de um mundo para amar: ou antes, esse projeto, no substrato inconsciente do ego, guia a consciência humana em sua incessante busca de um objeto que possa satisfazer seu amor (O. BROWN, apud ALVES, 1987,p.65)

Em face dessa busca, o ato de negação do “Nosso pai” àquelas duas margens disponíveis e sacralizadas, acontece no ato mesmo de uma imagística transgressiva desse espaço-exceção já sonhado e dado, tornando o nosso personagem não mais um realista, mas um construtor de mundos – o que o faz “quieto”, pois habita para além da linguagem e das normas codificadas das margens. Por essa razão, acreditamos ser a primeira parte do conto, a narrativa de uma transgressão silenciosamente construída, um não real imaginado, amado e estabelecido em parceria com o sonho, embora, dentro de um tempo determinado e, ao mesmo tempo, minado, o “Nosso pai” apareça integrado ao funcionamento lógico da vida nas margens mediada pelas convenções e regras que devem ser aceitas e cumpridas. Assim, “Nosso pai” vive uma tensão entre o aparente e o mais além. Por um lado é cumpridor, ordeiro, positivo. Diz um “sim” à sensatez das margens. Por outro lado, manda fazer uma canoa: “... Nosso pai mandou fazer para si uma canoa” (ROSA,1976,p.27). Vive cindido. Como cindida é a existência.

A segunda parte do conto é o salto do “Nosso pai” para dentro da canoa. “Nosso pai entrou na canoa e desamarrou pelo remar” (ROSA, 1976, p.28). O novo tom da surpresa e do mistério se instala. Uma transcendência latente agora se faz transcensão patente. E este gesto em si, provocante e provocador, instaura o novo como superação do aparente e inaugura o mistério provocando inquietação, silêncio e travessia.

Sinal do surpreendente e misterioso é a canoa, símbolo semântico riquíssimo que em todos os casos é representativo de viagem, de passagem, de travessia, será o objeto único, pequeno, despojado, que permitirá ao homem lançar-se à sua busca, longe da materialização que a sociedade racional apregoa. Nas palavras de Papette:

a canoa e seu navegador são a terceira margem, uma alternativa, um diferente olhar. Novo aproamento móvel e flexível, capaz de criar um epicentro de sentido, de subverter papeis e de fazer perguntas implícitas e inquietantes sobre a identidade e o caráter canônico das margem (PAPETTE, 2007, p.3)

Diante dessa alternativa, seu deslocamento e viagem para fora das limitações das margens o coloca numa condição de risco ao tempo em que propicia a si mesmo estar em lugar de ajuste íntimo consigo mesmo. O salto para dentro da canoa é singular, único, movido apenas por um só: “mal com a tabuinha da popa, como para caber justo o remador” (ROSA, 1976, p. 27). É salto comedido que requer a solidão do um só. Por isso, ao se fazer possível companhia para o pai, o filho percebe-se como companhia intrusa: “Ele só retornou o olhar em mim, e me botou a benção, com gesto me mandando para trás” (ROSA, 1976. p.27). O salto para dentro da canoa e da travessia caracteriza-se, também, como processo misterioso, processual e construtivo. Por isso, a canoa deveria ser resistente: “mas teve de ser toda fabricada, escolhida forte e arquejada em rijo, própria para dever durar na água por uns vinte ou trinta anos” (ROSA, 1976, p.27). Quem ousa empreender a travessia à busca de profunda significação, relegando os ditames conhecidos das margens, precisa estar cômico de que essa é uma trajetória invencional, pois aspira o ser puro que se encontra no devir: ir e vir desafiante e demorado. Desalinhar-se das margens, deixar de pensar e de viver suas determinações, seu caráter e sua trajetória e purificar-se nas águas correntes, tumultuosas e tranqüilas do rio, é mistério persistente - o que requer uma “canoa especial de pau de vinhaco” (ROSA, 1976, p. 27). Afinal, a travessia é para uma margem não dada, para um não lugar, um outro lugar, constituído e construído no estranhamento e no mistério. O salto em direção à margem terceira, inquieta e causa absuridade

nos personagens do conto. A posição de “Nossa mãe”, personagem enquadrada nos ditames das margens, retrata a intenção de desfazer o mistério que, no entanto, persiste: “Nossa mãe jurou muito contra a idéia” (ROSA, 1976, p. 27). Movida por essa percepção, tentará durante todo o conto perseguir a iniciativa do “Nosso pai” promovendo tentativas de intimidá-lo, inclusive tomando os poderes e comandos máximos das margens: a escola (o mestre), a religião (o padre), a força policial (os soldados), a imprensa (os homens do jornal), e os vizinhos e familiares que denotam conceitos diversos sobre o “nosso pai”-doidera, pagador de promessa, lepra, profeta do futuro... etc. Também, o filho narrador, homem de dois mundos, que de quando em quando se esgota em sua incompreensão do mistério do pai, se expressa, no conto, com dificuldades em entender a decisão tomada pelo pai, que o agoniza: “A estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente”; e ainda diz, “Sendo que, se ele não se lembrava mais, nem queria saber da gente, por que, então, não subia ou descia o rio, para outras paragens, ao longe, no não encontrável? ” (ROSA, 1976, p. 30).

A condição de terceira margem do “Nosso pai” - isolado de todos - assume contornos nítidos quando permanecendo calado como sempre, desconsidera os apelos de retorno ao seu meio, impregnados dos mais caros valores das duas margens, quais sejam a família, a amizade, a religião, a lei, a publicidade, respectivamente incorporados nos demais personagens do conto. Esse estranhamento verificado na ação do “Nosso pai” de não atender aos apelos das margens, como se pode observar no excerto: “Nosso pai suspendeu a resposta” (ROSA, 1976, p.27), intensifica o traço de suspense, mistério na narrativa. Seguindo calado em direção ao rio e à canoa evidencia sua inadaptação ao caráter das margens, e faz seu movimento de desamarrear a canoa que saiu se indo, entrando em seu novo universo para dele nunca mais saltar. Desamarrando a canoa, desamarra-se também o homem de seu antigo espaço-sobrevivência, desejando criar para si outro modo-desafio de viver que inclui sua existência fundida à integração com a natureza. O movimento que se verifica no silêncio do “Nosso pai” é intenso no conto, e todo o seu tempo de

existir é tempo de pensar, de construir uma canoa, de apresentar-se resoluto. “Sem alegria nem cuidado, nosso pai encalçou o chapéu, e decidiu um adeus para a gente” (ROSA, 1976, p. 27). Parte em direção a uma nova linguagem e novos movimentos do ser em busca de harmonia com a natureza - “e a canoa saiu se indo - a sombra dela por igual, feito um jacaré, comprida longa” (ROSA, 1976, p. 28). Além do tom estranho e misterioso embrenhado em cada uma dessas ações, constata-se também que a decisão de “Nosso pai” em fazer o percurso de uma existência no espaço da terceira margem, denota que a qualidade desse espaço é movimental, como o rio. É no rio acima e rio abaixo, exercendo sua ação contínua, que uma utopia vai dando lugar gradativamente a uma heterotopia. O espaço imaginado vira espaço realizado. É nesse espaço que um movimento inflamado visando a construção do ser, livra-se das amarras construindo-se no labor/saber e sabor das águas. Portanto, esse outro espaço - o espaço terceiro - empreendido pelo “Nosso pai”, conforme aponta Silvestre, “é o espaço da arte, da construção, da poiésis, do instaurar em si mesmo uma utopia efetivamente realizada” (SILVESTRE, 2007, p.3). Isto difere das percepções de “Nossa mãe” que imagina a despedida do “Nosso pai” como lugar de vadiagem. “Nossa mãe jurou muito contra a idéia. Seria que, ele, que nessas artes não vadiava...” (ROSA, 1976, p.27).

A terceira parte do conto, é o lamento de quem não conseguiu fazer a saída da aparência para a transcendência. Essa é a parte do conto com efusiva presença do lírico e do emotivo. Nela, o filho narrador expressa sua condição de pertencer, partido, a dois mundos, e de angustiar-se na sua decisão. Seu estar no mundo é paradoxal: deseja, mas não realiza seu salto para o fluir das águas. Seu desejo da vontade de assumir o lugar do pai não foi permitido em si, por falta de coragem para entrar na canoa e substituí-lo, efetivando seu desligamento com os rasos do mundo e da vida. Essa sua indisponibilidade penetra sua individualidade, que não consegue manter-se intacta, uma vez que o narrador personagem não cumpriu seu desejo. A ruptura traumática de não poder entrar na canoa com o pai no começo do conto: “Pai, o senhor me leva junto nessa sua canoa? ele só retornou o olhar em mim, e me botou a benção,

com gesto me mandando para trás” (ROSA, 1976, p. 28), e seu receio de fazê-lo no final do conto: “ por pavor, arrepiados os cabelos, corri, fugi, me tirei de lá, num procedimento desatinado” (ROSA, 1976, p. 32), instaura no filho narrador o desespero, a culpa e a busca incessante de perdão. Sobrevivendo nessa experiência e sentimento lacunais de ausência do pai, o filho o procura intensamente, e o vê nas águas do rio fazendo seu percurso fluvial, o que é ainda mais doloroso pra ser assimilado, conduzindo-o a imaginários como o do encontro com o pai no final do conto: “ Ele me escutou. Ficou em pé. Manejou água. Proava para cá, concordado” (ROSA, 1976, p.32). O sentimento de culpa do filho narrador por não ter conseguido assumir o lugar do pai na canoa, o estarrece e o deixa na condição de quem não se igualou com o pai e de quem, no final do conto, deseja de alguma forma se proteger de maior sofrimento:

Mas, então, ao menos, que, no artigo da morte, pequem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água, que não pára, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro- o rio (ROSA, 1976, p.32).

Estamos diante de uma desilusão, de um falimento, e, como aponta Ponchirolli, “de uma melancolia de um homem que faliu enquanto filho, enquanto ser e enquanto homem, nos dois espaços da vida, tanto no racional, delineado pela vida das margens, quanto no espaço simbólico do rio” (PONCHIROLLI, 2006, p.114). Ainda nos acrescenta Ponchirolli, que “a idéia de “falimento” é tríplice e atinge o psíquico do filho em três níveis: enquanto culpado em seu próprio foro (falência); enquanto cidadão mortal e transitório (falecimento); e, enquanto, homem (social e simbolicamente)” (PONCHIROLLI, 2006, p. 108). O pedido tríplice, e, por isso, intenso e ajustado ao seu pedido de perdão, - “E estou pedindo, pedindo, pedindo um perdão” (ROSA, 1976, P. 72) -, soa como algo irrefutável para a manutenção da sofrida vida de suplício vivenciado pelo filho.

Portanto, nessa última parte do conto nos deparamos com uma linguagem lírica e emotiva, *locus*, onde se desenrola e se expressa o conflito existencial agudo de um homem que assimila a falta do pai e sua busca e

admiração por ele. Sem uma definição existencial libertária da racionalidade das margens a fim de penetrar o existencial simbólico fluvial da vida, se agoniza porque é habitante de dois mundos, nos quais transita sua triste vida e palavras. Não sendo em si o que o pai se decidiu a ser, e desejando ser o que não foi “sou o que não foi, o que vai ficar calado” (ROSA, 1976, p. 32), o filho incorpora uma lacuna existencial dolorosa que arde culposamente em seu foro íntimo não permitindo sua ascendência ao universo mítico atemporal, agriolhando-se, rendido, à fugacidade da vida.

Os estudos de Lorenzo Papette, em *A canoa e o rio da palavra*, onde analisa *A terceira margem do rio*, apontam que o movimento gerador da estória é o afastamento do pai, que em gesto definitivo de saltar para o rio, desaponta uma normalidade existente tradicional, mandando construir uma canoa. Conforme Papette (2005, p.3), “ao mandar fazer uma canoa o pai provoca a primeira anomalia que se verifica na vida daquela família bem como de todo o contexto social. É a construção da canoa que vai denunciar o seu inapelável zarpar”. Tomando a decisão de suspender-se na corrente do rio, o pai liga-se às águas percorrendo um caminho em busca de uma identidade diferenciada daquela já convivida na normalidade. Ligado às águas, se torna uma coisa só com o rio e com a canoa não descendo mais dela e nem saindo mais do rio: “não pojava em nenhuma das beiras, nem nas ilhas e croas do rio, não pisou mais em chão nem capim” (ROSA, 1976, p.29). Desse modo vai se tornando mistério e provocando todo um desarranjo nos relacionamentos familiares imediatos, e, por extensão, aos demais relacionamentos convocados pela família, uma vez que todos vão procurar as razões dessa atitude. Este agir do pai é incompreensível às margens padronizadas. Com a passagem do tempo, torna-se num estranho abandonado por todos, uma vez que não compreenderam a razão dessa atitude tão drástica. Esse processo de estranhamento ocorre devido à incapacidade dos habitantes das margens compreenderem o agir do pai, de alcançar o seu caminho. Todos seguem seus rumos como que incapazes de entender a proposta alternativa. Somente o filho

mais velho se coloca à espera. Todos se foram e se desocuparam em compreender a decisão do pai. Como se observa no excerto a seguir:

Minha irmã se mudou, com o marido, para longe daqui. Meu irmão resolveu e se foi, para uma cidade... nossa mãe terminou indo também, de uma vez residir com minha irmã, ela estava envelhecida. eu fiquei aqui, de resto (ROSA, 1976, p. 30).

O agir do pai se constitui em ato revolucionário, uma transformação, uma mudança de estado e de dimensão. Quer mudar-se e mudar a tudo o que está à sua volta. Por isso, é um gesto de ruptura que a todos, de alguma forma, incomoda e surpreende. Ligado às águas, o pai faz um entendimento com os poderes místicos religiosos aquáticos integrando-se a um olhar diferente, a uma terceira margem como que numa condição de se tornar exemplo e condutor de uma realidade possível. Na verdade, sua principal função em sair das margens e entrar nas águas transformadoras, está intencionando uma convocação para os que não o compreendem. Sua vida tem um tom de “papel quase sagrado do pai” que toma a iniciativa e serve como exemplo a ser seguido. Assim na solidão

da sua canoa, não leva ninguém e não parece ocupar-se do sobreviver em algo terreno, vive simplesmente, sem se mostrar, mas deixando a sensação da presença de algo, como a canoa que deixa atrás de si uma esteira de sentido que, no momento está inacabado ou obscuro, mas não por isso mesmo completamente invisível. O pai está a lutar contra algo que os outros ainda não podem alcançar, dar o exemplo até que alguém comece a percebê-lo e a apoiá-lo. (PAPETTE, 2005, p. 3)

O pai na canoa se entende como sendo o iniciado e iniciador; é ponte; é exemplo que espera ser seguido, contrariando a normalidade. Este gesto decisivo do pai provoca um choque, uma rejeição e uma suspensão observados no conto, através das posturas tomadas em relação ao pai que se escorre pelo rio, buscando estar no rio e ser o rio - profundo mistério que promove o novo ser desprendido da dimensão meramente terrena. Segundo Papette (2005, p.7) “o pai com a sua canoa está solto solitariamente no rio; fez-se água corrente e este seu dissolver-se torna-se forma de liberdade”. Papette entende o filho narrador como aquele que, na estória, sai mais esgotado, uma vez que empreendeu um grande esforço para identificar-se mais com a dimensão contemplativa na qual o

pai é o objeto de referencialidade. Não conseguindo assumir o seguimento, tomou a decisão de ficar ancorado às margens definidas da realidade, sem experimentar o deslizar no fluir das águas, desprezando a figura paterna e o rio, restando-lhe o remorso e a realidade da dor, percebidos em seu desejo de ser rio somente depois de sua morte.

Nos estudos de Andréia de Moraes Costa Buhler, são tomados os referenciais bachelardianos da *Poiésis* do Devaneio, para analisar o conto *A terceira margem do rio*, no sentido do aprofundamento e do devaneio. No sentido do aprofundamento, porque escava o fundo do ser, tocando-o e convocando-o à direção da insondabilidade, apontando assim seu essencial destino. E, do devaneio, porque desperta a consciência para resistir ao imediato e superá-lo pela arte poética. O conto rosiano é entendido pela autora como o lugar onde arte e vida se aproximam. Um entrelaçado no outro, confundido com o outro, num apelo ininterrupto de parceria construtiva da existência. Segundo BUEHLER (2006, p.1), “A terceira margem do rio é este símbolo psicológico essencial que, numa correspondência ontológica com a alma do sonhador, no caso o pai, fá-lo despertar à totalidade de um sentido extraordinário de vida”. Nesse caso observamos alguma correspondência com a perspectiva bachelardiana da consciência do si mesmo a partir do conceito de devaneio “poetizando o sonhador e seu mundo, reúne o ser na consciência do centro de si mesmo, fazendo com que ele se sinta mais do que é (BACHELARD, 1986, p.185). Atando-se a esta imagem da possibilidade do existente ser mais, o devaneio começa a interagir, a instigar provocando o sujeito a se imaginar enquanto percura. No conto rosiano, a imagem que apela é a idéia de uma terceira margem constituída única e exclusivamente no espírito devaneador de “Nosso pai”. É dessa forma que a poesia faz sentido e transformação no seu objeto. É importante assinalar que arte e vida, concordando com Bachelard (1986, p.135), “não se encontram no espaço da banalidade” pois ambos têm por objetivo alcançar o homem em sua integralidade. Arte e vida estão relacionadas, antes, com a vontade profunda da completude humana. Assim, tomado pela disposição de auto-sincronizar-se, “Nosso pai” despede-se das margens dadas,

e dirige-se para a companhia de uma geografia íntima da terceira margem, que nada mais é do que o espaço poético da vida e da arte, onde é travada a luta do ser e do não ser permanentemente, enquanto desliza “rio a baixo, rio a cima”. Bem como:

É nesse espaço do poético, da arte e da vida que se trava, à luz do poder das águas, que serve como espelho, o combate entre o ser e o não ser. Assumindo a fluidez das águas - símbolo que abre as portas da imaginação, ao sonho, ao devaneio - a mediação entre o corpo e o espírito, o meio termo entre o céu e a terra, o símbolo psicológico essencial que projeta fora as imagens primárias de um inconsciente aberto ao devaneio (BUHLER 2006, p. 60).

É, portanto, nessa dimensão poética que “Nosso pai” constrói uma existência fluída donde participa de uma experiência processual de enraizamento profundo consigo mesmo tornado-se mais disponível ao sentido significativo de ser e de existir. Ele dirige-se ao seu próprio encontro de forma misteriosa e poética, mergulhando nos mistérios ocultos da vida-arte. Assim, é que voltando ao encontro da água - símbolo de primordialidade, fertilidade e rejuvenescidade - faz o encontro com sua humanidade que decide, em sua profundidade poética, se distanciar das margens, através do seu ato devaneico, sempre livre e aberto ao sonho, porque toca a sua verticalidade, ampliando seu desejo de uma vida para além da horizontalidade marcada pela existência periférica sem infinitudes dos possíveis. Na percepção da autora, o filho, caracteriza-se como aquele que é prisioneiro do “tempo vivido” da horizontalidade. Marcado pela superficialidade, não tem sonhos, não tem como encantar-se e, por isso, perturba-se no tempo vivido. Incapaz de fazer o encontro com as águas preferindo as forças e realidades do terreno e do material, despoja-se do sonho, do devaneio, do mistério, prendendo-se à horizontalidade, vivendo nos rasos do mundo. Desprezando a arte e o sabor-saber poético do viver deslizante da terceira margem, o filho torna-se prisioneiro da angústia e do medo, preferindo não fazer o encontro com sua completude. Embora consciente da beleza encantatória do devaneio do pai, não decide aventurar-se no tempo vertical conquistando sua unidade existencial-poética

preferindo, portanto, a dispersão atormentadora que o faz cada vez mais longe do seu ser significativo.

Maria Luiza Guimarães de Faria, estudiosa da literatura rosiana, faz uma leitura de *A terceira margem do rio*, apresentando a decisão do pai de entrar na canoa e no rio, como uma ruptura radical constituidora de solidão e silêncio - espaços e rumos decisivos para o encontro consigo mesmo. Distanciando-se das margens concebidas, adota o rio “grande, fundo, calado como sempre” como seu lugar onde as amarras da vida, concebida pelas margens existentes, serão desfeitas, à medida que entra na canoa e desamarra pelo remar. Solto e livre para mergulhar nas correntes das águas, em sua canoa de um só lugar, como morada e como percurso único que envolve uma decisão de permanência cada vez mais pessoal e incomunicável, se lança, ininterruptivamente, na disposição do encontro com um outro existente essencial, que somente é encontrado no fundo de sua solidão. Para que esse encontro se efetive, faz-se necessária a quietude, a contemplação e a poiésis como elementos animadores, que instigam o interior a trabalhar a invencionalidade de um ajuste íntimo e harmônico com o primordial, que tem como fruto a manifestação da plenitude. Lógico se faz a convivência decisiva e absoluta com o silêncio e a solidão - contrariando desde já o barulho das margens, bem como a massificação que nelas se processam - acháveis somente no movimento quieto das águas, onde é possível o espírito humano ser sacudido e abrasado até que plenamente livre, onde a transcendência se torna movimento imanente e onde a raiz do ser, portanto, se intimiza tornando possível a consonância com o essencial. A travessia para a solidão promove o encontro do ser consigo mesmo. Farias afirma (2008):

A conquista de um destino próprio depende desse encontro, que é inteiramente pessoal, incomunicável mesmo à alma fraternalmente mais próxima, menos ainda traduzível em termos de troca social. Ele é fruto de uma longa busca, trabalho de uma vida inteira (FARIA, 2008, p.13-14).

E continua afirmando que, o “realizar esta liberdade íntima com a busca e a raiz do ser é a missão criativa do homem” (FARIA, 2008, p.15). Dessa forma a

realização da criação de algo novo, cabe ao homem o agonizante trabalho de constituir um poder novo que em si mesmo, seja capaz de evocar o gesto criativo. Esse gesto criativo é, em si mesmo, exigente, uma vez que a criatividade é um ato proibido. A organização das margens dadas, no conto, é essencialmente estéril e rejeita a tudo o que possa se constituir numa semente de regeneração. A nova vida fica fora dos limites de seu espaço e se opõe às suas regras. Assim, o ato criativo ocorre quase que totalmente na clandestinidade. A inediticidade de *A terceira margem do rio*, é o gesto criativo com o qual o homem da canoa deve conviver a fim de possuir seu crescimento e realidade existencial mais livre. Esta não é uma tarefa simples, evoca o mistério e o risco. Porém, rejeitar ou afastar-se dessa realidade é atrofiamento do espírito humano. Percebe-se, no conto, que a família do homem da canoa, porque firmada no aprisionamento da ordem estabelecida, no ato de covardia, desentende o adeus, a solidão, o silêncio, não compreendendo o que o faz embarcar noutra modalidade de existência. Ao tomar essa postura de receio, a família e, sobretudo, o filho narrador - aquele que chega mais próximo da travessia - deixam de conhecer a luz interior da liberdade, as linguagens do silêncio e da solidão, as novas veredas do existir, e as metamorfoses próprias do processo de busca do si. Portanto, deixam de viver a morte e a passagem, refutando aquilo que não pode ser refutado, perdendo a oportunidade de fazer o percurso mesmo da perecibilidade, se fechando na petrificidade e, conseqüentemente, relegando a possibilidade de transcender. Simbolicamente, descrito na linguagem do filho narrador, é o fardo, a culpa de ser aquilo que não foi - "sou o que não foi, o que vai ficar calado" (ROSA, 1976, p.32), vive o conflito daquele que deixou de ir e o que negou-se a ser, desprezando assim a sua escolha de liberdade frente a outra decisão de existência. A autora acrescenta a sua discussão uma fusão conceitual entre transcendência e superação ao reafirmar *A terceira margem do rio* como "transcensão de todas as fronteiras, a superação de quaisquer dualidades antagônicas, a liberdade suprema, a unidade superior, a criatividade absoluta, o novo como promessa de vida" (FARIA, 2008, p.4). Compreendemos assim, que o homem que não potencializa

seu ousar viver criativo, avassala-se. As duas margens dadas podem se constituir em paredes prisionais, ou podem ser transformadas em oportunidades para inaugurar uma outra margem: a margem terceira de existir.

O trabalho de Iolanda Cristina dos Santos, em seu estudo, parte do princípio de que a decisão do homem da canoa de arremessar-se em direção às águas, relegando assim a solidez das margens e, por isso, aventurando-se numa terceira margem intrusa, é um texto filosófico poético onde a vida é imaginada para além das margens dadas, formando o espaço da sede pela liberdade e do anseio pelo mais significativo e profundo. Nesse sentido, Santos afirma que essa despedida em direção ao rio permite que

O homem deixe a solidez e mergulhe na fluidez: mude de estágio, renegue a sua condição cotidiana e instaure a sua própria rotina fundada, solidificada na água que o leva, sem afastá-lo. Torna-se, então, autor de sua própria solidão, transgredindo os limites, ultrapassando as margens. Como numa experiência onírica esse ser da terra funda uma nova forma de vida, estabelece-se na inação do seu novo habitat: útero da mãe e da terra, silêncio do tempo primordial, em que o universo era apenas a sombra de si mesmo (SANTOS, 2006, p. 2)

Assim compreendemos que as águas do rio e a vida nelas se deslizando, tem um sentido de correspondência e de permissividade no desvendar das profundezas da alma, bem como a ascendência a patamares irreconhecíveis pelos laços da trivialidade das margens. Recorrendo ao pensamento Bachelardiano, em *A poética do devaneio*, a autora associa A terceira margem ao caminho do devaneio e da tranqüilidade, donde o deslizamento pelas águas conduz ao encontro com o silêncio primordial que alaga e alarga o florescimento de um sonho, no qual o imprevisto e o desconhecível passam a ser companhias que descortinam, em cada deslizar no rio. A busca de si se constitui uma corajosa aventura de despedida das margens fixadas, somente na companhia das águas metafóricas, misteriosas e silenciosas, é possível a liberdade de ser e de sonhar, aproximando-se assim, no margear dessa margem imaginada, de uma profunda transformação. Enquanto o homem da canoa faz seu caminho fluído, acompanhando os movimentos horizontais das águas, faz também seu

encontro de abertura para um mundo não dado, realizando novas conquistas em si e no próprio universo da sua aventura. Esse percorrer do homem da canoa, solitário e silencioso nas embrenhas daquelas águas, vai, à medida que desliza no fluir das águas, afastando de si a superficialidade montada sobre seu eu enquanto vinculado às margens como que num ato de purificação, uma vez que os campos semânticos das águas apontam essa possibilidade mística. Seguindo ao pensamento bachelardiano, a autora, compreende que a permanência do homem da canoa, na fluidez das águas, representa o grande repouso da alma que, enfrentando todos os desafios de sua escolha, permanece integrado ao universo dos seus sonhos, pois se percebe

bebendo na taça do mundo”. Assim, a questão do “tempo já não tem ontem nem amanhã [...]. O tempo está submetido na dupla profundidade do sonhador e do mundo. O mundo é tão majestoso que nele não ocorre mais nada: o mundo repousa em sua tranqüilidade. O sonhador está tranqüilo diante de uma água tranqüila (BACHELARD, 2001, p.166).

A decisão do “Nosso pai” de partir em direção às águas deixando a segurança das margens sólidas, não pertence a uma totalidade das criaturas. Enquanto o pai age como aquele não iludido pelo mundo de aparência, o filho não conseguiu vislumbrar a desilusão das aparências; ou melhor, não reagiu ao que percebeu e preferiu se alojar no mundo das memórias. Santos (2006) aponta o filho narrador outro personagem de igual valor no conto. Sua opção em permanecer às margens se funda numa lógica binária, ou seja, ele fica nas superfícies, ao invés de fazer o percurso da profundidade, vez que,

em nenhum momento, conseguindo livrar-se da sombra do pai, ele se dedica a recompor os fios dos tempos, num processo também solitário com o pai, por vias da memória. Ao recordar, ele faz todo o caminho de volta para dentro de sua alma e de sua condição humana. Num trabalho de catarse e de auto reflexão, alimentado pela memória (SANTOS, 2006, p.5).

Retomando os conceitos de memória e tempo, utilizados pelos teóricos Bergson e Bachelard, a autora apresenta o filho narrador como um fixado nas recordações, prostrado nas memórias e dissecado às margens por um passado que define seu presente sem articular o seu futuro. Esse posicionamento do

filho, o transforma em um ser alimentado pela memória, evocador do passado e consumido/desgastado pelo tempo, exatamente por não tomar a sua decisão de substituir o pai, vez que, deixa sua existência vincular-se àquilo que Bergson denominou de “memória recordação”, prende-se às margens da memória e das recordações e deixa de dar o salto para as águas, passando a dedicar-se a narrar o silêncio do pai, tornando-se assim um “sonhador do passado” na experiência de lembrar desvinculado daquilo que Barachelard chamou de “memória do futuro”, ou seja, a experiência do lembrar que realiza o apontamento pra frente fazendo da memória um impulso para o exercício da existência significativa. Na compreensão de Santos (2006) “a linguagem rosiana dar-se por não contentada com o instalado”.

Analisando o percurso literário rosiano, Santos compreende que o conto denuncia “O espaço do próprio desejo de Guimarães Rosa em abandonar margens pré estabelecidas e estabelecer outras” (SANTOS, 2006, p. 11). Sair das margens certas para a incerta, da construída para a desconstruída, da confortadora para a desafiadora: eis o percurso da literatura rosiana. Com a instauração da terceira margem, instaura-se certa descontinuidade necessária, que é o que propícia ao homem perceber-se, visualizar um percurso-procedimentos não usuais, uma vez que a sociedade das margens existe para impedir esses gestos desproporcionando o ser enquanto ser ilimitado, às vezes ilógico, e livre.

1.2 CONVERSANDO COM OS NAVEGANTES DA TERCEIRA MARGEM DO RIO

A terceira margem do rio, conforme apreendido, a partir dos textos examinados, por diversos estudiosos, conto que Guimarães Rosa incluiu nas Primeiras estórias, se apresenta como obra célebre da literatura brasileira, donde se faz possível imaginar o ser humano como um ser que tem potencial de insistir em sonhos se desfazendo de amarras e paradigmas oficializados. Convivendo num terreno social, existencial e religioso já definido e determinado por poderes estabelecidos, o ser humano representado na figura do “Nosso pai”,

se torna desafiado a tomar esses elementos e dar-lhes uma nova dimensão. Convocado à criatividade, que resulta num crescimento e aprofundamento da vida e das experiências, “Nosso pai” é desafiado a uma existência capaz de indagar seu universo dado e aspirar por um outro universo decidido. Esse instante de abertura pra compreender sua condição de “estar-no-mundo” e na realidade imediata, sugere, em principio, uma redefinição de gesto, onde seja viabilizado, cada vez mais e intensamente, o encontro com o sentido primeiro e primordial de existir. No conto *A terceira margem do rio* verificamos na ação primeira do “Nosso pai” de construir uma canoa um gesto redefinidor de estar-no-mundo, pois ao construir seu transporte para nova dimensão possibilitou um movimento em seu entorno. Na ação seguinte de embarcar na canoa viabiliza o acesso ao pertencimento do si mesmo, pois, “Nosso pai” providenciou pra si mesmo uma canoa que apenas lhe coubesse, com as condições acentuadas de resistência e de pertencimento promovendo os gestos na direção de novos rumos e feição de existir que são absolutamente pessoais, solitários e desafiadores. Estes gestos são abastecidos por uma nova linguagem - o silenciamento do pai -, que expressa a alma de quem sonha e de quem desliza na fluência das águas, fazendo o encontro poético gradativo com o objeto sonhado. Portanto, retratando e refratando a realidade do estilhaçamento do humano, *A terceira margem do rio* propõe, reiteradamente, que é possível sondar a parte mais abissal do ser humano, na busca de uma vivência e existência autênticas.

A terceira margem do rio, por se constituí em espaço indagativo a respeito do universo da existência humana, apresenta-se também como lugar de inquietação, condição de quem se propõe a existir. A experiência da inquietude é a possibilidade primeira da confiança de uma discontentabilidade com o então configurado. No conto, somos convidados a perceber os fios de uma inquietação postados nas profundezas de um ser humano que quer dá início à instauração de um outro gesto imagético: o de se interiorizar para conhecer as profundezas da sua vida/alma. Está cômscio, por um lado, que esse procedimento cria rupturas e estranhamentos com os valores imediatos das

margens, e que seu existir nesta outra esfera não será compreendido, nem seguido. Antes, rechaçado e ironizado. De acordo com Rosa (1976, p. 27), “Nossa mãe jurou muito contra a idéia. Seria que, ele, que nessas artes não vadiava, se ia propor para pescarias e caçadas?” Apesar dessa linguagem inóspita,

o homem deixa a solidez e mergulha na fluidez: muda de estágio, renega a sua condição cotidiana e instaura a sua própria rotina fundada, solidificada na água que o leva, sem afastá-lo, transgredindo os limites, ultrapassando as margens (SANTOS, 2006, p.2).

Por outro lado, pontualiza suas energias no seu sonho-desejo, projetando um encontro interativo entre a arte e a vida, permanentemente, em busca de sentido existencial. Esses espaços são inquietantes porque, em primeira linha, denunciam o instalado e se rejeitam ao pertencimento; e, em segundo lugar, porque, desprezando o estabelecido, instauram os desafios desconhecidos. Desse modo, *A terceira margem do rio* se constitui em espaço propiciador de inquietação, tanto como forma de desligamento como de construção onde a vida-arte é tecida em cada fluído de água que empurra a canoa para seu sentido último. Como a vida-arte, tecida nas águas dos sonhos e do devaneio promove o encontro com o sentido plenificador da vida? Pressupomos na inquietude do “Nosso pai” o movimento de afinidade e, portanto, de felicidade apesar de. Bachelard em sua *Poética do devaneio*, a experiência do sonhador é a de quem “abre-se para o mundo e o mundo se abre para ele” (BACHELARD, 2001,p.165). Também Buhler, afirma que

o devanear aparece como uma consciência poética que, evocando uma imaginação aberta, tenciona ao extremo da interioridade de uma vida em sua concretude sofrível para depois, através de um elemento simbólico de fundo maravilhoso, libertá-la do fardo (BUHLER, 2006, p. 59).

Existir é fazer da vida um diálogo contínuo com a arte, privilegiando assim, as tecituras de um ser humano mais concretamente marcado pela completude e plenitude.

O conto, *A terceira margem do rio*, não é estória de rio, mas história de homem. De homem que, à força de sua possibilidade de figurar-se outro, se deseja o próprio rio em suas movências e mergulha no calado do vau adentro. Daquele meio de rio o homem silencioso nos olha sem ver; nunca em parte alguma, sempre em toda parte; tão perto como inalcançável. Ele se move na risca dessa terceira margem. Seu silêncio, “Nosso pai nada não dizia” (ROSA, 1976, p. 29), se constitui num paradoxo insolúvel para o filho que em terra ficou. Desse seu transgressivo silêncio, de sua presença perene incapturável, do desenho manso da canoa sobre as águas, nasce a fala do filho narrador, que articula sua narrativa de homem triste e de tristes palavras. “Sou homem de tristes palavras” (ROSA, 1976, p.31), pois sua palavra pertence a um acontecimento lembrado e não a um acontecimento vivido. Para Abdala:

um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois (ABDALA, 1993, p.37).

Assim é o filho narrador: canto entre a beira – rio e terra firme como que narrando sua vida errante que, exatamente, por viver nesse espaço duplo, se torna apenas palavras memoráveis que dizem de um passado sem articulação com o presente. Estando de frente com *A terceira margem do rio*, estamos, pois, perante mundos e gestos que dizem sobre espaços: o espaço fluvial e alimentador da vida e da alma, e o espaço das duas margens acercado do frívolo e do raso. Espaços definidos e costurados mediante condutas que tomamos frente ao misterioso e insondável. Afinal, de que se constitui a existência senão dessa convocação, tão bem ficcionalizada por Rosa nesse conto literário? Não é esse o enfrentamento da vida onde ser e não ser se debatem? Portanto, estamos diante de história de homem, de história da vida, daquilo que é plenamente humano e que decide o humano.

O conto rosiano apresenta-se como espaço de ruptura radical sem volta que passa a constituir o próprio existir do “Nosso pai”: “... sempre dentro da canoa, para dela não saltar nunca mais” (ROSA, 1976, p.28). É o cursar no rio,

solto solitariamente, é a nova modalidade de ser em perpétuo devir que o pai busca para si, executando em caráter irrevogável a travessia para o silêncio e para a solidão – espaços constitutivos, hipermetafóricos, entre as beiras, que promoverá o encontro do ser consigo mesmo. O silêncio do homem da canoa é corajoso, criativo e pertinente ao ser; é em si mesmo misterioso devido seu aspecto de encontro com o íntimo e o mí(s)tico. Ao adotar “o rio por aí se estendendo grande, fundo, calado que sempre” (ROSA, 1976, p. 27)” é possível ao velho da canoa contar-se, revelar-se, biografar-se enquanto desliza nas águas escutando-se em silêncio: “E nunca falou mais palavra, com pessoa alguma” (ROSA,1976,p.28). Intimizando-se com a raiz própria do Ser, como lugar de encontro com o desconhecido e com o misterioso - uma vez que se trata de um lugar terceiro, desmargado, desafiante, profundo, silencioso, misterioso, onde tudo convoca a um enfrentamento nunca dado e, por isso, inovador- vivencia o exercício de sua subjetividade, livre, descondicionada dos jogos sociais e culturais pré-estabelecidos pelos poderes e dizeres das margens. Imergindo em direção à água, transgride os limites e ultrapassa as margens delineadas. Assim, liberta-se das exigências da socialização para viver o aprendizado do que contempla.

A terceira margem do rio é a estória, de um lado, necessária do existir e do sobreviver cotidianos, é estória feita de gestos e condutas que vão apontando a construção do ser-mais no rumo da sua significade. Por outro lado, a condição de terceira margem, enquanto construção do ser mais profundo, inclui riscos e perigos, mistério a ser descoberto, vivência com o ininteligível, com o insondável, extraordinário, magnífico, pautado pelo exercício da liberdade e da harmonia. Por ser caracterizada de uma condição-existência paradoxal, nem todos conseguem torná-la uma margem terceira existencializada. Tal como o filho do conto, alguns chegam a ser seduzidos e ficam na espreita dos movimentos: “rio abaixo, rio a fora, rio a dentro - o rio. [...] (ROSA, 1976, p. 32), porém, devido ser atrelado aos rasos do mundo, não exercem coragem e desistem de fazer o percurso: “...corri, fugi, me tirei de lá num procedimento desatino”(ROSA, 1976, p. 32).

De acordo com Magalhães:

Assumir isso é trabalhar com as profundas ambigüidades da vida humana, é dispensar os conceitos déspotas das relações, engalfinhar-se na complexidade e na dinâmica das vivências... Nas margens estão as superfícies controláveis. No fundo e no seu desconhecido, as profundezas do sofrimento, mas também a harmonia da tranqüilidade. (MAGALHÃES, 2009, p. 216).

Fazer a existência para fora das margens dadas e convencionalizadas, é silêncio só com as ambigüidades mais profundas da vida humana - percurso profundo que só pode ser feito no profundo dos rios como profunda é a alma de cada ser humano, no dizer rosiano.

Claro, aponta o conto, que este modo de ser-agir do pai, é incompreensível para as pessoas das margens. É um gesto de ruptura que a todos, de alguma forma, incomoda e surpreende, pois se configura num desprezo aos signos convencionais. Por isso, as vozes de rejeição se inscrevem nos habitantes da margem

Cê vai, ocê fique, você nunca volte". [...] Por isso todos pensaram de nosso pai a razão em quem não queriam falar: doideira", [...] pagamento de promessa", [...] feia doença que seja a lepra (ROSA, 1976, p.27 e 28).

São entendimentos que circulam, no conto, entre os habitantes das margens de cá e das margens de lá, pois não compreenderam e nem tiveram coragem de seguir o ato revolucionário.

O título do conto sugere a existência de mundos: o mundo com suas duas margens - realidade sensível conhecida pelas personagens que, embora destituídas de nomes próprios particularizados, são nomeados conforme suas funções, conforme os critérios de relação em família e sociedade: o pai, o filho, a mãe, o irmão, a irmã, o tio, o neto, o mestre, o padre, os soldados, os jornalistas- e o mundo-ivento, desconhecido, abstrato e insólito da terceira margem.

A vivência do pai em sua terceira margem do rio, isolado de todos, assume contornos nítidos quando permanecendo calado, desconsidera os apelos de retorno ao meio, impregnados dos mais caros valores das duas

margens que incluem a religião, a família, a amizade, a lei, a publicidade, incorporados no padre, na mãe-irmão-filha-neto; vizinhos e conhecidos; soldados; jornalistas. O conto denuncia a continuidade do silêncio do pai, da deslinguagem - o que pode comunicar a falência do pai, uma vez que a linguagem se enquadra como ordem da cultura necessária denotando a legitimidade da existência das margens. Entre as considerações de Anika Lemaire (1979), consta que de acordo com os pressupostos de Lacan, “a descontinuidade entre existência e linguagem significa o fracasso da antropologia, posto que a linguagem é inseparável do sentido de existência. A ordem da cultura, em suas relações sociais e parentais, equivale à da linguagem” (LEMAIRE, 1979, p.32). Em *A terceira margem do rio*, temos a não linguagem como o aparecimento do sujeito e não como seu fim.

A obra de Guimarães Rosa é marcada pelo insólito e pela estranheza. Nas palavras de Lenira Covizzi,

os personagens das Primeiras estórias são sempre exceção, por diferentes motivos. Seja por especial estágio etário de evolução, atitudes pouco comuns, atitudes surpreendentes, transgressão às regras sociais, atuação em acontecimentos não habituais, anormalidade físico-química. [...] Há sempre uma determinação, uma vontade, uma certeza, uma calma da parte do personagem que parece conhecer, dominar a situação, saber o que está fazendo, em oposição à perspectiva de dúvida, de espanto, de perplexidade, que é do narrador e do leitor ignorantes, não viventes da situação (COVIZZI, 1978, p.35).

O que denota uma escrita especializada e atenta em apresentar as personagens que sendo exceção convivem com uma coerência interna que não é percebida por aqueles que as rodeiam. Nesse sentido Covizzi coloca nesse mesmo conjunto as personagens ficcionais e o próprio leitor, este último, desatento “ignorantes” do humano representado na obra de Guimarães Rosa.

No decorrer da nossa específica leitura embarcamos e navegamos na companhia de outros tantos leitores e críticos do conto *A terceira margem do rio* de João Guimarães Rosa. Constatamos que a escuta dessas águas viabiliza o diálogo com existência em seus diversos apontamentos, pois nenhuma imagem poderia ser mais impressionante e sintetizadora dos mistérios e segredos que

um homem suspenso na correnteza de um rio designado por um percurso de terceira margem. Ainda nessa fruição e fluência das águas insistimos em cursar o rio procurando nas embrenhas as decisões poéticas da existência rumo a que agora nos postamos a navegar.

CAPITULO II

2. AS DECISÕES POÉTICAS DA EXISTÊNCIA

Caminhando pelas margens e cursando pelas embrenhas do rio, estaremos nesse segundo capítulo, procurando realizar um percurso a respeito das decisões poéticas da existência construídas “rio a baixo”, “rio a cima”, exercendo a tarefa de ouvir e ver, a partir da voz narrativa do filho, como esses discursos vão determinar as posturas e escolhas das personagens principais construídas no exercício e uso de suas liberdades.

A leitura que fazemos do conto *A terceira margem do rio*, é construída a partir de aspectos importantes da filosofia da existência, considerando os elementos relevantes da filosofia Sartreana. Dirigimos nosso olhar para essas margens evocadas no conto rosiano ficcional e/ou real, transfigurador da vida e/ou não, devido sua provocação em tentar nos dizer que quando se trata da arte de viver, as margens não são homogêneas e nem unívocas despertando assim as possibilidades de transgressividade desse ser humano dotado de liberdade para criar seu próprio caminho.

No dizer de Teles:

O existencialismo sartreano está inteiramente estruturado no princípio filosófico de que no homem a existência precede a essência, e esta é construída através da liberdade responsável que o homem manifesta ao escolher sua própria vida (TELES, 1991, p. 56).

De modo que a partir de suas decisões o ser humano tem em suas mãos a oportunidade de reconsiderar sua vida e o mundo sempre em busca de uma

nova possibilidade a fim de exercitar seu Ser livre e então resignificar sua existência.

A leitura que construímos das personagens é uma aproximação de diálogo possível entre a literatura e a filosofia. Nesse diálogo, elegemos as principais personagens (“Nossa mãe”, “Filho narrador” e “Nosso pai”) como objeto de nossa análise e estudo verificando suas falas, seus procedimentos e vínculos diante do campo da existência como realidade que só é possível ser vivenciada a partir de escolhas, conscientes ou não, que são assumidas nessa experiência temporal, determinando o margear em que a vida se desdobrará como elemento constituinte.

Nossa leitura da personagem “Nossa mãe” indica sua decisão de defesa e resistência a qualquer elemento que influa considerações novas àquilo que já se mantém posto. Consideramos que sua escolha existencial está vinculada às margens dadas representando a existência protetora e defensora de quadros sociais já definidos e tidos como absolutos. De igual modo, a personagem, o filho, é entendido, em nossa leitura, como aquela que embora tendo a compreensão de outra possível existência, permanece vinculado às margens determinadas por não ter coragem de assumir outra forma de viver. O que podemos constatar pela sua própria escolha é que ele se torna homem de um só mundo, não de dois mundos, como querem vários estudiosos do conto *A terceira margem do rio*, uma vez que não se deixou seduzir pelo mistério que seduziu o pai.

Nossa análise considera a personagem “Nosso pai” como sendo aquele capaz de resignificar reinventando sua existência uma vez que, embora sendo o pai - aquele que geralmente é visto como o guardião das tradições e rumos estabelecidos, alimenta e realiza a determinação de dar um outro foco à sua existência a partir de sua decisão, escolhendo viver na terceira margem, num espaço de exceção, distanciando-se assim das lógicas e do modelo articulado pelas margens oficiais.

Tentando acompanhar esses ambientes sólidos e líquidos, é que percorremos esse desafio literário rosiano que tanto tem provocado o que pensar, o que dizer, bem como o que escrever, pois suas águas são escuras e profundas bem como misteriosas, e chegam a amedrontar pelo seus silêncios de palavras usuais, palavras que só se inscrevem na alma, mas nunca são verbalizadas. Suas margens dadas são inquietas, pois tudo gira em torno de saber o que fazer com o “Nosso pai” e como não deixar essa influência se estender. Ainda mais: um grito de desespero nas margens: é o filho perdido e pedindo, em seu desespero, uma outra chance a seu próprio modo de construir outra existência possível.

2.1 “NOSSA MÃE: ENTRE SER EM-SI OU PARA-SI

Na quarta frase, do primeiro parágrafo, se fala pela primeira vez de outros personagens. Um ponto muito forte na narrativa é seu caráter coletivo, em que todo o conto é narrado, prioritariamente, na primeira pessoa do plural, assim tem-se: “Nosso pai”; “Nossa mãe”; “Pessoal nosso”; “Tio nosso”, e somente modifica-se mais tarde no desfecho quando se aproxima a fuga do filho, que já sozinho uma vez que todos tomaram outras escolhas e decisões para expressarem suas existências, fala de si mesmo e de sua situação dando ao conto uma parte mais emotiva e lírica. Além disto, ele, por ser o narrador do conto, é o único que se apresenta de forma individualizada, mas que tenta apresentar as características individuais destes personagens coletivos. Este jogo entre o individual e o coletivo é importante, pois enquanto o coletivo representa grupos, tendências, hegemonias, normatividades sociais, as características individuais apresentam as formas como sujeitos específicos se apropriam e reproduzem estas normas e estes códigos mais abrangentes.

A personagem “Nossa mãe” é apresentada com a seguinte descrição: “Nossa mãe era quem regia, e que ralhava...” (ROSA, 1976, p 27). Os verbos “regia” e “ralhava” referem-se a uma posição de poder cujo cimo era ocupado pela “Nossa mãe”. Um aspecto de grande importância dentro do conto é a

narração onde “Nossa mãe” é apresentada como aquela que assume o controle das disciplinas familiares e ocupa o palco das repressões e da coersividade.

Essas duas atitudes,

a de reger e ralhar - que normalmente são papéis atribuídos e exercidos pela figura paterna como é comum numa sociedade patriarcal, exercendo e protegendo sanções, mandos e desmandos, são atitudes que são assumidas por “Nossa mãe” o que indica sua inserção na figura representativa do patriarcalismo (PONCHIROLLI, 2006, p. 40).

Em todo o enredo percebemos que a figura da “Nossa mãe” assume a postura de defensora daquilo que se apresenta como estático e intocável, procurando manter a ordem e em ordem o já estabelecido não permitindo nenhuma infiltração que venha interferir nos valores definidos. Por isso mesmo sua ação diante da enunciação do “Nosso pai” é de contrariedade e severidade intensas: “Nossa mãe jurou muito contra a idéia” (ROSA, 1976, p. 27), procurando desfazer em sua atitude de racionalização o mistério da terceira margem - o que não consegue compreender - submetendo-o à condição de irrisório e desprezível: “Seria que, ele, que nessas artes não vadiava, se ia propor agora para pescarias e caçadas?” (ROSA, 1976, p. 27). Nisso percebe-se que “Nossa mãe” está arraigada ao sistema ideológico das margens consolidadas e se posiciona com desdém sempre que uma nova e possível reação se instale ou se aventure em aparecer, tomando posição firme frente àquilo que tenta ameaçar, desfigurar ou mesmo negar o já estabelecido. A posição que toma “Nossa mãe” como defensora dos quadros sociais engendra o medo e intimidação a qualquer sinal de reação aos postulados definidos da sociedade. É o que consegue impetrar no filho narrador quando recebe o aceno de “Nosso pai” em dar alguns passos: “Temi a ira de nossa mãe...” (ROSA, 1976, p.27). Uma vez que enquadra-se em defesa da sociedade da lógica e da razão, fica absorvida por ela, não aprende a lidar com as aventuras e as surpresas e interpreta as possibilidades instaladas, como a iniciada pelo “Nosso pai”, como atitudes não essenciais e não necessárias prestando assim, por um lado, descredenciamento à iniciativa paterna e, por outro lado, confirmação aos

valores decretados pela sociedade oficial que carrega consigo os decretos patriarcais.

O conjunto das ações de “Nossa mãe” é aqui entendido como personagem enquadrado nas normas da sociedade, sua função é a de defender e preservar as demandas definidas. Por isso, assume a posição de desdenhar a atitude do “Nosso pai” em mandar fazer uma canoa. Sua defesa pela ordem social é firme e agressiva resguardando os postulados da sociedade como legítimos e únicos utilizando-os como fatores de atuação inibidores e coercivos, não permitindo e nem concordando com alguma atitude destoante. Sua imaginação de que a canoa servirá para “Nosso pai” se atrever às artes de caçadas e pescarias indica que a convicção social de “Nossa mãe” afasta qualquer possibilidade de significação a qualquer elemento que não esteja legitimado pelo rigor social como normativo. A preservação da normatividade na imaginação patriarcal é sempre bem aceita, enquanto que a aparição do estranho e diferente se constitui em elemento ameaçador e, por isso, precisa ser ridicularizado, ironizado e banido.

Na interpretação de Ponchirolli (2006), a atitude do “Nosso pai” viver na ociosidade, sem trabalhar, [...] entreter-se com jogos, brincadeiras, passatempo; brincar, divertir-se”, se confronta com o já instituído no imaginário de “Nossa mãe” pois tais atitudes são incompatíveis com o sistema patriarcal. “Nossa mãe jurou muito contra a idéia. Seria que ele, que nessas artes não vadiava, se ia propor agora para pescarias e caçadas? (ROSA, 1976, p.27)

A canoa, elemento simbólico de viagem e de travessia, no olhar de “Nossa mãe” se torna uma invenção banal que apenas servirá para vadiagens. Ela não compreende a grandeza do gesto paterno pelo que sua mentalidade sistematizada e insensível à liberdade de escolha realizada nas decisões do “Nosso pai” de viver para além daquela sociedade dada e regrada. Diante disso, sua decisão vai delinear um lugar de escolha apresentando-se como defensora dos códigos autoritários e, de modo impositivo, discorda jurando muito contra a

idéia definindo sua convicção social de que os elementos e os quadros já disponíveis são suficientes para o desenrolar da existência.

No exercício de que sua convicção social está plenamente correta “Nossa mãe”, ainda que assustada, exerce seu padrão social defendendo as determinações das margens fixadas como sua decisão pessoal, em fala curta, incisiva e autoritária de ordem exclamativa: “Cê vai, ocê fique, você nunca volte!”(ROSA, 1976, p.27). Por um lado, a gradação dos usos das variedades lingüísticas verificadas neste parágrafo aponta que a fala de ordem da “Nossa mãe” registra claramente seu posicionamento de representante da sociedade patriarcalista. Sua fala gradativa do pronome pessoal “você” não apenas retrata os falares menos letrados ao mais canônico, como também vai denunciando que, caso o “Nosso pai” não cesse da idéia de optar por essa escolha de entrar no rio em uma canoa, sua ligação com a sociedade da qual “Nossa mãe” se constitui defensora e protetora, haverá de ser rompida “...você nunca volte!” (ROSA,1976, p.27) tornando sua vinculação gradativamente desfeita. Por outro lado, nos usos gradativos do pronome pessoal, verificamos que essas variantes do menos formal para o mais formal “ cê vai, ocê fique, você nunca volte!”, denuncia que “Nosso pai” vai, processualmente, saindo da condição de um existente diminuto comprometido com aquelas margens que o habitam, fazendo seu novo percurso existencial decisivo na direção a uma potencialização do seu ser, enquanto indivíduo, ganhando pessoalidade e domínio de seu existir emancipando-se através das decisões que toma no uso de sua liberdade.

Enquanto homem ordeiro, ele era um “Cê” na sociedade das regras e das normas, mas enquanto um homem da canoa, ele emerge como um novo “você” aos olhos das pessoas, pois emerge como um novo sujeito. A gradual distensão da síncope “cê” até atingir a forma normal “você” exprime concretamente a separação que se decreta. O tratamento solene “você” proclama o afastamento que nunca mais seria vencido. O “Nosso pai” partiu em busca definitiva do seu outro horizonte da experiência humana, a fim de inaugurar-se numa nova feição de ser.

Fica, então, decretada pelo porta voz das margens seu radical desligamento da sociedade normativa. A decisão de “Nosso pai” de adentrar em seu novo habitat fere e desdenha a sociedade das margens. Daí a reação agressiva e determinante de “Nossa mãe”, por não comportar em sua mentalidade a decisão tão inoportuna, como a que “Nosso pai” constrói para si. Toda aparição de novas identidades, por serem incompreensíveis aos dados já estabelecidos são, no âmbito das margens, rejeitada. Ele, enquanto homem atrelado às margens era um “cê”; um “você” diminuído e reduzido a uma existência fixada e recuada, diminuta; sem personalidade, e escravo de uma identidade pré-estabelecida. Sua decisão em ser um homem da canoa contribui, definitivamente, para o surgimento de um percurso gradativo que, em movimentos existenciais saltantes, vai saindo da condição de “cê”, “ocê” para ser um “você” que realiza sua liberdade criativa, mas que o levará definitivamente à condição de desapegado pela palavra de ordem das margens.

Mantendo a decisão de mostrar para a comunidade a imagem social de uma mulher que opta por escolher as margens como espaço de sua existência, “Nossa mãe” vai fazer uso dos poderes coercitivos sociais estabelecidos: a escola (o mestre), a igreja (o padre), a força policial (os dois soldados) e a imprensa (os homens do jornal). Observemos no excerto abaixo:

Mandou vir o mestre, para nós, os meninos. Incumbiu ao padre que um dia se revestisse, em praia de margem, para esconjurar e clamar a nosso pai o dever de desistir da tristonha teima. De outra, por arranjo dela, para medo, vieram os dois soldados (ROSA, 1976, p. 29).

Agindo dessa forma “Nossa mãe” exerce nitidamente sua adaptação social a fim de reprovar qualquer feito desconexo com a ordem estabelecida. Sendo esses poderes institucionais evocados estruturadores da manutenção da ordem, entende-se que aqui reside uma ação nitidamente pressionadora e intimidadora atuando com a finalidade de dar fim à atitude paterna.

É interessante perceber que no conto todas as decisões contra o imaginário existencial do “Nosso pai” são arranjadas por “Nossa mãe”. Ela: “jurou contra a idéia”. [...] alva de pálida, mascou o beijo e bramou” (ROSA,

1976, p 27). Ela continua: “Mandou vir nosso tio”, “mandou vir o mestre”, “Incubiu ao padre”, “De outra, por arranjo dela, para medo, vieram os dois soldados (ROSA, 1976, p. 29).

Esse discurso denuncia que “Nossa mãe” é mulher vinculada ao dogmatismo e tradicionalismo funcional da sociedade das margens. Seu comportamento severo e controlador em “reger e ralhar”, destoando da atitude de “Nosso pai” agora já apresentado como “Só quieto”, uma vez que reflete uma decisão diferenciadora, expressa sua visão de mundo estruturada em interpretações que foram retiradas da realidade e que são processadas no imaginário coletivo como corretas e definitivas, que existem com o propósito de preservar a ordem do institucionalizado evitando quaisquer índices de “anormalidades”, demonstrando decisivamente seu vínculo de valorização e proteção aos valores estabelecidos. Por isso, inquieta-se e perturba-se ao saber que “Nosso pai” ousou mandar fazer uma canoa articulando todos os procedimentos possíveis de proteção à ordem procurando excluir decididamente estes atos inovadores e criativos do imaginário paterno.

Ampliando seu campo de resistência, “Nossa mãe” inclui contra a atitude de “Nosso pai”, o conselho dos parentes: “Então, pois, nossa mãe e os aparentados nossos, assentaram ...” (ROSA, 1976, p. 28), estabelecendo claramente outros canais inibidores das ações coletivas familiares aos gestos diferenciadores que foram implementados por ele, ratificando os controles familiares imediatos com o propósito de paralisar a ação inventiva, procurando desfazer qualquer decisão que faça diferenciação àquelas já definidas como padronizadas.

O cerceamento ao potencial de existência do “Nosso pai” agora é executado por meio das forças organizadas sociais e dos poderes constituídos e estabelecidos pelas margens. Os homens-instituição do mundo real e racional são convocados com a finalidade de reprovar e deter a mentalidade criativa do “Nosso pai”. Aparecem os personagens que vão cuidar daquilo que é definido como imprescindível na lógica das margens: os negócios, a educação, a religião

e a ordem - fatores que funcionam como reguladores e reprodutores das decisões sociais da sociedade estabelecida.

Nessas posturas estampadas por “Nossa mãe”, fica estabelecido, no enredo, pela voz narrativa, um discurso inicial que expressa e representa uma compreensão dogmática e tradicional da existência que se apresenta como fixa, rígida e determinada pelo conjunto de acúmulos das experiências e dos feitos já estabelecidos. Centrada nesse entendimento “Nossa mãe”, fiel representante das margens, admite que a existência está dada e pontuada pelos tipos sociais evocados em seus rígidos valores definidos tais como: a família, a educação, a religião, a imprensa e o poder coercitivo conforme já delineados e estabelecidos. Logicamente, que esses valores estabelecidos podem operar com outras ênfases sociais contribuindo para o processo de inventividades e hominização. No entanto, o que ocorre é que no conto eles são apresentados como estabelecidos em favor da decisão de “Nossa mãe” em inibir o gesto paterno. Suas funções determinadas são convocadas para pôr ordem na desordem que o “Nosso pai” provoca ao decidir tomar uma canoa e fazer seu percurso num rio. Isso provoca uma mobilização familiar no sentido de retaliar a decisão do “Nosso pai”. No comando dessa retaliação está “Nossa mãe” seguida dos

aparentados nossos, assentaram: que o mantimento que tivesse, ocultado na canoa se gastava; e, ele, ou desembarcava e viajava s'embora para jamais, o que ao menos se condizia mais correto, ou se arrependia, por uma vez, para casa (ROSA, 1976,p.28).

“Nossa mãe” utilizando-se de uma decisão de não recompor os alimentos para o canoeiro, afirma a sua dependência e legitimação de um tipo social estabelecido pelas margens: a família.

O tipo social, a escola, é invocado com a idéia de atender os meninos implicando numa decisão de atribuir ao elemento homem prioridade nos sistemas educacionais patriarcais, onde a mulher não tem acesso e nem oportunidade de aprender a ler, escrever e pensar “Mandou vir o mestre, para

nós, os meninos” (ROSA, 1976, p. 29), providenciando dessa forma o elemento de continuidade dos valores estabelecidos.

A religião representada pelo padre é convocada para repreender aquilo que é entendido e denominado como “tristonha teima” o que bem pode significar o mal estabelecido na mente e no procedimento paterno: “Incumbiu ao padre que um dia se revestisse, em praia de margem, para esconjurar e clamar a “Nosso pai” o dever de desistir da tristonha teima” (ROSA, 1976, p. 29). Fala-se, inclusive, em esconjurar algo que é exclusivo ao poder religioso em sua defesa dos valores contrários, imaginados pelas margens, possuir o “Nosso pai”, uma vez que se distancia dos valores sociais pré-definidos como valores normais. Esta atitude da “Nossa mãe” nega a ação do “Nosso pai” e credencia a religião na pessoa do padre como elemento restringidor do ato radical de inovação. O tipo social coercitivo (os soldados) são convocados para infundir o medo e fazer o “Nosso pai” desistir de sua intenção não compreendida. “De outra, por arranjo dela, para medo, vieram os dois soldados...”(ROSA, 1976, p.29). Outra ação montada e calculada para desaprovar e desmontar a nível público, diante das poderosas instituições do mundo real e racional, especialmente no caso da polícia impondo medo à decisão de “Nosso pai” em permanecer naqueles espaços do rio, que escapa da pressão “sem deixar ninguém se chegar à pega ou à fala” (ROSA, 1976, p. 29).

Os homens do jornal, outro tipo social evocado para chegar junto ao “Nosso pai”, que aparecem na última frase do parágrafo, não conseguiram desestabilizá-lo devido seus esconderijos pessoais indecifráveis indicando sua firmeza enquanto ser não alcançável por quem desconhece os caminhos do mistério da terceira margem, no qual faz sua existência acontecer utilizando uma canoa, imagem bastante oposta à lancha dos homens do jornal, que aparece como símbolo de harmonia com o mais natural viabilizando entradas e saídas nos juncos e matos só conhecidos por quem se atreve a uma atitude de integração com o Cosmos e as forças naturais, em oposição aos arranjos de uma sociedade já descartada por “Nosso pai”, priorizando seu processo existencial diferenciador das margens.

Percebe-se, portanto, que na construção desse cenário todo produzido pela mentalidade e atitude de “Nossa mãe” está o registro de uma visão de mundo que invoca, legitima e protela um imaginário coletivo estruturado num conjunto de representações que modelam uma forma de estar no mundo. Sua mentalidade é dirigida pelos pressupostos lógicos da existência determinada e estéril e se opõe a tudo o que possa se constituir em exercício inovador da liberdade de escolhas. Por isso, posiciona-se, em público, veementemente na disposição de acolher as determinações do coletivo que em todas as suas impressões afirmam ser a atitude do nosso pai sempre associada ao desprezível:

“[...] por isso todos pensaram de “Nosso pai” a razão em que não queriam falar: doidera; [...] pagamento de promessas [...] feia doença, que seja a lepra [...] o dever de desistir da tristonha teima” (ROSA, 1976, pp. 28-29)

Como podemos observar os familiares demonstram total desencontro com o gesto existencial diferenciador e norteador para novos percursos defendidos e vivenciados por “Nosso pai”.

A atitude progressiva de “Nossa mãe”, talvez corresponda a uma atitude progressiva do pai em “desaparecer” do antigo “cê” e imergir paulatinamente no mistério da terceira margem, de ir tomando as providências de cerco tentando impedir qualquer outra opção de escolha em expressar a dinâmica da existência, denota não apenas seu compromisso com a sociedade da lógica como também evidencia uma pressão à decisão escolhida por “Nosso pai”, o que retrata uma atitude típica do posicionamento arbitrário patriarcal que age na tentativa de inviabilizar outras decisões de efetuação do existir que se apresenta possível. Interessante é que à medida que “Nossa mãe” se posta na disposição de impedir o avanço da decisão paterna providenciando os cercos que visam fazer “Nosso pai” desistir da canoa e do afastamento da sociedade das margens, ele, resolutamente, também, imerge no desaparecimento do antigo “cê” emergindo progressivamente no mistério da terceira margem que o constituirá em um novo

ser. Essa atitude correspondente do “Nosso pai” denota que a construção de um “você” só é possível num espaço de tensão permanente. Nessa

dinâmica por natureza, a liberdade pode facilmente degenerar em seu contrário. Ela é austera e difícil; é uma concentração, não uma dissipação do espírito. A vida fácil é a que se passa na necessidade e na obrigação (BERDIAEV, 1984).

A liberdade, em seu exercício, é o que permite ao ser humano a possibilidade de escolhas e decisões pra outros rumos existenciais. E isto requer concentração e inclui necessárias tensões.

Tensão esta vivida por “Nossa mãe” ao participar da atividade de facilitar comida para o “Nosso pai” cooperando com o empenho do filho. Essa postura de “ajudadora” do filho expressa suas atitudes íntimas que sofrem alguma modificação embora que no ambiente coletivo, ela continue acentuando os valores de mulher relacionada com as margens. Seus atos coniventes “...ela mesma deixava, facilitado, sobra de coisas, para o meu conseguir...” (ROSA, 1976, p. 29) ajudam os procedimentos do filho, indicando que “Nossa mãe” alimenta uma certa mudança interior. “A mudança de nossa mãe é nítida; ela nutre muita preocupação e atenção para com seu homem, mas nunca manifesta concordância com o fato de ele ter ido morar na canoa” (PONCHIROLLI, 2006, p. 62).

Sua imagem perante a sociedade racional e convencional em nada mudara. Decidida em sua escolha sempre aparece em público como aquela que está determinada a reagir ao comportamento do “Nosso pai”. Porém, suas atitudes íntimas, em forma gradativa, sofrem alguma modificação, já que suas convicções são, pelo menos, abaladas. Sua decisão em defender e permanecer na sociedade racionalizada e convencionalizada, onde decide fazer sua opção de existência, fica assegurada. No entanto, isso em nada obstrui alguma modificação nos pequenos e íntimos gestos de “Nossa mãe”. Essa silenciação que ocorre em suas atitudes íntimas é visível no conto. Nesse silêncio: “Ela sabia desse meu encargo, só se encobrendo de não saber; ela mesma deixava,

facilitado, sobra de coisas, para o meu conseguir. Nossa mãe muito não se demonstrava” (ROSA, 1976, p.29)

Indicando sua postura de considerações no seu ambiente íntimo - uma vez que na lógica do mundo patriarcal não há espaço para a demonstração de afetos, fraquezas possíveis das pessoas, retratação das suas ponderações profundas, ou lugar para a contagem das experiências existenciais - ainda que no ambiente social ela continue sendo a mulher da discordância do gesto do “Nosso pai”. Ainda que optando, decididamente, pela existência à luz das demandas das margens, experimenta alguma oportunidade de modificação, à qual resiste, tacitamente, em seu ambiente externo por meio dos seus procedimentos. “mandou vir o tio [...] de outra por arranjo dela, para medo, vieram os dois soldados” (ROSA, 1976, p.29).

No desfecho da voz narrativa, “Nossa mãe” é a representação do ser humano que decide agriolar-se às margens, permanecendo fixada nelas, dando sustentabilidade às demandas sociais, preferindo pautar sua existência a partir das decisões e dos ritmos da sociedade convencional. Dessa forma, “Nossa mãe” exercendo a ação de representante oficial das margens não somente as defende, como as interioriza, com seu modelo de existência. Dessa forma, destitui-se de decisões e valores que poderiam permitir-lhe novos sentidos e projeções para outros espaços possíveis além das margens. Decidida a não enfrentar o seu ser em demasia, não se percebe em construção e, por isso, não se solta e nem salta para a novidade do invento radical em busca de uma nova consciência uma vez que se basta. Antes, sua permanência nas margens dadas, torna-lhe impossibilitada de compreender a feição do gesto paterno - o que a faz desistir de esperar tendo que ir morar com a filha envolvida por um processo de envelhecimento. “Nossa mãe terminou indo também, de uma vez, residir com minha irmã, ela estava envelhecida” (ROSA, 1976, p. 30). Narrado de maneira concisa em frases curtas, esse parágrafo descreve o discurso do filho narrador relatando o início das ações dos parentes, todos de partida e abandono. O gênero lírico e emotivo que dominará totalmente a última parte do conto começa a dar sinais. No bojo dessas partidas vai “Nossa mãe”

prestando fidelidade aos elementos decisivos da sua escolha de existir - os ditames sociais. A sua ação de terminar indo, enfoca que, finalmente, desistiu de tentar compreender aquela “tristonha teima” do marido. Preferindo, no seu decidir final, permanecer vinculada às margens legitimando seus preceitos existenciais estabelecidos. Sua partida é feita em companhia da filha, o que retrata e sustenta a idéia dos pactos sociais estimados e defendidos pelas margens; sua decisão de escolha existencial não lhe deu a beleza e a desafiadora ação de fazer seu próprio percurso do inaudito e do misterioso. Vai tecendo sua existência nos ditames da sociedade essencialista que descarta o olhar para outros possíveis, dispostos a quem tiver coragem de fazer novas escolhas não se deixando determinar pelo confortável, seguro e certo definidos pelas margens. Definida na sua posição, fecha-se em si mesma,

uma criatura que simplesmente existindo como qualquer objeto existente no mundo, possui uma essência definida. Assim, destaca-se como um ser que não exerce potencialidades nem consciência de si ou do mundo” (ARANHA, 1997, p, 43).

“Nossa mãe” se define como uma persona fechada em si mesma, opaca. Fez sua escolha, “terminou indo também, de uma vez, residir com minha irmã” (ROSA, 1976, p. 30).

Ela foge, sua

fuga da angústia não é apenas empenho de alheamento ante o devir: tenta, além disso, desarmar a ameaça do passado. Neste caso, tento escapar de minha própria transcendência, na medida em que sustenta e ultrapassa minha essência. Afirmo que sou minha essência à maneira de ser do Em-si. [...] Ficção eminentemente tranqüilizadora, pois a liberdade estaria enterrada no seio de um ser opaco: na medida em que minha essência não é translucidez e é transcendente na imanência, a liberdade se torna uma de suas propriedades (SARTRE, 1997, p. 87).

Sua atitude constitui-se, fundamentalmente, em negar o nada da consciência e instituir uma essência na existência de não se arriscar ao percurso paterno. Com essa atitude, ela retira de si as responsabilidades de suas escolhas, possibilitando-lhe as desculpas para os infortúnios da sua existência. Permanece no âmbito das margens, resiste o percurso das águas, torna-se uma

pessoa sem mistério e sem desafios, perde de vista a oportunidade de transcendência. Desse modo compartilha da mesma opção do filho, pois, sua fuga constitui um mascaramento do ser e da angústia. Portanto, assume também uma atitude de má-fé. Deste modo, além do sentido denotativo, sugere, metaforicamente, o cansaço físico e psicológico desse tempo que foi investido na defesa das prerrogativas das sociedades das margens à espera do marido que, tendo escolhido o rio como seu âmbito de existência, não voltou. Isto associado ao seu papel de mulher defensora das margens tendo que, em público, tomar as decisões de representante de um mundo patriarcal, o que exige posicionamentos firmes no sentido de resguardar e de defender o já estabelecido; somado às atitudes internas que denunciam suas atitudes íntimas um tanto abaladas: “ela mesma deixava, facilitado sobra de coisas...” (ROSA, 1976, p.29), como representante da família precisa se adaptar a toda a situação instaurada, evidentemente que gera um desgaste e a torna envelhecida devido o aspecto da ação contínua exercida pelos tempos passados sob tríplice pressão: enquanto mulher representante do patriarcalismo, enquanto mulher cansada física e psicologicamente, e enquanto mulher de atitudes internas abaladas. Suas escolhas a envolveram nesse tipo de existência defensora, dependente e abalada devido sua incompreensão do gesto paterno e coragem de fazer outra possível decisão. Uma premissa fundamental no existencialismo sartreano é que o ser humano é diretamente responsável e receptor das suas escolhas. É escolhendo que ele vai tecendo sua existência nesse

Mundo. Não encontra nem em si, nem fora de si um ponto de apoio a que se apegar. Num tal mundo, de fato, tudo é permitido. E diante desta permissividade absoluta só o homem é responsável por suas escolhas, ou seja por aquilo que faz” (STRIEDER, 1984, p.35).

Corroborando com a tese de Sartre de que “a existência precede a essência” (Sartre,1987,p.6), o ser humano existe primeiro e depois é que se define. Vai se definindo à medida que se vai fazendo, e isso requer, necessariamente, decisões livres que lhe projetem para além do já dado. Na voz do narrador, “Nossa mãe” permaneceu instalada às margens e não teve

coragem de decidir para além destas. Permanecendo em decisões já fixadas não ousa e faz uma escolha cômoda e, portanto, não inovadora.

A existência, seja qual for a opção escolhida de vivê-la, sempre se apresenta dialogando com uma permanente tensão. Ainda que na intimidade de pequenos gestos, como no caso da mãe - “[...] ela mesma deixava, facilitado, sobra de coisas, para o meu conseguir” (ROSA, 1976, p. 29) e do filho narrador “Pai, o senhor está velho [...] eu tomo o seu lugar, do senhor na canoa” (ROSA, 1976, p.31) – verifica-se possibilidades de outras escolhas de existência.

Mesmo a permanência na margem de cá ou na margem de lá tem suas próprias implicações e sugere atitudes e comportamentos constituidores dessas formas de existir. A opção que “Nossa mãe” decide pra realizar sua própria existência, elegendo as margens dadas como seu lugar permanente, tem seus próprios desafios e requer decisões tão sérias como qualquer outro foco de existência. É nele e a partir dele que age e reage assumindo posturas e definindo modos que lhe permitam posicionar-se de uma maneira tal que permaneça vinculada como representante da voz das margens. É a partir do local e das demandas de existência definida que faz suas análises e considerações, uma vez que este é seu mundo no qual assume as suas responsabilidades de pensar e ser. No entanto, no desfecho do conto, sua decisão e suas escolhas determinadas, levam-na a uma existência marcada pela passividade, pelos ditames sociais regedores e pelo desgaste psicofísico, o que em nossa análise, consiste exatamente em decisões que não levaram em consideração uma existência solta de consciência condenada a uma liberdade criadora.

2.2 Filho narrador: Entre Ser Em-si ou Para-si

2.2.1 Homem das memórias

A terceira margem do rio é uma autêntica narrativa de uma pessoa, na qual narrar equivale a prospectar o sentido da própria existência. Toda a vida do narrador é dedicada a tentar decifrar o alcance da extremada atitude do pai,

desempenhando na narrativa a função de narrador e de reconstituído da trama. Dedicado a recompor os fios dos tempos, “Mas se deu, que certo dia [...] Nossa casa no tempo, ainda era mais próxima do rio”, “sou o culpado do que nem sei, de dor em aberto, no meu foro” (ROSA, 1976, p. 27 e 31). O filho narrador aprisionado no tempo cronológico e psicológico, num processo também solitário, por vias da memória, faz todo o caminho de volta para dentro de sua condição existencial, alimentado pela memória. Desde sempre o filho segue o pai: “vir também por uns passos” (ROSA, 1976, 27); é ele o seu grande modelo. Nesta posição privilegiada, ele testemunha a partida do “Nosso pai”. Seu movimento é de recuo “fiz que vim” que é voltar-se para trás, para o passado; depois retornar “mas ainda me virei” (ROSA, 1976,p. 28), ou seja, trazer para o presente, rememorar, para saber. Assim, o filho narrador não cumpre nem sequer seu caminho, pára na grotta para espiar e saber os procedimentos do pai. É no colher das ações dele, “calado que sempre”, que almeja chegar à decifração de seu enigma. O narrador faz uma fusão entre passado e presente, abstraindo-se do presente ainda sonha o passado, mas sem vislumbres de futuro. O eixo da narração é presente-passado. Por meio deste eixo o narrador mantém viva a teia das recordações, como se tratasse de um trabalho ao qual tenha optado por se dedicar.

O filho narrador enriquece sua existência solitária às custas do universo ilimitado que é o das recordações. Pois, “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas a chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIM, 1993, p.37).

O acontecimento lembrado constitui seu esforço em construir uma narrativa árida, pautada na interpretação do passado, a qual é salva do esquecimento. Se, por um lado, o filho ao narrar o passado preserva a memória do ato paterno, por outro lado, o esquecimento desse ato seria a chave por meio da qual o sofrimento poderia ser neutralizado, dando uma resposta ao presente e, conseqüentemente, ao futuro. No entanto, está claro no conto, o filho não esquece “e esquecer não posso” (ROSA,1976,p. 30), o que

provocaria, no filho, um efeito balsâmico. Sua existência é toda pautada pelo lembrar e esperar uma vez que “Nosso pai” abnegado das exigências do cotidiano, não estabelece com este nenhum vínculo; ao filho, relegado à condição de guardião e mantenedor da memória do pai, cabe formular os movimentos voltados para a lembrança do que era antes e do que é registrado na relação atual do pai com o presente.

Assim, vivendo na lembrança do passado e atrelado à existência atual do “Nosso pai”, o filho faz opção por uma existência pendente e retrocedora, fincada no movimento da memória e no movimento do rio entre as suas margens, o retroceder e retomar, no fluxo da narrativa, jogando para trás seus pensamentos. Vinculando sua existência ao passado-presente, vivendo na disposição de lembrar e esperar, compreendendo seu ato de memoriar apenas como o registro sob a forma de imagens e lembranças, lugares e datas, sem imprimir em sua vida um processo de saltos e rupturas, desenvolvendo seu raciocínio a partir de uma compreensão da memória como “um processo que é movido pelo futuro”, conforme descreve Bachelard (BACHELARD, 2001, p.154), faz do seu presente um viver do passado na experiência do lembrar sem a dimensão do movimento das margens certas para a incerta: “sou homem de tristes palavras” (ROSA,1976,p.31).

2.2.2 Homem vinculado ao mundo das margens

Outro ponto muito forte na narrativa é seu caráter coletivo, em que o conto é narrado, prioritariamente na primeira pessoa do plural, assim têm-se : “Nosso pai”; “Nossa mãe”, “Pessoal nosso”; “Tio nosso” e somente modifica-se no final quando se aproxima da fuga do filho, que já sozinho na fazenda, culpa-se das situações e fala de si mesmo e de sua situação em tons efetivamente melancólicos agarrado às margens. Uma leitura possível desse caráter coletivo evidenciado na fala do narrador retrata seus vínculos/apegos às estruturas sociais definidas, adaptando-se a elas em toda a narrativa. Os atos do filho narrador expressam que ele é uma personagem caracterizada por uma existência pautada nas margens lógicas da sociedade. Enquanto “Nosso pai” na

sua decisão em deixar as margens dadas, faz sua ruptura consciente e definidora, abrindo um novo tempo pra sua existência, o filho narrador toma a decisão em permanecer em seu mundo relatando não só a despedida do “Nosso pai” como também as decisões, em margem, tomadas por seus demais familiares e por ele mesmo, como assim expressa “Minha irmã se mudou, com o marido, para longe daqui. Meu irmão resolveu e se foi, para uma cidade [...] nossa mãe terminou indo também [...] eu fiquei aqui de resto” (ROSA, 1976, p. 30). Assume uma postura de permanência nas margens em todo o tempo de sua vida, “corri, fugir, me tirei de lá, num procedimento desatinado” (ROSA, 1976, p.32). Essa característica do narrador é tão acentuada que o detém dentro das margens num momento decisivo quando delas poderia saltar cumprindo sua fala e, assim, substituindo o “Nosso pai”.

Assim, configura-se, claramente, que o filho narrador é um homem definitivamente de um só lugar: o mundo convencionalizado, mundo que o prende até o fim e que dele e nele deixa acontecer sua existência retrocedora, hesitante e negadora de outros sentidos e rumos, apesar de visualizar outros mundos possíveis. É existindo nas margens dadas que dá seu último grito agriolhado e atormentado, pede “então, ao menos, que no artigo da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água que não pára, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro - o rio” (ROSA, 1976, p.32). Nesse grito percebe-se, então, seu vínculo estrito e decisivo em permanecer fixado em sua opção de existência que se caracteriza como aquela que vai ficar entregue aos cuidados dos outros - o que bem retrata seu receio e sua indisponibilidade em fazer por si mesmo, a opção em existir fora da segurança das margens.

De todos os personagens do conto, o filho narrador foi aquele que mais teve a oportunidade de ocupar-se e de aproximar-se do “Nosso pai: “fiz que vim, mas ainda me virei, na grota do mato, para saber” [...] “eu mesmo cumpria de trazer para ele, cada dia, um tanto de comida furtada” [...] “enxerguei nosso pai, no enfim de um hora, ele me escutou” [...] “ele me pareceu vir: da parte do além” (ROSA, 1976, p. 28, 32).

Por um lado, isto lhe possibilitou os caminhos introdutórios no mistério que seduziu a figura paterna: “Nosso pai entrou na canoa e desamarrou, pelo remar” (ROSA, 1976, p.28). Por outro lado, isto mostra que, apesar de ser aquele que foi chamado-seduzido para dar-se ao exercício de experimentar o mistério, sua adaptação rigorosa às margens não o permite, uma vez que preferiu permanecer nos rasos da existência. Ou seja, apesar de ser seduzido não teve coragem de tomar a decisão de entrar no rio. Focando nessa leitura possível do conto, observamos que o filho narrador, considerando seu discurso pautado na narrativa é, de fato, o personagem mais vinculado às margens que qualquer outro personagem do enredo, uma vez que sabe o que deve fazer, mas escolhe não fazer.

Dessa forma, verificamos no filho narrador, no desfecho do enredo, a postura decisiva de antagonista. É pra ele, decisivamente, que o pai – o protagonista - se coloca em direção: “Ele me escutou. Ficou em pé. Manejou remo n’água, proava pra cá, concordado” (ROSA,1976, p. 32). Enquanto que “Nossa mãe” e os demais personagens permanecem nas margens devido não compreenderem o gesto do “Nosso pai”, o filho narrador permanece por causa do seu medo e da sua falta de coragem pra assumir o misterioso acolhido pelo pai em sua decisão de viver para além das margens entrando na canoa e no rio. Inclusive, é o medo intenso do filho em assumir as implicações da existência do “Nosso pai”, que o faz vê-lo como aquele que vem da parte do além “porquanto ele me apareceu vir da parte do além” (ROSA, 1976, p.32), denunciando claramente sua impossibilidade e despreparo em decifrá-lo uma vez que não se encontra com decisão e coragem em tomar o lugar do pai na canoa, não discernindo e nem aventurando-se no mistério que se torna incompreensível devido seu apego a uma existência definida pelos poderes das margens. Sua transição de curiosidade não lhe permitirá fazer o salto para o mistério que cercara o pai, constituindo-se assim como representante ardoroso e definido dos valores depurado das margens desprezando, no fundo, a atitude paterna: “e eu não podia” (ROSA, 1976, p.32). Ainda que se ofereça para continuar a missão iniciada pelo pai em seu discurso oral, “Agora, o senhor vem, não carece mais...

o senhor vem, e eu, agora mesmo [...] eu tomo o seu lugar do senhor na canoa” (ROSA,1976,p.32), não se desvinculará das margens, tudo não passava de euforia.

O euforismo do filho narrador nesse décimo terceiro parágrafo do conto retrata que ele não tinha certeza de sua atitude tomada, “sem véspera”, sem pensamento prévio, apenas na fluição que nutria, devido à inquietação que ele sentia pelo assunto (PONCHIROLLI, 2006, p.104).

Portanto, o desfecho do parágrafo emerge como o oposto do que o discurso oral do narrador parece apontar. Seus vínculos mais profundos estão ligados não ao pai, mas à uma existência que da qual não está preparado para deixar - “ às penas, que, com aquilo, a gente nunca se acostumou, em si, na verdade” (ROSA, 1976, p.29); assustadora- “ele me pareceu vir da parte do além” (ROSA, 1976, p. 32) e desafiadora- “ e eu tremi, profundo, de repente” (ROSA, 1976, p.32).

No clímax da narrativa a voz do personagem narrador exclama: “sou homem, depois desse falimento?” (ROSA, 1976 p.32), percebe-se o agonizante questionamento lírico intenso na voz narrativa. Nesse sentido,

sua masculinidade é duplamente questionada: tanto a masculinidade social pautada e baseada num conjunto de ações ditadas como próprias a este gênero (como a própria coragem que não teve, em partir na canoa), como também a masculinidade simbólica e psicológica (o narrador também abandonara o pai; afinal, não conseguiu copiar o pai, seguir o exemplo do pai) (PONCHIROLLI, 2006, p.108).

Em “falimento” temos, portanto, a idéia de manifestação trágica do filho narrador enquanto pessoa, culpada; enquanto cidadão, homem mortal e transitório; e, enquanto homem social e simbolicamente, em falência. Seu pertencimento irrestrito ao mundo das margens solidificadas, não obstante nutrindo uma certa admiração pelo percurso misterioso do “Nosso pai” para o qual sempre desejou seguir desde sua infância, “pai o senhor me leva junto, nessa sua canoa?” (ROSA, 1976, p. 27), é sua escolha e esfera de vida determinante. Sendo homem desse mundo formulado e consumado, que não realiza o salto para outro existir, rejeita a possibilidade de sonhar e de viver no

rio profundo caindo em falimento e dor decorrentes de uma decisão que faz em sua liberdade de escolha.

2.2.3 Homem dependente dos absolutos instalados

Na esteira da filosofia sartreana o Si mesmo consiste num ato de liberdade que o define como ser capaz de tomar para si a responsabilidade dos seus atos. Nisto está definido que é no exercício da existência que se vai ao encontro da essência e não o contrário. O processo de existir tem que ser a pauta primeira do ser humano. Pois,

quando se trata do ser humano, que é um ser histórico, que faz a sua história, o seu modo de existir, Sartre entende que o melhor é partir da sua existência, considerada em primeiro lugar, e então tentar definir alguma coisa. Até mesmo porque, existir é dar prioridade à existência, considerá-la como prioridade, é justamente aquilo que define o ser humano e faz com que ele venha a se construir (SILVA, 2008, p. 1).

Na tentativa de construir-se nas margens o filho narrador, em todo o enredo, toma a atitude em ser aquele que acostuma-se com uma realidade experimentada e faz dela seu lugar de fixação, entendendo existência como a totalidade exclusiva daquilo que já lhe foi transmitido e, por isso, nega-se em ampliar de forma ruptural com o percurso já delineado. Desprezando a existência como oportunidade de desligamentos e novas afinidades no exercício da liberdade, o filho encerra-se nas escolhas já determinadas e seguras fomentando a resistência e o medo desencorajador aos novos apontamentos e possibilidades exigidos por quem decide fazer uma existência concentrada na direção de uma outra realidade. Agriolhado em sua percepção de que pode ser, mas não pode assumir uma realização diferente daquela que já constrói, sua existência acontece e se encaminha nas exigências de uma adaptação mais absolutizante às margens de tal modo que é, exatamente nelas, no desfecho da narrativa, que esbarra com sua existência. Assim, priorizando seu conforto e sua segurança nas margens, o filho narrador prefere escolher, em sua liberdade, os

rasos do mundo e da vida, o que representa uma atitude passiva frente à existência.

Ao escolher a sociedade das normas como seu espaço de existência, o filho narrador a constitui como uma espécie de elemento determinante de seus atos e empreendimentos. Assim, na perspectiva sartreana, nega a existência autêntica. Pois essa tem como pressuposto básico, a responsabilidade de priorizar sua existência exercendo-a sem a intervenção de uma realidade superior que anteceda ou proceda o exercício de sua liberdade. Para o existencialismo sartreano, primeiro o homem existe, se descobre, aparece no mundo; e somente depois ele se define. Sendo assim, o próprio homem decide o seu caminho. Primeiramente ele é “nada”, só depois se faz. E o será conforme se fizer a si mesmo. “O homem nada mais é do que aquilo que ele faz a si mesmo: é esse o primeiro princípio do existencialismo” (SARTRE, 1987, p.6). Ante o fazer-se, é livre, condenado à liberdade.

O filho narrador ao escolher fazer sua existência submissa aos valores e determinações das margens, fixa seus atos numa determinada realidade que sustenta e direciona sua existência para os rasos deste mundo, valorizando seus preceitos essenciais em vez de torná-los relativos e reflexivos. Decidindo fazer sua liberdade de existência por esse rumo de dependência e permanência às margens, faz suas escolhas e se constrói a partir de elementos determinados, sem constituir decisão de rompimento com os mundos já enunciados.

É, então, que no desfecho da narrativa fica dependente outra vez e as escolhas de sua existência é delegada a outros “que pequem em mim, e me depositem...” (ROSA, 1976, p.32). Nessa atitude, ele lega a outros o direito que lhe é próprio - a decisão -, ou seja, ele atribui aos outros - (Deus, o destino, os outros, os astros...) aquilo que lhe cabe fazer na condição de Ser livre. Fugindo de si, ele mente, mente para si mesmo. Isso denota não apenas a falta de uma verdade, mas uma falta da sua própria verdade, enquanto ação. Ou seja, no conceito de Sartre (1997) há uma distinção entre “mentir a si mesmo e simplesmente mentir” (SARTRE, 1997, p. 93). Pois a má-fé se constitui no ato de decisão. O contrário, também decisão, de não fazer uso dessa má-fé, situaria

esse indivíduo na condição da angústia da qual deseja fugir, torna-se um mentiroso, pois, não mentindo para si, toma consciência de Ser livre.

No clímax, do décimo quinto parágrafo do conto, percebe-se o filho narrador como aquele que deixou sua existência ser controlada pelas determinações de uma sociedade já definida, não escolhendo, portanto, a convocação para ser um condenado à liberdade, envolvido pelo mistério de existir. O filho narrador, então, no desfecho do conto, não se dando conta de que a existência não é o que se pretende ser e sim o que se tiver projetado por meio das escolhas que se faz no cotidiano, esbarra em seu próprio engano. Sendo livre para definir seu futuro, através de sua liberdade de escolha, se afastou de um projeto pessoal e caiu no erro de atribuir a fatores externos - a sociedade das margens com seus determinantes - a construção de sua existência temendo a angústia, o desespero e o desamparo, pré-requisitos de quem ousa a liberdade de escolher, vivenciando assim o que Sartre denominou de “má fé” por renunciar a sua liberdade transferindo-a para outros constituídos absolutos por ele, deixando de responsabilizar-se pelo seu futuro através do exercício de sua liberdade, uma vez que optou desprezar o surpreendente acomodando-se aos rasos da vida e do mundo renunciando seu direito e dever de fazer sua existência pautar suas próprias escolhas. Seu ritmo existencial nunca o contentou, o que denota uma consciência de outra possibilidade de existência “Pai o senhor me leva junto nessa canoa? (ROSA, 1976, p. 27). Mais do que ocupar-se com a idéia de acompanhar os deslocamentos do pai, sua trajetória em margem dada, sua decisão em alimentá-lo, não obstante a decisão do conselho de parentes em cansá-lo pela falta de suprimento, demonstra sua insistente necessidade em fazer contatos com ele. Sua decisão no desfecho em tomar o lugar do “Nosso pai” na canoa, são ações e discursos que sinalizam uma certa admiração e cuidados expressados com o “Nosso pai”. Compreendemos na ação e discurso do filho uma determinação, uma escolha enquanto ser fadado à liberdade e à angústia. Ele opta em fixar-se às margens a propósito da função cotidiana de acompanhar e alimentar o pai. Embora,

seduzido pelo mistério, ele foge, “se enterra num seio de um opaco”(1997). Sua fuga da angústia não é

apenas empenho de alheamento ante o devir: tenta, além disso, desarmar a ameaça do passado. Neste caso, tento escapar de minha própria transcendência, na medida em que sustenta e ultrapassa minha essência. Afirmo que sou minha essência à maneira de ser do Em-si. [...] Ficção eminentemente tranqüilizadora, pois a liberdade estaria enterrada no seio de um ser opaco: na medida em que minha essência não é translucidez e é transcendente na imanência, a liberdade se torna uma de suas propriedades (SARTRE, 1997, p. 87).

Sua existência deixará o filho narrador em questionamentos sobre suas escolhas até o desfecho do enredo. Todavia, apesar de todas essas ações que engendram sua postura existencial, sua decisão mais profunda e final no desfecho do conto é mesmo sua permanência nos ramos da vida por falta de coragem para enfrentar e vencer, pelo salto existencial, sua vida marcada pelas regras e forças controladoras das margens. O filho narrador se constitui em seu discurso, como aquele que está ligado a uma dimensão contemplativa do pai e do rio. Sua existência, acompanhando suas escolhas, se dá na determinação das margens. Ficou sem embarcar na canoa, dispensando a oportunidade em decidir fazer uma outra experiência existencial deixando de fazer a travessia. Por isso, também, no desfecho do conto, verificamos sua impressionante força dramática e seu comovente teor emotivo que denota sua condição de homem privado de uma existência desamarrada dos ditames da lógica das margens. Seu grito lírico é de uma força e caráter poéticos intensos uma vez que não dando a existência pra o rio, quer dá seu corpo morto num último pedido clamoroso.

Portanto, as figuras da “Nossa mãe” do “filho”, e do “Nosso pai”, são expressões metafóricas de processos de decisões frente à existência que se expressam em suas diversas ações e postura. Em alguns, medo, em outros, ousadia em face da finitude humana. Os processos decisivos vivenciados por cada personagem são carregadas de todo um acervo de valores. A decisão de “Nossa mãe” em fazer uma opção de permanência às margens, sem pretender delas sair, constitui uma decisão de resistência, uma reação contra outras

possibilidades de fazer o exercício do existir. Em princípio, essa é uma decisão que do ponto de vista pessoal de “Nossa mãe” faz todo sentido e realização pra ela. Isto não está associado ao critério de que seja um processo ideal. Assim também, com relação à decisão do filho narrador com seu incomodante processo de tratar sua finitude. Decidido pelas margens, ainda que tendo vislumbres de outras possibilidades, faz sua decisão de permanecer nos rasos das margens e da vida firmando a posição de saber que precisa mas não pode, definitivamente, se comprometer com outro processo de fazer a existência representado na pessoa do “Nosso pai”. Sua decisão é a de rejeitar o invento do “Nosso pai”; falta-lhe coragem e ousadia para enfrentar o novo, o desconhecido. Assim, acomoda-se deixando que sua existência seja levada passivamente por absolutos que ele elege como essenciais na arte de existir até desmaiar nas margens rasas da vida.

O processo de decisão do “Nosso pai” também feito a partir das margens, representando acordos e desvinculamentos com as realidades oferecidas, igualmente desafiante e possível, é um processo que compreende a existência como um percurso aberto que vai sendo realizado à medida que escolhas e ações vão sendo feitas. Nisto afasta-se de ser regido pelos entendimentos, valores e linguagens que privilegia determinismos e absolutismos pré-concebidos focando em atos e atitudes que preenchem sua existência de gestos inovadores e transgressivos, colocando em situação de limites os acordos estipulados da sociedade das margens definindo seu futuro através de sua liberdade de escolha. Assim, arrisca-se sabendo que apenas seus atos e atitudes empreendedores são capazes de viabilizar sentido e realização pra sua existência envolvendo-se numa busca decisiva e desafiadora em prol de sua personalidade. Consciente de que a existência é uma insatisfação dinâmica que procura vencer obstáculos na ânsia de uma liberdade que garanta a dignidade humana com responsabilidade das escolhas feitas, “Nosso pai” enfrenta os desafios definidos em sua escolha e experimenta a tarefa de realizar-se a si e construir-se. Em face da condição de angústia, desespero e desamparo depara-se com uma nova condição: novos valores e novas escolhas.

Das poéticas de decisão exercidas e assumidas frente à realidade da finitude humana, presentes no conto rosiano, elegemos aquela construída por “Nosso pai” como sendo a mais exemplar por ser aquela que compreende a existência enquanto espaço propiciador de outro lugar possível para além dos lugares já dados o que, por sua vez, implica em permanecer sempre entre, num propósito indecifrável, dinâmico, solto-livre, incapturável por qualquer lógica em seu ato radical de ruptura. A poética de decisão de “Nosso pai” nos propõe, pois, o espaço de negação e de reflexão de outros espaços possíveis.

2.3 “Nosso pai”: Para-si (Para além das margens)

A voz narrativa, em seu primeiro parágrafo, nas primeiras seis linhas, afirma que “Nosso pai” era homem cumpridor, ordeiro, positivo; e sido assim desde mocinho e menino, pelo que testemunharam as diversas sensatas pessoas, quando indaguei a informação” (ROSA, 1976, p.27).

Essa acontecimento que o filho narrador nos apresenta a respeito do “Nosso pai”, esclarece que ele mantinha uma relação de conformação e aquiescência com dizeres e poderes estabelecidos das margens, vinculando sua existência aos ritmos e rumos delineados pelos parâmetros convencionais, indicando uma relação com o universo das margens. Sua postura, descrita na voz do narrador, evidencia que seu cotidiano desde a infância à fase adulta cumpre um papel social de concordância nessa primeira etapa de sua vida - etapa que conforme descreve Ponchirolli (2006, p. 35) “afirma sua neutralidade pessoal em prol de uma existência social “cumpridora”.

Enquanto homem “cumpridor”, sua existência é movimento pujante para fora em direção ao mundo externo, procurando em seu cotidiano adaptar-se fielmente ao exercício de um papel de preservação da cultura estabelecida que potencializa a harmonia social do ser humano com os quadros sociais definidos.

Enquanto homem “ordeiro”, por um lado, sua existência enquadra-se perfeitamente às exigências solidificadas harmonizando-se aos padrões culturais de comportamento esperados. Por outro lado, evidencia seu existir como modelo de sinal e imagem preservadores da ordem. Na condição de homem “positivo” seu processo de existência nessa primeira etapa de vida é caracterizado como aquele que se define, incondicionalmente, ao aspecto preservador da sociedade da ordem.

Assim caracterizado como “homem cumpridor, ordeiro e positivo”, “Nosso pai”, na voz do filho narrador, é definido nessa primeira etapa de sua vida como homem vinculado ao que a sociedade esperava dele. Assumia com intensa disposição seus papéis sociais tornando-se uma referência em defesa e legitimação desses valores. Vivencia sua existência como prolongamento daquilo que já fora definido o que sugere uma adequação passiva uma vez que simplesmente exerce o papel social que lhe cabia sem nada acrescentar. Daí que “Nosso pai” realizando seu papel “cumpridor, ordeiro e positivo” integra-se ao funcionamento lógico das margens, mediadas sempre pelas convenções e regras deixando-se de afirmar-se enquanto homem que escapa das normas e ordens sociais.

A voz do narrador embora descrevendo o “Nosso pai” como aquele que manifestamente empreende sua primeira etapa de vida no apoio e consolidação da sociedade das margens dadas ao importar-se com sua regularidade e legitimidade, nos ajuda a perceber, nesse primeiro parágrafo do conto, que há um afastamento sutil de “Nosso pai” com as demandas totais esperadas pelas definições sociais: ele era “Só quieto” (ROSA, 1976, p. 27). Nossa leitura do conto compreende que nessa expressão reside uma espécie de ponte para a voz narrativa iniciar seu processo de abertura à segunda etapa de vida do “Nosso pai”. Tendo vivido até o presente momento na dimensão de “cumpridor, ordeiro e positivo”, começa a perceber que esse universo externo, alimentado por sua existência, pode ser receptor de outras escolhas, uma vez que é sempre a partir de um ponto existencial dado que é possível imaginar um outro possível, e se empenhar em direção a ele.

Essa direção vai se construindo em processo numa atividade de reflexão dentro de sua quietude “e nunca mais falou palavra com pessoa nenhuma” (ROSA, 1976, p. 30). Compreendemos que nesse silêncio e atitude reflexiva há uma intencionalidade. Poderíamos sugerir uma espécie de transgressão em meio à normalidade dos papéis sociais. Esse momento sinaliza um instante de consideração em que o “Nosso pai” em suas decisões de defensor e executor da sociedade normatizadora, reserva alguma atitude reflexiva e meditativa que lhe permita considerar o mundo de sua sociedade, seu existir tal como se apresenta e experimenta, enquanto que “Nossa mãe” se dá a reger e a ralar indicando sua pertença ao sistema estabelecido. A quietude de “Nosso pai” sugere que é a partir das margens que há um possível diferencial que pode ser instalado e viabilizado comunicando a idéia de que é possível abrir uma nova etapa de vida - coisa que o filho narrador, a mãe e os demais personagens não atinaram preferindo o estabelecimento nos espaços delineados. Essa decisão tomada por “Nosso pai” de iniciar, por meio da ação silenciosa e reflexiva, uma escolha pessoal e responsável se torna, no conto, o ato primeiro de uma ação transgressiva e determinante para a abertura de uma nova etapa de existência.

A ação do “Nosso pai” de se portar “Só quieto”, bem como seu ato, no enredo, de silenciamento continuador mais absoluto é, conforme Ponchirolli (2006, p.119), “a busca pessoal e íntima do “Nosso pai” oriunda da negação frente aos valores do mundo, bem como sua integração ao cosmos e à natureza.” Os demais personagens do conto permanecem integrados aos ritmos normais, firmam-se nos valores fixados e não se insurgem em atitudes reflexivas e diferenciadoras.

Portanto, o “Só quieto” marca o início do desvelamento necessário de uma outra etapa que é inicialmente, construída por “Nosso pai” evidenciando uma outra decisão possível que lhe permitirá sair das suas adjetivações concordantes, simplórias e passivas, investindo em empreendimentos existenciais diferenciadores que vão dar ao enredo novos e perturbadores desdobramentos. Esses empreendimentos realizados a partir do silenciamento e da quietude de “Nosso pai”, vão permitindo ao seu imaginário o novo projeto de

existência que inaugura a decisão de afirmar sua personalidade e personalidade assumindo um processo diferente do até então vivenciado onde se apresentava como uma figura adaptada ao mundo da normalidade vigente, e aos olhares sociais esquecendo-se de uma ação afirmativa de si mesmo.

A escolha por uma existência diferenciadora daquela que até então foi manifestada por “Nosso pai”, a de permanecer atrelado às margens sendo homem cumpridor, ordeiro e positivo, paulatinamente se faz ver no conto. Enquanto a existência dos demais personagens do conto esbarra nas contingências de uma ordem social fundada em laços patriarcais, a decisão do “Nosso pai” aponta para uma outra realidade que não somente questiona e refuta a lógica das margens, desprezando-as enquanto espaço de sua existência, como também elabora em seu imaginário outro espaço possível para exercitar sua existência denominado, metaforicamente, de terceira margem.

As ações do “Nosso pai” em todo o enredo se apresentam como aquelas que fazem ressonância à prerrogativa de que a construção existencial humana é feita de escolhas, uma possibilidade sempre aberta e, por isso mesmo, nunca fadada ao estancamento e nunca confinada à perpetuação dos dados já interiorizados e definidos. A realidade humana por não estar predeterminada ou dependente de algozes deterministas, ainda que seja uma realidade que já se depara com pressupostos tendenciosos aos ranços estipulados por determinadas forças sociais, tem como característica basilar seu caráter precedente à essência que é constituído por princípios inegociáveis da liberdade e responsabilidade. O autor, conforme nossa leitura, em seu texto ficcional, sabe que todo processo libertário é um realizar-se que incide diretamente e radicalmente na questão da decisão. Como também está consciente que isto implica um custo, um risco e ruptura radicais, exatamente por que difere da noção de um já estabelecido e normatizado.

A decisão de “Nosso pai”, certo dia, de mandar fazer uma canoa “Mas se deu que, certo dia, nosso pai mandou fazer uma canoa” (ROSA, 1976, p.28), evidencia que, embrenhado de um nova consciência, que nasce a partir de sua

determinação em ir em direção a si mesmo numa tarefa de constituição de sentido existencial, inicia seu procedimento de condutas que vão sinalizando seus gestos primeiros de desistência do atual modo de ser e de confronto direto e aberto com seu passado e aos arranjos culturais do seu presente. Essa nova consciência engendra um novo modo de existir, expressando dessa forma uma nítida e aberta possibilidade de ser-mais. O que necessariamente convoca o ser humano a se tornar uma questão para si mesmo. “Mas se deu que, certo dia, Nosso pai mandou fazer para si uma canoa” (ROSA, 1976, p.27). Tal atitude justifica seu compromisso com o existir autêntico, o que lhe propicia um novo projeto de ser.

No conto, essa atitude inovadora faz o diferencial decisivo do “Nosso pai” em relação aos demais personagens. Uma vez que, nas decisões existenciais, todos os demais personagens fazem a opção de sustentabilizar os preceitos das margens dadas permanecendo fixados nelas, “Nosso pai” fazendo o exercício de sua liberdade para a conquista de sua existência na canoa e no rio, como sua decisão pessoal frente ao sistema, relativiza as estruturas sociais e se despede delas em sua consciência nova e esclarecedora de ser, onde seu percurso, não mais definido e estreitado, e, portanto, irrelevante e inexpressível de ser, é desatrelado das margens definidas. Faz seu novo percurso radical de intencionalidade se tornar uma ação criativa, indicando ser possível à conduta existencial, questionadora e inovadora, promover a coragem de conviver com uma nova consciência, iniciar novos procedimentos num percurso livre e aberto em direção ao desconhecível, gestando atitudes novas, geradoras de movimentos metafóricos nos espaços aquáticos, “Nosso pai entrou na canoa e desamarrou, pelo remar. E a canoa saiu se indo...” (ROSA, 1976, p.28), fazendo uma ruptura radical com os espaços já dados e conhecidos, iniciando outros espaços novos e desconhecidos - o que sugere ser a existência autêntica o desafio de novos empreendimentos não dando ao atual estado das coisas a condição de concluídos.

Deste momento em diante, no conto, seu habitat será outro, suas condutas serão outras e sua responsabilidade será a “...de se permanecer

naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa para dela não saltar, nunca mais” (ROSA, 1976, p.28), empenhando-se em sua decisão de fazer escolhas que divirjam das eleitas pelas margens o que provocou o estarecimento dos fundamentos definidos: “ a estranheza dessa verdade deu para estarecer de todo a gente” (ROSA, 1976, p.28).

Lidando com a existência de modo interrogador, “Nosso pai” decide empregar sua atividade existencial num percurso aberto tomando consciência de novas decisões pra sua existência à medida que vai permanecendo em sua canoa que desliza ao saber misterioso daquelas águas, “Só executava a invenção de meio a meio sempre dentro da canoa...” (ROSA, 1976, p.28), dando-se à companhia das águas do rio, consciente de que o existencial humano é construído autenticamente nos espaços de uma sempre indeterminação. Por ser, o existente, sujeito de indeterminação, seu foco não pode ser o estabelecido e o permanente. Ele é sujeito que se permite entrar nos movimentos das águas enquanto, em silêncio, também se movimenta para ser mais do que é. Em seu percurso de indeterminação elege seu princípio existencial: a defesa por um espaço de exceção indicado pela referência de uma terceira margem. Este espaço de exceção existencial se caracteriza como aquele espaço, presente no conto, que viabiliza as solturas intermináveis no rio “...nosso pai nunca se surgia a tomar terra, em ponto nem canto, de dia nem de noite, da forma como cursava no rio solto solitariamente” (ROSA, 1976, p.28). Se configura como seu entre lugar, evidenciando sua permanência sempre escapante das margens configurando uma presença ausência, movente perpétuo. À medida que se espelha nas águas do rio, vai alcançando a profundidade do humano percebendo a existência como espaço sempre inacabado do eterno vir-a-ser. Dessa forma, “Nosso pai” escapa a todas as tentativas de capturação e de aprisionamentos pelas forças oponentes e estruturadas das margens. Sua existência dilusa e mergulhante se mistura às próprias águas de seu percurso impossibilitando sua adestração: “ ...nosso pai se desaparecia para a outra banda” “...nosso pai passava ao largo avistado ou diluso” (ROSA, 1976, p. 29). Sendo seu lugar espaço existencial, lugar de

vivenciar as escolhas dos rumos tomados diferentes dos lugares daquela sociedade, ele se constitui como a terceira margem daquele rio. Margem indeterminada, movente... que ao saber e sabor das correntezas das águas sonhadoras e devaneicas, ora é visto, ora se esconde; margem do silêncio e margem da invenção. Margem que invoca-se enquanto ser, intimizando-se; e margem que evoca o desconhecido. Margem utópica e margem heterotópica. Margem compreensível e margem expurgada da compreensão. Lugar terceiro, espaço escolhido por “Nosso pai”, denota não mais o uno e o absoluto ou a bipolaridade, mas o momento terceiro, em que as contradições e opostos estão reunidos. Em termos filosóficos, isso equivale à obtenção da síntese, apogeu do processo dialético, momento de equilíbrio. “Nosso pai”, princípio resolutivo que não mais pensa chegar em algum lugar (existência determinada) se constitui em margem terceira que continua no percurso traduzindo sua consciência do aspecto imutável da existência (existência indeterminada). Se a travessia representa a vida, a embarcação seria o próprio meio de conduzi-la, e é a singularidade com que o pai a faz o que o coloca como um ser de exceção. A Terceira margem é o não lugar possível de implementar a negação dos valores absolutizados das margens, a imersão no silêncio que pensa e elabora, espaço de distanciamento e aprofundamento do mundo, despedida da visão das margens e adentramento no mistério existencial diferenciador. Na linguagem e definição de Michel Foucault um “lugar real que é completamente diferente de todos os lugares numa sociedade, os reflete e fala deles” (FOUCAULT, apud, SILVESTRE, 2007, p.2). Com esse sentido de existência “Nosso pai” faz seu caminho percebendo que o ser humano não tem destino definido por uma essência, e seu propósito consiste em entrar nessa terceira margem, entre as beiras, entre dois mundos, no meio do rio para sempre.

O silêncio que “Nosso pai” opta por fazer significa seu lugar de recuo, seu distanciamento necessário para que o não dizível faça sentido. Em *A terceira margem do rio*, com o cessar da palavra convencional “Nosso pai” elabora um outro projeto-linguagem que abre o encontro com o mistério. Com a escuta silenciosa de sua consciência e desse espaço possível que se constitui em seu

novo espaço de habitação, estamos diante do exercício da liberdade que faz uma escolha que abdica a linguagem das margens impedindo por completo que ela se transforme em obstáculo ao seu novo sentido de vida. O silêncio que exerce em relação à cultura e ao social estabelecido das margens, simboliza sua fuga da ordem convencionada abrindo, portanto, mão do tipo de existência que lá se processa. O silêncio de “Nosso pai” se constitui em ato inventivo e articulador que sinaliza e abarca, por sua vez, uma nova etapa de existir já que sobre ele incide vivenciar sua liberdade assumindo novas responsabilidades frente à arte da existência. Seu silêncio é a fuga do âmbito da linguagem padronizada onde define seu anseio de partir, desligando-se das linguagens estruturadas da convencionalidade a fim de definir-se enquanto pessoa que aborda outro universo existencial com uma nova linguagem. “É no silêncio que o homem se define, sem as máscaras sociais e as convenções que são obstáculos do ser que busca sua personalidade” (SENDRA, 2000, p. 92). O silêncio paterno é linguagem contestadora e transgressiva que se sabe decisiva em ouvir a raiz mesma do ser promovendo a ruptura e o ingresso em uma nova modalidade de ser, viver e agir. É preciso silenciar para começar a falar autenticamente o nosso mundo e a nossa linguagem a fim de dar conta das complexidades da existência. O silêncio a que ele, “Nosso pai”, se entrega e dirige-se rumando em direção ao rio e de si mesmo, produz o espaço fundamental para uma reflexão existencial onde os sentidos, em sua movência, em seu fluxo incessante, se mostram e se escondem anunciando seu encontro livre e aberto com o espaço misterioso da terceira margem.

Ao privilegiar o silêncio como seu espaço e linguagem, ainda como habitante no espaço das margens dadas, por ser “Só quieto”, o homem da canoa reflete e desliga-se de procedimentos exigidos pela sociedade comum e realiza sua transição para um outro possível lugar só visualizado por quem pretende exercitar uma consciência nítida de uma realidade criativa desligando-se, logicamente, dos dados convencionais. Conforme nos diz Faria (2008, p. 2): “A quietude externa é o requisito essencial para o trabalho interior”. A travessia para a solidão e para o silêncio exprime a busca ardorosa das potencialidades

que caracterizam o ser humano e o desejo passional de transcender as humanas limitações, que impedem o contato com realidades mais vastas. No exercício do silêncio e na linguagem dele é que ascende o homem da canoa tentando encontrar-se. É na liberdade advinda dessa outra linguagem, desconhecida pelas margens, a linguagem transgressiva do silêncio, que é articulado um outro entendimento capaz de imprimir no velho da canoa o novo compromisso de engajar-se com outros movimentos existenciais diferentes daqueles de homem cumpridor, ordeiro e positivo.

A esteira da filosofia sartriana nos convoca a enxergar que o processo de existir é aquilo que define, pelo menos quando se trata do ser humano. Por isso mesmo ele não possui uma tábua de valores à frente ou uma prévia a ser seguida. Cabe ao ser humano fazer suas escolhas existenciais a partir de valores; valores inventados de modo radical que darão sustentabilidade às escolhas realizadas que vão se multiplicando ao longo da vida. Esta tarefa pertence ao ser humano que, ao exercer sua consciência de personalidade, elege a iniciativa de projetar sua existência para outros rumos diferentes dos já implementados. Isto é realizado por meio e através de tensões e embates que esse novo percurso inclui.

O processo de existir é um processo dialético no qual, como seres livres, somos desafiados a sermos o que ainda não somos. Esse processo acontece dentro do tempo da existência e é determinado por vários limites, por várias condições, por vários fatos que já encontramos no mundo em que vamos viver e que com os quais temos que nos defrontar. Então, esse compromisso existencial que é processado por meio da liberdade, é tanto subjetivo quanto limitado objetivamente. Isso não importa. Por mais fortes que sejam os limites, por mais contundentes que sejam os obstáculos históricos que temos que viver e com os quais temos que nos confrontar, somos livres para nos colocarmos perante eles. No existencialismo de Sartre encontramos uma máxima que diz: “sou aquilo que faço com o que fazem de mim”. O ser humano é aquilo que faz com as determinações, com tudo aquilo que pesa sobre ele e que não pode evitar. No entanto, tem a liberdade de assimilar, interpretar, aceitar e até recusar. Afinal, o

exercício da liberdade nos torna livres para o enfrentamento dos limites objetivos e para nos fazermos a nós mesmos apesar de, e a partir também dessas condições e determinações. É dentro desse conflito que cabe a alteridade do ser humano de exercer sua liberdade e diante de todos e de tudo afirmar-se como sujeito de sua existência e de sua história, considerando que

a liberdade é um modo difícil e dramático de existir, por que a liberdade mais do que uma faculdade ou um modo, uma palavra, ela é um processo, ela é uma conduta. Em vez de dizer liberdade, nos aponta o rigor conceitual do existencialismo, devemos dizer libertação (MOREIRA, 2003, p.43).

O ser humano é aquele que continuamente tenta exercer a liberdade. Portanto, é melhor falar em termos de ação-libertação; porque ultrapassar as situações limites e tornar esses limites factuais, históricos, existenciais, ocasiões para o exercício da nossa liberdade, é no que consiste o modo que o ser humano tem de ser livre e de projetar a sua consciência que nada mais é do que a resistência inflamada e devoradora do ser.

Desse modo “É somente no exercício dessa consciência que desenvolve-se a liberdade de projeção uma vez que a consciência ao sustentar a projeção afirma que o possível é o elemento faltante” (STRIEDER, 1984, p.35).

Na questão da liberdade relacionada com essa existência, nada identifica o ser humano a não ser a liberdade que ele tem de se projetar, de construir a sua identidade através de suas escolhas, da intenção de valores que elege para si mesmo. Portanto, “essa dimensão absolutamente moral da existência e da história pessoal de cada um é aquilo que o existencialismo sartreano enfatiza em uma de suas teses” (DALLE, 1977, p. 67).

No conto rosiano percebemos que fatores externos tais como a família, a sociedade, os poderes institucionalizados estabelecidos são objeções que se levantam e que tentam inibir a decisão do homem da canoa, em prosseguir em seu intento e sentido de existência. Diante dessa realidade de oposição e de desentendimento de sua ação, a tudo enfrenta e resiste executando sempre a “invenção de se permanecer naqueles espaços do rio” (ROSA, 1976, p. 28). As

vozes das margens: “ Cê vai, ocê fique você nunca volte!” (ROSA, 1976, p.27); “Nosso pai” se desaparecia para a outra banda, aproava a canoa no brechão, de léguas, que há, por entre juncos e mato...” (ROSA, 1976, p. 29); “O severo que era, de não se entender, de maneira nenhuma, como ele agüentava” (ROSA, 1976, p.29), são exemplos narrativos desses obstáculos e limites que se estabelecem como demandas de um mundo já determinado, e que tenta se impor contra novas decisões e sentidos existenciais visualizados.

A imaginação rosiana, como sempre, atesta, incentiva e elege o exercício da liberdade como oportunidade em considerar as condições objetivas, assimilando-as e reinterpretando-as numa possibilidade de encontro com a liberdade que opta por outros valores encaminhando-se em direção a outra existência possível norteadora de sentidos e valores históricos, em outro espaço alternativo denotado por ele de *A terceira margem do rio*.

A atitude do pai em fazer sua existência flutuante nas águas de um rio, espelhando-se a si mesmo nas fluências das águas/vida, numa canoa de um só lugar, num processo de encontro com o misterioso, é uma atitude de difícil compreensão, pois todas as ações históricas, de certa forma, são das margens. A voz narrativa desconhece e não dá conta de alcançar em seus desdobramentos as ações do pai porque está limitada pelos espaços sólidos. Talvez por isso o filho narrador se debate “...O severo que era, de não se entender...” (ROSA, 1976, p.29) e se agoniza por não compreender a decisão do pai.

O conto em estudo apresenta o tema do processo de individuação da experiência, metaforizada pela canoa de um só lugar, ocupada por uma pessoa. Nesse caso, a experiência passa a pertencer à esfera do individual, não sendo possível narrá-la. Da experiência do pai ele nada pode falar, pois ela não lhe foi transmitida. O que o pai o ensina é que certas experiências são inenarráveis, não compartilháveis. Dessa forma o filho se agarra ao acontecimento vivido, sobre o qual tem domínio e clareza. A inserção de uma terceira margem do rio reflete uma espécie de perversão espacial que o pai assume como nova

possibilidade da existência, o que, implicitamente, aponta para esta fundação da existência no mistério. Nessa margem terceira não temos narradores e nem informações seguras, a partir do mundo compreensivo das margens. A corrente do rio que leva esta personagem-chave a navegar numa dimensão desconhecida e distante, não é possível ser mensurada uma vez que não está em um espaço. Antes, constitui-se no próprio espaço do desejo.

Talvez a filosofia existencial não dê conta de compreender esta ação e este lugar, uma vez que a existência está para além da imaginação do saber metódico. Contudo, se apresenta como porta de entrada para os recônditos mais profundos do Ser.

Tendo acompanhado e analisado as decisões poéticas de existência das personagens, a partir da voz narrativa e dos aspectos importantes da filosofia existencial sartreana, continuaremos o cursar pelo rio na tentativa de acompanhar a canoa para além das margens, instaurando um possível olhar sobre o desconhecido.

CAPITULO III

3. RELIGIÃO EM GUIMARÃES ROSA

O tema da religião é central na obra de Guimarães Rosa. E, de forma pontuada, se faz idéia transversal em todos os seus escritos. Como tema movente em seu romance de maior destaque Grande Sertão: Veredas, reflete as questões profundas da espiritualidade discutindo temas religiosos - filosóficos pertinentes à existência tais como: o medo, a morte, o bem, o mal, Deus, diabo,

com um rigor de profundidade impressionante uma vez que em Rosa a idéia de religião não está confinada no usual das doutrinas e dos credos religiosos. Ao contrário, são temas refletidos sem compromissos da religião institucionalizada e sem formas teológicas definidas, livres, e a partir de uma imaginação privilegiada, capaz de reunir influências religiosas e espirituais sem, contudo, seguir nenhuma linearidade que poderíamos chamar teológica. Podemos justificar essa afirmação em Carvalhaes (1997):

As fontes de onde bebeu Guimarães Rosa são sincréticas e recebem águas do esoterismo, a Bíblia - especialmente os evangelhos, o Chandogya Upanishad, Platão, Sertillanges, Romano Guardini, Plotino e o periódico Christian Science (CARVALHAES, 1997, p.45).

Ainda nessa direção Sperber enfatiza em seu estudo sobre o papel da religião em Guimarães Rosa duas razões pelas quais o autor desenvolve interesse pelas leituras espirituais: “a pessoal e na busca de transcendência, a profissional, isto é, literária na conversão das características doutrinárias em processos narrativos” (SPERBER,1976,p.32). Suas ênfases nas leituras e preocupações espirituais apontam que, além dos muitos temas preferidos por Guimarães Rosa, em sua biblioteca, a temática da religião o impressionou de maneira decisiva constituindo-se em seu tema de maior importância levando-o a declarar em uma das suas correspondências:

Sou profundamente religioso, essencialmente religioso, ainda que fora do rótulo estrito e das fileiras de qualquer religião ou seita; antes talvez como o Riobaldo do Grande Sertão: Veredas, pertenço eu a todas. E especulativo demais. Daí todas as minhas, constantes, preocupações religiosas, metafísicas, embeberem os meus livros. Talvez meio existencialista-cristão (alguns me classificam assim), meio neoplatônico (outros me carimbam disto), e sempre impregnado de hinduísmo (conforme terceiros). Os livros são como eu sou [...] Ora, você já notou decerto, que como eu, os meus livros, em essência são “antiintelectuais” – defendem o altíssimo primado da intuição, da revelação, da inspiração, sobre o bruxulear presunçoso da inteligência reflexiva, da razão, a megera cartesiana, quero ficar com o Tao, com os Vedas e Upanixades, com os evangelistas e São Paulo, com Platão, com Plotino, com Bérqson, com Berdiaeff- com Cristo, principalmente. Por isso mesmo, como apreço de essência e acentuação, assim gostaria de considerá-los: a) cenário e realidade sertaneja:1ponto; b) enredo:2 pontos; c) poesia:3 pontos ; d) valor metafísico-religioso:4 pontos (MAGALHAES, 2003, p. 86).

A fortuna crítica da obra literária de Guimarães Rosa afirma que seu gosto por leituras espirituais e assuntos religiosos beneficiou seu compromisso com uma postura e sentimento heterodoxos permitindo que sua linguagem e sua visão de religião estivessem sempre dispostas a transgredir as condutas normativas tanto da língua como da religião. Como assim afirma Magalhães:

A religião na vida e na obra se traduz na visão que o autor teve de temas religiosos e no desdobramento das personagens e dos conteúdos narrativos de sua obra. Além disto, a relação entre heterodoxia religiosa e heterodoxia da linguagem é inequívoca. Assim como Guimarães Rosa foi um “transgressor” dos limites impostos ao uso de textos e mensagens religiosas, assim também ele o foi no uso da língua. A heterodoxia da religião deve ser entendida como irmã da heterodoxia da linguagem. Vários autores colocam estas duas heterodoxias separadas, sendo que ambas se pertencem e mutuamente se influenciam. Por que esta relação intrínseca entre essas duas heterodoxias? Porque ambas formam instâncias fundamentais, na interpretação da vida, do ser humano, do sertanejo, do Ser- Tao, do sertão, do ser tão (MAGALHAES, 2003, p. 89).

Magalhães corrobora com nossa compreensão no tocante a forma inventiva e criativa de Guimarães Rosa de renovar o mundo por meio das palavras, diluindo as fronteiras que, sob a ótica comum, seriam excludentes, trabalhando o seu projeto literário religioso como um ato político de estar no mundo, movendo-o em prol da própria vida. Conforme ele próprio disse: “Somente renovando a língua é que se pode renovar o mundo” (LORENZ, 1973, p.246).

Ainda nessa direção Magalhães aponta que lidar com as palavras:

significa um tratamento dado aos temas fundamentais da existência. Cada palavra é sagrada, por que cria, nomeia, dá identidade, descobre os mundos. Cada palavra é acompanhada de sentimento poético e de preocupação metafísica, e o alcance de sua profundidade pressupõe um olhar e um estilo transgressores [...] o lugar comum é o “pecado” da língua, corrupção da carne, pecados contra o Espírito Santo. A imagem do Espírito Santo como aquele que renova, recria, traz o novo surpreende, reinventa, é uma imagem também presente na tradição judaico-cristã” (MAGALHAES, 2003, p. 90).

Nesse mesmo sentido, alude Sperber:

As observações marginais, ingênuas (de seus livros) parecem indicativo de um cristianismo sui generis, um cristianismo de fé e

oração, um cristianismo em que o Espírito Santo teria algo de milagroso, de mediador com a transcendência – inerente à sua natureza intrínseca- mas não forçosa e indispensável ligada ao Pai e ao Filho (Sperber, apud MAGALHAES, 2009, p.90).

Assim, observamos nessa relação da literatura rosiana seu esforço criativo em explorar as potencialidades da língua e da religião afirmando seu instalado desafio em compreendê-las, reconhecendo que é impossível impor-lhes uma só orientação normativa ampliando-as para universos mais significativos viabilizando assim o acompanhamento às dinâmicas da vida. Como assim afirma Magalhães:

Engana-se quem imagina aqui a superficialidade como sinônimo de pluralidade religiosa. A variedade das experiências e práticas religiosas é um retrato da variedade e complexidade da própria vida. A religião acompanha a dinâmica e as demandas da vida, vida que não se deixa interpretar, acolher, esgotar por uma versão somente do fenômeno religioso (MAGALHAES, 2003, p. 91).

De fato, sem a pretensão de esgotar por uma só versão o fenômeno religioso, realiza uma feitura alquímica gerando das misturas efetuadas, uma nova experiência. Compreendemos que sua múltipla pertença às várias expressões religiosas e lingüísticas viabiliza um aspecto propiciador para lidar com as várias questões e demandas da vida.

A obra de Guimarães Rosa é, acentuadamente, uma obra embebida de religião. Não de religião enquanto confissão religiosa institucionalizada, unívoca e invocadora de credos específicos e doutrinas determinadas e teologias dogmatizadas. Seu grande prazer pela religião está em percorrer por todos os tipos disponíveis e extrair aquilo que lhe interessa ajudando a vida nesse percurso onde Deus e o Diabo se intercalam, se calam e se misturam. Em seu livro Sagarana, há referências e ecos bíblicos numa amálgama sincrética com a religião cristã popular, o que aponta sua leitura atenta da Bíblia. Sua religiosidade, portanto, é sincrética e não baseia-se em fidelidades doutrinárias e nem institucionalizadas. Seu caminho espiritual recebe as influências esotéricas, cristãs, gnósticas, tornando sua literatura minada de aspectos religiosos. Dessa forma, sua experiência religiosa é uma bricolagem de várias doutrinas e

pensamentos espirituais porque para ele quanto mais polifonia religiosa na vida, melhor.

As influências espirituais que Rosa recebe não estão preocupadas com a defesa de atos religiosos de denúncia do real. Heloísa Araújo, uma estudiosa e crítica de Rosa, chega a intuir que a sua mais expressiva obra *Grande Sertão: Veredas* é um texto espiritual que traduz a caminhada de um ser humano em direção à sua purificação. Ela entende Rosa como um místico que tem em sua literatura a preocupação de tratar o grande tema: o humano e sua trajetória existencial/espiritual.

O fenômeno religioso, conforme expresso por Rosa, não tem a questão social como tema central da sua obra. Sua obra mostra o real e suas seqüelas, seu desatino, sua interferência dolorosa na vida do ser humano, sobretudo, em sua obra maior *Grande Sertão: Veredas*.

Nesse sentido Silva destaca:

Há pobreza espalhada e dor por causa dessa pobreza; figuras inumanas e gente má - o que gera conseqüências diretas no corpo e na vida das pessoas [...] No entanto, não faz desse real de dor e pobreza sua grande preocupação. O seu olhar e sua preocupação estão dirigidos para o coração da questão central: o humano, sua existência (vida) sua crise (sofrimento) e sua busca pelo sagrado (religioso). O problema do sofrimento humano em Riobaldo, protagonista do *Grande sertão: Veredas*, conseqüentemente, em Guimarães Rosa, é um problema de existência, e a pergunta é sobre essa existência. Seu olhar está pontuado a serviço do homem e de Deus, do homem de Deus, da transcendência (SILVA, 2009, p.30 e 34).

Corroborando com Silva, assim compreendemos que fica patente em *Grande Sertão: Veredas* a forma magistral como Guimarães trata da existência humana. Nesse sentido se faz teólogo da ambigüidade, não dogmático, sincrético, brasileiro. Em sua busca por assuntos religiosos é extremamente sutil não se apegando a uma ou outra seqüência lógica de suas influências espirituais. Rasteja tudo que pode. Riobaldo personagem central em *Grande Sertão: Veredas*, diz da centralidade da religião, de “muita religião” pra vida. Diz ele: “Por isso é que se carece de religião, para se desendoidecer, desdoidar. Reza é o que sara loucura. No geral. isso é que é a salvação da alma... muita

religião, seu moço! eu cá, não perco ocasião de religião. aproveito todas. bebo água de todo rio... uma só, para mim é pouco, talvez não me chegue. rezo cristão, católico, embrenho a certo; e aceito as preces de compadre meu Quelemém, doutrina dele, de Cardeque. Mas quando posso, vou no mindubim, onde um Matias é crente, metodista: a gente se acusa de pecador. lê alto a Bíblia, e ora, cantando belos hinos deles. Tudo me quieta, me suspende. Mas é só muito provisório. Eu queria rezar- o tempo todo. (ROSA, 1988, p.15). Desta forma, bebendo de várias águas, estabelecendo um pensar religioso sincrético e libertador denunciado em seus textos como Sagarana, Grande Sertão: Veredas, Corpo de Baile, Primeiras Estórias, nosso literato demonstra que sua preocupação não é outra senão com o ser humano e com o transcendente e que seu ideal de religião está alicerçado numa espiritualidade sem amarras, sem credos, sem doutrinas e desinstitucionalizada já que procura promover um sem limite na percepção de Deus e nos dizeres sobre Ele, de seus mistérios e de sua relação com a vida. O que se percebe nos seus textos poéticos religiosos é que Rosa sugere que a vida tem que ser reinventada e resignificada sempre.

A obra de Guimarães Rosa, nos diz Silva, é toda ela uma busca de transcendência, um meio de quebrar os condicionamentos limitadores do cotidiano e (re)instaurar o sentido mi(s)tico das coisas. Em suas obras como Grande Sertão: Veredas, Sagarana e Primeiras Estórias, sobretudo, verificamos os sinais e as pistas místicas e metafísicas estendidas, citações platônicas e religiosas, digressões filosóficas e sapienciais, imagens simbólicas como a do rio, canoa, jornada, travessia, símbolos ocultos, a idéia do Sertão mais do que lugar geográfico, espaço de questionamento da condição humana. No dizer do próprio Guimarães Rosa em conversa com seu tradutor, têm-se: “Todos os meus livros são simples tentativas de rodear e devassar um pouquinho o mistério cósmico, esta coisa movente, impossível, perturbante, rebelde a qualquer lógica, que é chamada “realidade”, que é a gente mesmo, o mundo, a vida. Antes o obscuro que o óbvio, que o frouxo. Toda lógica contém inevitável dose de mistificação. Toda mistificação contém boa dose de inevitável verdade, precisamos também do obscuro”. (LORENZ, 1973, p.345). Nesse sentido, a obra

de Guimarães Rosa é toda ela uma busca de transcendência, um meio de quebrar os condicionamentos limitadores do cotidiano e (re)instaurar o sentido místico das coisas.

Sabe-se que Rosa em sua necessidade de apontar em sua obra o obscuro, o oculto e o enigmático, tem diretamente um compromisso crítico em relação à herança cartesiana, herança da lógica e da racionalidade científica que se pretende como uma síntese totalizadora da vida. Em cada frase de Rosa, há como que um germe da consciência de que o processo de apreensão do mundo não pode ser realizado unicamente através do pensamento lógico. Há muito na vida e no mundo que a lógica não consegue, por si mesmo, enunciar por que em seu âmago há um elemento fundador, vital, estranho e misterioso que ultrapassa a lógica.

Sob esse percurso no qual trilhamos, *A terceira margem do rio* é uma peça emblemática, podendo servir de epígrafe a toda obra rosiana. *A terceira margem do rio* é um dos contos rosianos onde percebemos um grande diálogo de Rosa com a questão da espiritualidade. Aqui, um homem “cumpridor, ordeiro e positivo” (ROSA,1976,p.27) desde sempre integrado ao pequeno mundo de um vilarejo interiorano, subitamente, e sem nenhuma explicação, resolve abandonar tudo para viver numa canoa, num eterno movimento de ir e vir rio abaixo, rio acima. Esse movimento, que se esgota em si mesmo, sem a finalidade prática de chegar a algum lugar, extrapola a lógica racionalista e a perturba por que rompe com a idéia de utilidade para tocar o plano do misterioso, simbólico e mi(s)tico. A maneira como o conto se inicia: “Nosso pai...” já vai enunciando ecos religiosos, enunciação litúrgica, figura paterna que já fala de sua dimensão oculta, transcendente, não humana. Nesse sentido, tal como nos mitos sobre as origens, o contorno simbólico do pai, no conto de Rosa, se aproxima da simbologia da morada eterna, manifestação direta da transcendência, da perenidade e sacralidade – o que sugere um distanciamento da ordem secular.

Na narrativa de *A Terceira margem do rio*, a simbólica do rio aparece como elemento orgânico - primevo que representa o espiritual e o absoluto. Entrar em

suas águas equivale a entrar noutra esfera de vida e a galgar para a reintegração do homem com sua unidade primordial retratando uma espécie de experiência alquímica constituidora do elo entre o imanente e o transcendente. Assim, o pai ao fazer seu caminho de encontro com a fonte primordial fertilizadora e regeneradora, cumpre a missão de servir de intérprete, de intermediário entre o mundo e o infinito. No desfecho, percebe-se que o conto encerra-se na aparente impossibilidade de manter próximo o que é, por essência, distante. Ou seja, aquilo que a lógica definiu como banal, não pode ser verdade. Há nisto um elemento obscuro que Rosa procura sinalizar. A realidade é mais que racionalidade.

Portanto, o papel da religião na obra de Guimarães Rosa apresenta e assume uma centralidade inconfundível. Aponta, em sua totalidade, a um chamado à travessia que ultrapassa a dualidade, a fixação, o conhecido e usual, dirigindo seu olhar e sua obra para a busca com o desconhecido, o misterioso.

Nesse sentido Carvalhaes pontua que o caminho rosiano vai

pelo lado contrário do pensamento ocidental, a força que o logos exerce em seus textos não caminha para a fria racionalidade, para o aprisionamento, para a idéia certa ou a proposição correta ou ideal. Ao inverso, o logos irrompe na irracionalidade, na mitologia, no grande poder da intuição e assim sustenta a relação da fé e do seu discurso (CARVALHAES, 1997, p.67).

Desse modo, fica acentuado os elementos inovadores com os quais Guimarães Rosa investe seu pensamento em sua literatura poética religiosa que apontam para um diálogo possível entre a literatura e a religião. Suas citações e suas influências já permitem que esse diálogo seja instalado. Sua expressão religiosa para além da palavra dogmatizadora e sua palavra literária transgressiva são conteúdos bastante animadores para permitir que o diálogo entre literatura e religião se faça bastante evidente em sua obra.

Silva (2009), diz que no diálogo entre a teologia e a literatura, no que diz respeito à relação entre os textos, os religiosos e os sagrados ou os religiosos e os profanos, o caminho de relação pode se dá em três diferentes aspectos,

ligados entre si, mesmo assim diferentes: o palimpsesto, a citação direta e a influência.

Em Guimarães Rosa, claramente, percebemos que são suas influências que o fazem repensar as histórias e a vida lhes dando caminhos e novos sentidos. Como grande literato, seu incômodo em como refutar o mundo e a existência tidos padronizados, sempre foi uma inquietação que o fazia recriar e resignificar sua palavra. Sua palavra, em todas as suas obras, sempre foi palavra criadora de novos mundos significativos e significadores.

Palavra sagrada por que apenas palavra. [...], palavra feita a partir dos caminhos e dos relacionamentos e da linguagem do sertanejo símbolo do ser humano. Palavra com saber e sabor literário e religioso. A palavra só se tornou sagrada por que antes era apenas palavra, significante e significadora (KOOOPER, apud SILVA, 2009, 126).

Suas influências espirituais, filosóficas, intelectuais e literárias tornam seus textos dialógicos conforme alude Sperber em *Caos e Cosmos*. A partir da contribuição de Rosa, compreendemos que “literatura e teologia são companheiras de um mesmo caminho: a vereda do humano com sua realidade de liberdade e sofrimento. Literatura e teologia vivem de uma aproximação e conversam sobre a vida a partir da palavra e da narrativa.

E nessa relação de diálogos elas se confundem, pois ambas expressam o corriqueiro, as firulas e mesquinhez do cotidiano, ao mesmo tempo que nos puxam para o insondável, para algo que nenhuma atitude reprodutora da satisfação cotidiana conseguirá atingir, porque o que procuramos vem “da parte do além”, mas está ao mesmo tempo de uma certa forma visível aos olhos: o rio. Medo e fascínio esse “além” desperta. Literatura e religião são irmãs nas desventuras e aventuras do cotidiano, na reprodução de valores ou na recriação do mundo, na confirmação de um mundo que requer nossa servidão ou na transformação do velho em novo, na superação das margens (MAGALHAES, 2000, p. 179).

Seus temas e textos são reconhecidamente cheios de expressões decisivas que expressam os aspectos existenciais e espirituais das suas personagens desenvolvendo a partir da palavra uma relação com a vida de forma sincrética e alquímica das culturas, religiões e tradições inovando sentidos e resignificando a vida.

Assim como:

Tudo o que se disse sobre a literatura de Rosa, até o presente momento foi sobre relações, descrições, apreensões, e influências dentro daquilo que se entenderia como traços de uma correspondência pela palavra entre teologia e literatura. Mas, para além dessa apreensão das coisas e da descrição dessas coisas, das relações e das influências, formada dentro de uma literatura polissêmica, densa, meio regionalista, cheia de dizeres mineiros, às vezes numa linguagem de lauretê, física e metafísica, onde tudo é e não é, há mais do que apenas uma leitura e escritura de uma religião presente tanto no regionalismo do autor, nas Minas Gerais “cristã católica”, como no sincretismo alquímico, quanto no universalismo do SerTão. Dos muitos rios desse sertão. Há também uma preocupação de anúncio, de convite, de chamado, de percepção de mundo e de sentidos. [...] Devemos conservar o sentido da vida, devolver-lhe esse sentido vivendo com a língua. Deus era a palavra e a palavra estava com Deus. Este é um problema demasiado sério para largar nas mãos de uns poucos ignorantes com vontade de fazer experiências (SILVA, 2009, p. 168)

Assim podemos chegar à conclusão de que a consciência e o discurso de Rosa expressam o ambiente da existência como lugar onde a vida e a palavra se misturam. Portanto, seu diálogo literário religioso para além da confessionalidade institucional tem a característica do sincrético, esotérico, libertador; procura focar no homem e na sua relação com o transcendente.

3.1 RELIGIÃO, USOS E DIMENSÕES

A religião é elemento nascente e constitutivo com o ser humano, tem sua trajetória inscrita no percurso da própria vida humana. E podemos dizer, também, que a vida humana não é, senão uma coexistência com a religião. Essa relação de coexistência e interdependência aponta “que a história da humanidade é a história da religião, e a história da religião tem na constituição do humano sua maior expressão. A religião nasce com o ser humano...” (MAGALHAES, 2008, p.26).

O fenômeno religioso, portanto, não se encontra numa etapa de “desenvolvimento” do humano, como se estivesse ligado a processos de racionalidade se constituindo numa espécie de lógica aprendida a ser acionada devido limites e carências do homem, representando seu viés de libertação

frente a uma situação dada. A religião é experiência fundamental, primal, desse ser humano em todas as épocas

desde a domesticação do fogo, as sepulturas, as pinturas rupestres, os mitos e ritos dos povos nômades e a crença na existência de outra vida; a domesticação das plantas alimentares, os mitos de origem, os espaços sagrados e a mitologia da idade do ferro; da revolução industrial, passando pelas grandes descobertas científicas, as conquistas dos espaços cósmicos da cibernética e da informática, até os nossos dias - o fenômeno religioso marca sua presença (SILVA, 2004, p.54).

De modo que “O fenômeno religioso inscreve a experiência com o sagrado no próprio contexto da experiência imediata do ser humano (SILVA, 2004, p.55).

Por isso, o ser humano santifica espaços e objetos como sagrados, conforme nos faz perceber Mircea Eliade (1978), uma vez que se depara, na vivência, com a experiência do sagrado e do profano em meio ao universo humano que deixa de ser um ambiente somente físico, passando a ser também uma realidade simbólica onde o ser humano expressa seus mais profundos sentimentos e impressões. O profano, conforme alude Magalhães,

é comumente considerado o corriqueiro, a rotina da faina humana, atos que são triviais e que não carregam significado especial. O sagrado, por sua vez, é o elemento que transcende o profano e se opõe a ele, pois se mostra como incomum, com caráter de significação definitiva absoluta (MAGALHAES, 2008, p.62).

Essa relação com o sagrado é tão intensa e marca tão decisivamente o ser humano que se “constitui, de modo geral, como a experiência com o inesgotável, o inominável, o totalmente outro, aquilo que toca o ser humano incondicionalmente” (TILLICH, 1995, p.30). Por ser assim caracterizada a experiência com o sagrado, como uma relação profunda e indizível, a linguagem dos símbolos, signos e dos textos, por onde o homem procura compreender a si mesmo e se dizer ao mundo, não dar conta de expressar sua totalidade. Por isso, encontra na linguagem metafórica-simbólica sua possível linguagem para referir-se ao indizível. Nesse sentido Silva afirma:

O ser humano apenas se compreende a si mesmo e se diz mediado pela linguagem dos símbolos, do signo e dos textos e estes se inter-relacionam, o símbolo quer trazer à linguagem verbal este universo. (SILVA, 2004, p.56).

O ser humano, em sua condição de ser cognitivo, por isso mesmo, capaz de organizar a realidade; e simbólico, capaz de expressar suas experiências mais profundas, é ser relacionado com o seu mundo e com sua história.

Os primeiros sinais interpretativos de que temos informações seguras, tanto pela arqueologia quanto pela antropologia e historiografia, refletem a simbologia religiosa, o que aponta para algo de importância cabal: os primeiros símbolos produzidos pelo ser humano são símbolos religiosos (MAGALHAES, 2008, p.27).

Assim, o ser humano, inquieto por representar seu universo mais profundo, e sabendo que sua linguagem verbal é incompleta e insatisfatória para tal pronunciamento que habita suas impressões mais interiores, recorre à linguagem incomum, metafórica, procurando interpretar e atribuir sentido à vida representando, no que inscreve, seu universo mais profundo.

O ser humano, necessariamente, não está lidando com a busca por algo distanciado de si e nem invocando uma realidade “espiritual”. Seu intento é definir-se enquanto ser humano capaz de verificar, analisar e interpretar, através da linguagem metafórica, uma vez que sua linguagem usual não dá conta dessa tarefa, seu universo mais profundo, procurando atribuir-lhe sentido (MAGALHAES, 2008, p.28).

Desse modo, o fenômeno religioso, a experiência com o sagrado, sua maneira de conviver e comunicar-se com ele, não é uma realidade a posteriori que advém com a lógica e com a racionalidade ou com o estado das carências e das necessidades e, nem mesmo, com a euforia exótica de um tempo. “A história da humanidade é a história da religião, e a história da religião tem na constituição do humano sua maior expressão. A religião nasce com o ser humano” (MAGALHAES 2008, p. 26).

É a partir do tema da religião que nascem mundos e que mundos são destruídos, ciências sociais e ciências humanas são normatizadas e ideologias são pregadas uma vez que a religião está na própria história do homem, na sua vivência e convivência. A proclamação do fim da religião proferida pelas bases

da modernidade, caso se consolidasse, representaria, portanto, o fim do próprio ser humano; e sem ser humano não há continuidade da história.

O que temos então em nossa chamada pós-modernidade? A morte da religião? Entendemos que não, pois, “no chão da pós-modernidade nos confrontamos com o fato de que “a religião não termina com a secularização, mas ganha novas formas e contornos, novos sabores” (MAGALHAES, 2008, p.152). A religião encontra-se em “tudo”, penetrando nas múltiplas dimensões da vida do sujeito, do cuidado com a saúde à busca de novos laços societários, ampliando experiências singulares e realçando as adesões provisórias. Essa religiosidade difusa indica um afrouxamento das fronteiras rígidas de antes. Um indivíduo pós- moderno tenciona a participar de uma expressão religiosa mais individualizada do que institucionalizada, de uma religião não mais reguladora e absolutista controlada pelos grandes sistemas religiosos que abarcava o todo social; antes, uma religião controlada por um outro centro - o indivíduo. Sem adesões comprometedoras às instituições religiosas e à fé dogmática e ritualista. Uma religião sem um corpo de especialistas da religião institucionalizada por que mais subjetiva, mestiça, emocional e fluída. Ao lado desse tipo de religião, caminha a outra institucionalizada, racionalizada, tradicional, litúrgica, doutrinária, ordenadora das emoções, estável... o que nos ajuda a compreender os “surto emocionais” que se expressam nos novos movimentos religiosos de resistência. Esses sabores diversos se constituem em produtos religiosos e ofertas disponíveis nas prateleiras do mercado religioso na pós- modernidade. Assim, não estamos nesse tempo da pós-modernidade com ausência de religião.

Religião é o que não falta na sociedade atual. Mas a religião é cada vez mais um setor privado, aí tendo seus limites. É a coroação dos mundos de atomizados fragmentados. Assim, entendo que a secularização não se vincula tanto à ausência de religião- pois religião está a pulular, bem entendida aqui como vivência subjetiva e particular do sujeito-, ou diminuição dela, mas como perda de poder temporal das instituições/tradições, confinamento do religioso a grupos voluntários e impotência da instituição em controlar a vida dos indivíduos. Portanto, seria preciso redefinir religião como descolada do institucional, da tradição de uma “religião” (cristianismo, budismo, judaísmo, etc), já que à medida que esses definidores institucionais de transcendência se

achatam e perdem influência na sociedade, o campo do “religioso” paradoxalmente se alarga (MAGALHAES, 2008, p.164).

A religião, portanto, não é uma ilusão. O advento inevitável da ciência e o progressivo domínio do pensamento objetivo não a desmascararam, como pensou Freud. A religião não é o ópio do povo, uma forma de falsa consciência, uma expressão de alienação, uma enfermidade psicossocial que deve ser estudada pela ciência como enfermidade, isto é, do ponto de vista da necessidade de sua eliminação, como imaginou Marx. Enquanto existir o ser humano, a religião também existirá. “A religião está destinada a se transformar antes que a desaparecer” (MARX, Apud, ALVES, 1984, p.100). Pois, a religião está para além dos sistemas teológicos determinados, para além das instituições religiosas e, mesmo, para além das manifestações religiosas personalizadas. A experiência religiosa é criativa, atualizadora e livre tal qual o ser humano e, portanto, não se deixa encarcerar. Assim,

as pessoas continuam a viver dimensões religiosas, agora bem particulares, a partir da própria lógica da modernidade: a autonomia racional (e também emocional) em compor seu mundo, a sua totalização e sentidos a partir – tantas vezes- dos fragmentos, uma vez que na sociedade secularizada a religião não mais consegue estabelecer essa totalização. Assim, a religião não termina com a secularização, mas ganha novas formas e contornos, novos sabores. Há uma recomposição da religião sob novas formas, mas com a perda de controle dos grandes sistemas religiosos que abarcavam o todo social (MAGALHAES, 2008, p. 152).

Nesse sentido, concordamos com Magalhães (2008). A religião “não morreu”. Em nossa específica análise verificamos como a religião vai se recompondo sob novas formas: tanto na tecitura dos elementos simbólicos, quanto na representação das personagens mimetizadas na escritura rosiana. A *terceira margem do rio* constitui-se como um conto poético teológico que se afirma na trama vivenciada pelas personagens e nos elementos simbólicos largamente utilizados na construção da narrativa apontando diversos possíveis usos e dimensões da religião que vão desde expressões religiosas de confirmação ao sistema religioso em vigor até experiências de contraposição ao estabelecido verificada na trama das personagens. Sendo o ser humano,

constitutivamente, um ser religioso, podendo expressar suas intenções e sensibilidades religiosas a partir de âmbitos imagéticos diversos e com intenções diferentes, temos no conto reverberações polifônicas de encontro e sentido da vida, enquanto lugar de expressividade do fenômeno religioso.

O fenômeno religioso, nos diz Alves

é ambíguo e ambivalente. A própria religião conhece esse fato. Ela se refere a deuses e demônios, à fé e à idolatria o que indica que ela se dá conta das dinâmicas contraditórias que se movem no seu próprio meio (ALVES, 1984, p.84).

A religião pode ser tomada, entendida e existencializada como expressão de vida e/ou configuração da morte; a religião pode perverter e inverter a realidade, pode alienar e fazer gerar consciência ativa de transformação, decreta absolutos e os depõe, pode ser história de libertação e história de conformação, pode provocar imaginação suspeita e rebelde como pode criar mentes escravas de um determinado espaço de poder, pode ser a luta pela plantação de um reino de justiça, amor e fraternidade, como pode ser a escória de um mundo tenebroso, perverso e mau, pode ser vivida nos espaços consagrados das instituições como pode ser realizada nos novos palcos criados pela pós modernidade, pode ser vivenciada coletivamente como pode ser vinculada ao privado, pode ser religião expressa das margens como pode ser religião feita a partir de dentro de uma canoa amparada nos espelhos das águas. As roupagens religiosas são diferentes e diversas. No entanto, tudo é expressão do sentimento religioso que é estampado na cultura e que vigora como nunca em nosso tempo.

3.2 Religião como liberdade e mistério representado em “Nosso pai”

A religião para Alves (1999) “é a teia de símbolos, o testemunho das coisas ainda ausentes e a saudade do que ainda não se fez”. O fenômeno religioso na sua expressão de discursos e de formas se apresenta como uma nota aberta de protesto ao mesmo tempo que é uma forma do humano se sustentar e resignificar sua existência dentro do quadro de sua realidade.

Alves acrescenta que

na religião o humano vive em relação com seu mundo numa linguagem que interpreta e dá sentido exprimindo de forma organizada dando sentido ao como o humano vive em relação ao seu mundo. Mas não só isso, ela também confere força, pois ela se relaciona com questões de poder [...], além de, também, possibilitar fuga: “Por mais alienada que seja uma dada experiência religiosa, ela é sempre um protesto contra as condições de existência” (ALVES, 1999, p.100).

Portanto, a religião, dentre tantas outras formas do humano se dizer sobre aquilo que lhe escapa, sobre aquilo que não pode ser dito, é lugar possível de retratar o existencial humano. É sustentado pelas teias da religião, que se faz possível aquecer e lutar em meio aos dilemas da realidade exigentes inventando um escape e um sonho.

O sentimento religioso que habita a própria constutividade do ser humano e da vida, e que se expressa por meio da linguagem simbólica - fazendo uso dos mitos para expressar sua condição e seu entendimento do presente, utilizando símbolos para expressar o inaudito, e a arte dos ritos para se haver em harmonia com seus sagrados - é capaz de expressar a profundidade do humano face aos seus dilemas e expectativas mais profundas, exprimindo sua condição de *como* vivencia sua humanidade indo a mais da linguagem científica que tão somente pretende descrever a vida e o mundo, expressando a “preocupação última” (TILLICH, 1984, p. 265) no interior da consciência da qual pretende se unificar. A religião não se intenta a falar de algum elemento objetivo que pode ser apreendido escapando de seu sentido além. Talvez encontremos aqui as razões mais profundas para a proibição radical que pesava sobre o israelita de jamais pronunciar o nome de Deus restando apenas o tetragrama *YHWH* (*lahweh*). Nessa mesma direção, entende-se a linguagem de Rudolf Otto (1985) “um Deus que se compreende não é Deus”. A experiência religiosa é a interrupção do fluxo lógico da linguagem, pode se constituir no encontro com o inefável. Não se confina em descrever. O sentimento religioso interessa-se, antes, por aquilo que não se diz devido sua grandeza e seu inalcanço. Isso denota claramente que a religião e sua linguagem não estão submetidas a valores e espaços institucionais objetivos, sacralizados e rigorosos, pois,

a verdade da religião não se encontra e nem habita na correspondência entre os seus símbolos e os objetos para a qual elas parecem apontar. A verdade da religião não se atem à verdade dos seus objetos mas, antes, mora na infinitude da paixão. (ALVES, 1986, p.54).

Portanto, a religião é uma das expressões humanas onde há maior volume de intimidade, a mais ambiciosa e a mais universal porque expressa o encontro do homem com seu universo que o faz criar sua linguagem íntima por meio dos símbolos e para além deles, sempre elucidando seus sonhos e seu enfrentamento com o drama da realidade.

Assim, a religião, sua linguagem e seus símbolos construídos, denotam a presença de uma realidade que os fomenta. O ambiente dessa fomentação é a própria realidade que uma vez percebida pelo homem informa-lhe a respeito do real. Assim, na relação com a realidade, o ser humano ganha a consciência uma vez que a consciência emerge dessa relação com o mundo dado, vez que:

a imaginação é um dado primário da experiência humana. O homem tem imaginação, os animais não. A consciência do animal se esgota com as informações que seus sentidos captam e se acomoda a elas; por isso, não pode vivenciar a experiência para além do apresentado. A consciência do homem, ao contrário, ao se deparar com a realidade que lhe é imposta, capta seus dados com a possibilidade de resistência. A realidade pronuncia seu veredito, apresenta seu programa; e o homem tem a liberdade de escolha diante do que lhe é posto por meio de sua consciência de ser. [...] Tem a oportunidade de diálogo com esse padrão de informações e fatos e suspeita dele, se rebelando, por meio de sua imaginação (ALVES, 1984, p. 45).

Alves continua afirmando que “A imaginação é a consciência de uma ausência, a saudade daquilo que ainda não é, a declaração de amor pelas coisas que ainda não nasceram” (ALVES, 1984, p.47).

Isto informa que o ser humano é um ser para além do imediato e faz, por meio de sua imaginação, uma relação com o real onde cria a possibilidade da transcendência. Ao promover uma suspeita e uma resistência ao já posto e dado, o homem, através da sua imaginação, transcende a facticidade bruta da realidade. Os fatos que compõem a realidade e suas interpretações não possuem mais a totalidade do possível. Resolvido a não se ajustar e a criar outros possíveis mundos, o homem imerge no mundo da imaginação e da

linguagem da religião no encontro dos seus mais íntimos sonhos. Sua experiência religiosa simbólica aponta que o ser humano, ao se dar conta, de frente, com as realidades que são absorvidas, cria, em sua consciência, uma relação de ser-no-mundo projetando suas intenções mais íntimas em seu universo de vida. Dessa forma, entende-se uma das máximas de Ludwig Feuerbach: “religião, é o solene desvendar dos segredos ocultos do homem, a revelação dos seus pensamentos mais íntimos, a confissão pública dos seus segredos de amor” (FEUERBACH, 1988, p.56). Por sua linguagem ser a linguagem da sua interioridade, a linguagem dos sonhos, que se expressa em sua imaginação e cultura, o ser humano experimenta uma busca que inclui o mundo de amor e o mundo de angústia; experimenta o limite e o ilimitado; o finito e o infinito; a liberdade e a necessidade; o temporal e o eterno. Sua linguagem simbólica criada por meio de sua imaginação, expressa seu mundo de contradição, sua agonia e seu sonho de amor; e, nessa contradição, habita a religião como sua expressão de amor e de temor. O ser humano em seu constitutivo primeiro e mais decisivo - a religião e sua linguagem simbólica - insiste com a realidade dada do mundo, promovendo, numa interminante decisão de relação, diálogo e resistência seu sonho de amor e de transcendência não se desvincilhando do fascínio religioso que o alimenta na dimensão enigmática da liberdade e do mistério. Talvez, por isso, a religião seja a expressão humana de maior poder de um outro possível, uma vez que sempre alimenta o sonho do ainda não dado. Sempre há um mundo latente a ser decifrado no qual, cronicamente, o homem estará envolvido. Na esteira da religião, entendida como lugar existencial, por onde se espreita as dinâmicas e demandas da vida, o ser humano percebe que a realidade não tem a última descrição da existência. É possível, portanto, reinterpretar e reagir às agônicas complexidades da vida carecendo da religião. Nos diz Rosa (2006) “Por isso é que se carece principalmente de religião: religião para se desendoidecer, desdoidar. Reza é que sara loucura...”

A religião e seus vários discursos religiosos faz parte do nosso corpo e, como vimos, da própria história do ser humano. Os anúncios da modernidade de

que por meio das ciências sociais e humanas e dos novos conceitos que estaria traria para o homem, com seus dados objetivos e seus avanços tecnológicos, a religião estaria condenada à extinção, uma vez que a ciência desfaria as “ilusões” e libertaria da alienações, não deram certo. As profecias científicas e objetivas falharam. O que aconteceu foi uma incrível convivência do homem com as ciências e com a dimensão do religioso. É certo que a religião institucional por não ter acompanhado o novo imagético do homem religioso moderno e pós moderno, perdeu ou diminuiu seu poder temporal de força e face reguladora de controle social. Hoje, a sensibilidade religiosa criou novos sabores e formas de se expressar que estão ligadas mais a nível do subjetivo e do particular. Não se percebe uma falta de religião e nem de sensibilidade religiosa em nosso tempo. Mais do que nunca temos um mercado religioso surtido de propostas.

A experiência religiosa pode tanto confirmar e reduplicar os dados da realidade, como também pode construir discursos outros diferenciadores e contraditórios do ideal dessa objetividade. Os discursos religiosos podem e são capazes de situar o homem numa posição de subserviência da oficialidade, levando-o à condição de reduplicador da realidade objetiva, como também podem inspirar a imaginação não objetivada, permitindo, através dela, que os ditos do real sejam transfigurados pelo fascínio do esplendor da imaginação. Talvez, por isso, por ser a experiência religiosa, também, uma experiência transgressiva da objetividade, ela seja concebida pelas ciências da lógica normalizadora, como “patologia” a ser descartada, uma vez que a lógica pressupõe que conhecimento está relacionado como reduplicação do normal e, que, portanto, qualquer elemento dissociador dessa lógica, seja taxado de anormalidade, uma vez que assume a inadequação dentro do espaço dessa normalidade objetiva.

Este procedimento é verificado em *A terceira margem do rio* quando as personagens das margens cunham de certos estereótipos a decisão de “Nosso pai” em fazer sua imaginação participar de um espaço criativo, diferenciador e excessivo, a margem terceira. O que vem a ser a terceira margem do rio senão esse espaço e ato criativo criado pela imaginação? Posto diante de uma dada

realidade e, se encontrando com a força do fascinante da imaginação, o homem da canoa é capaz de criar condições novas que evidenciam sua recusa em simplesmente reduplicar os dados objetivos, implicando uma outra fala, evidenciada pelo silêncio e admiração que habita a transfiguração mágica dos dados objetivos. É essa experiência de diálogo com a realidade que faz o invento criativo nascer por meio da imaginação, viabilizando a experiência de recusa aos dados da normalidade, como expressão de transgressividade e adentramento no mistério fascinante e inexprimível da vida onde o encontro profundo com sua personalidade o impele para o desconhecível.

O texto poético religioso rosiano, *A terceira margem do rio*, em sua personagem “Nosso pai” mostra esse ser humano que, envolvido pelo seu desejo por meio da experiência do silêncio imagético e da consciência transgressiva, ruma na direção de amar o ausente, de se envolver com a irrealidade por meio da imaginação, com o misterioso, extrapolando os interditos e definidos padrões da realidade das margens. Nesse sentido, sua sensibilidade imagística percebe que o sentimento religioso envolve também uma espécie de conhecimento “*sui generis*” que não pode ser reduzido ao conhecimento intelectual da reduplicação da realidade, chamado de racional, aquele que é privilegiado pelas posturas religiosas racionalizadas, dogmatizadas e definidas.

Suspensa as convencionalidades, é a partir do elemento irracional que adentramos no elemento do sagrado. Nessa direção Otto (1985) compreende que o sagrado atinge seu ponto mais evoluído não na configuração do texto circunscrito na ética e na doutrina como afirmação do elemento racional do sagrado, pois é o elemento não racional que revela de forma mais completa a experiência humana com o divino. Nesse sentido o sagrado,

é antes de mais nada, interpretação e avaliação do que existe no domínio exclusivamente religioso, que não passa por categorias racionais, como a ética, mas que se dá de forma mais completa e complexa naquilo que se subtrai a tudo o que nós chamamos de racional. [...] É sempre o algo que está fora de mim, é o que não compreendo, é um *mysterium*; e que por eu não compreender tenho medo (o sentimento primeiro) é um *miysterium tremendum*; mas que, ao mesmo tempo que me causa medo, seduz e me atrai (o *mirum*) pois entendo que sou menor em relação ao que está fora, sou dependente e criatura. (SILVA, 2009, pp. 121e 122)

Dessa forma, seu envolvimento com o misterioso o toma e o leva a emocionar-se de tal maneira que, simbolicamente, em sua canoa, o leva ao distinto da terceira margem, um lugar de exceção, onde experimenta uma profunda experiência de transformação no encontro com um estado de alma solene, que envolve o medo e o fascínio, espaço onde alcança o que Rudolf Otto designou de uma “consciência de criatura” ou o “sentimento de ser criatura” participando de um espaço e estado de alma que difere do das margens dadas porque se envolve com a natureza do *numinoso* - do latim *numen*, a presença do divino, provocador de uma reação emocional denominada de que desencadeia uma espécie de aniquilamento do ser, ou percepção de pura existência. Este sentimento de ínfima criatura frente ao mistério do divino é experienciado como se fosse a projeção de uma sombra, oriunda do objeto *numinoso*, na consciência, estabelecendo o contato com o “*mysterium tremendum et fascinans*”. Possuído por uma força quase desnorteante provocada pelo encontro com o “*Mysterium Tremendum*”, o homem da canoa se deixa possuir por uma profunda emoção que o faz devaneiar por seu objeto de ausência-busca. Para tanto, há de existir uma disposição do sentimento humano que foge aos acontecimentos experimentados no dia-a-dia, ou seja, do profano - entendido aqui como a realidade da norma e do esquema definido que não se permite envolver na busca do transcendente - e, portanto, relativo ao permanecer nas margens. A experiência com o inefável, por meio da imaginação e do ato criativo, logicamente que rejeita os postulados da racionalidade abandonando-os para trás, enquanto faz o percurso que se move na direção do mistério para o qual se entrega, decisivamente, participando dessa experiência com o sentimento do *numinoso* sempre indefinível e atraente, por que incompreensível e fascinante. Sempre mistério inexprimível; não pode ser traduzido por meio de conceitos, pois está para além da compreensão e da concepção. Trata-se de algo extraordinário, no sentido pleno da palavra. Trata-se, enfim, de algo que não é familiar. Talvez, por isto, seja que a canoa encomendada por “Nosso pai”, seja canoa de um só lugar, expressando a nítida compreensão de que essa experiência com o fascinante é sempre um encontro

que introduz o ser humano num estado de desafio da pessoalidade. A experiência com o inefável é única e singular, profundamente humana e trans humana que evoca o fascínio e o temor, pois trata-se do vaguear pela força do iluminado, no desfruto do “*Mysterium Tremendum et fascinans*”. Este encontro pode ser dado como experiência mansa ou como explosiva em êxtase. No caso do “Nosso pai”, a experiência com o *Numinoso* se dá no âmago da imaginação, na escuta do silêncio, sobre o espelho calmo das águas, no deslizar simbólico e metafórico da canoa de um só lugar que, à medida em que invade e percorre as águas imagéticas da terceira margem do rio, espaço do sagrado e do poético, lugar de exceção onde se faz possível uma experiência pessoal sonhadora, intransferível e devaneadora de entrega na qual se deixa levar.

O que é possível através dos textos literários plurissignificativos, carregados de sentidos - metáfora - que se constroem na relação entre as várias vozes do ambiente sociocultural que dialogam e engendram possíveis mundos humanos. Nesse sentido o espaço metafórico simbólico da *terceira margem do rio*, como espaço mi(s)tico, é caracterizado como lugar de diálogo, de entrega e de abandono com o misterioso que vai desvelando-se à medida que o deslizar no percurso aguático vai sendo realizado. Assumindo esse rumo poético religioso de diálogo consigo mesmo, com sua realidade e com o universo das águas moventes do rio, solto solitariamente, “Nosso pai” assume o desafio de fazer a travessia. Essa decisão do pai em dirigir-se ao *fascinans* só torna-se possível no conto devido sua compreensão de liberdade que lhe impulsiona para uma experiência do êxodo que consiste em uma ruptura com uma realidade e o caminho em direção a outra.

O coração humano comprometido com uma “preocupação suprema” anseia e procura o seu infinito fazendo dessa experiência o seu espaço de deleite, enquanto realiza a travessia. Ao fazer essa experiência, o homem da canoa situa-se ante ao inesgotável. Esse é o

estado onírico por excelência. É o não saber se o coração bate, se a alegria impele...depois disso e só assim atinge-se a referência auto-sincronizada, o centro de si mesmo, sem vida periférica - o tempo não corre mais, jorra (BACHELARD, 1986, p.185).

Essa experiência mística de estar em diálogo com o misterioso alimenta o encontro de tal maneira que o que interessa não é o chegar, mas o sempre dispor-se a deslizar pelas águas do rio reinventando sua existência à medida que nela faz sua participação. Assim, o homem da canoa, resgata em sua escolha a decisão: a peregrinação - marca de quem não se enquadra, não se absolutiza e nem transforma o espaço da realidade em espaço fixo, cativo, conhecido e terminado. Antes, o entende como espaço privilegiado de constantes inserções o que o torna em espaço de escolhas, valores e responsabilidades intermináveis, promovendo um ser humano solto e com capacidade de diálogo intenso com o desconhecido enquanto faz caminho numa aproximação ininterrupta através do seu deslizar peregrino nas águas.

Porque faz a decisão pela peregrinação como seu elemento sustentador existencial, o canoero entende-se como um ser chamado e decidido a apreender tanto quanto possível aquilo que lhe escapa. Nesse sentido, seu deslizar constante e ininterrupto pelo universo aquático, resgata a experiência da tradição do êxodo que permeia toda a Bíblia. Aqui não temos a intenção de discutir, por exemplo, “a verdade” de cada êxodo nem como essa experiência tomada foi capaz de provocar tantos estarrecimentos históricos. Interessa-nos, antes, abordar a experiência do êxodo enquanto um chamado e desafio, espaço oportuno para o encontro dinâmico e fascinante como paradigma teológico do ainda não dado.

A experiência primordial do êxodo bíblico é a experiência do sempre caminho, das alternâncias de eventuais pontos de chegadas e saídas, é a caminhada das tendas, da casa provisória, do Deus que vai andando e se revelando ao seu povo, também caminhante, no processo de cada etapa construída, do nada não permanente e que a única certeza que há é um caminho a ser aberto enquanto se caminha, simbolizando que a abertura às possibilidades reais de vida são possíveis à medida que se faz a travessia pelos caminhos desconhecidos e nunca vistos, caminhos de enfrentamentos, solidão, e silêncio de linguagem ordinária para, assim, permitir a inserção de uma nova linguagem de profundidade e totalidade do ser de quem se põe à deriva.

Os êxodos bíblicos feitos por Abraão de sua terra, Israel do Egito, o cristianismo do judaísmo... etc são movimentos históricos de libertação que tiveram suas vozes sempre incitando na construção de uma nova ordem de coisas negando o princípio da realidade como princípio absolutizador, fazendo uma ruptura radicalizante com a ordem existente. Nestas experiências de êxodos bíblicos, Deus apresenta-se como aquele que chama, seduz e sustenta no caminho. Sua presença é sempre um chamado, um desafio e um mistério fascinante que jamais se esgota sendo revelado à medida que o caminhar se faz realizando. Essa revelação feita somente na aventura do caminhar e no caminhar expressa bem nitidamente que o Deus companheiro dos êxodos se apresenta como um Deus livre para ir e vir, livre de regimes, livre para ouvir e responder, livre de qualquer divindade apropriada por impérios e definidas por eles. Enfim, livre! Sua revelação acompanha e se expressa somente nas travessias. Essa revelação, todavia, não pode perder seu caráter sagrado de *"fascinosum"* e *"tremendum"*, características presentes em todos os sagrados de todas as religiões. Por isso, o mistério acompanha as travessias e é revelada e velada. O mesmo Deus que se apresenta, se esconde tornando-se livre e incapturável por qualquer realidade. Nisso consiste também o elemento fascinante para quem faz o caminho: a experiência com o misterioso incondicionalmente perto e incondicionalmente distante. Sem esse caráter misterioso que vai se revelando à medida que o rumo vai sendo feito, a existência tenta em se cunhar num ponto, estabelece amarras e expõe-se à predominância dos conteúdos e valores petrificados, desistindo da avulsiva trajetória da travessia, esbarrando nos ramos das margens por que desistiu de dar o próximo salto.

O êxodo existencial só pode fazer sentido para quem se entregou a ele decidindo que seu lugar é um entre lugar, um não lugar, um lugar sem lugar. E essa experiência existencial demanda coragem, permeia riscos, convoca ao inseguro e ao incontingencial. A experiência de quem caminha em co-participação com as águas que encantam a existência é sempre uma exposição perigosa e demanda encontros com o calado das águas e com suas profundezas

silenciosas e misteriosas. Travessia e a falta de lugar andam juntas e é isso que permite a invenção de uma terceira margem, lugar movente, lugar poético, metafórico-simbólico, místico, onde a existência vai deslizando em suas possibilidades.

Por entre margens e leito “Nosso pai” tece os fios de sua existência. A terceira margem desse rio metafórico deslinda um mundo de possibilidades de estadas temporais, pois não existe paragens quando esse homem se lança nessa travessia “Não pojava em nenhuma das duas beiras, nem nas ilhas e croas do rio, não pisou ;mais em chão nem capim” (ROSA, 1976, p. 28). Nesse sentido esse homem representado na literatura roseana pode ser comparado a um de nós. A busca do indizível pode ser aqui traduzida pela experiência do sagrado, uma experiência dentre tantas possíveis, que se expressa numa transcendência singular. Pelo que, essa possibilidade se deslinda distanciada da lógica objetiva e racional, pois ela toca no âmbito da subjetividade humana. Como possibilidade, a experiência religiosa poderia se expressar na liberdade que cada homem tem quando assume suas próprias decisões de Ser livre. Nesse exercício singular, de cada homem essa experiência pode viabilizar a construção de outro imaginário que transgride a intenção objetiva, por meio da imaginação e do ato criativo numa experiência reflexiva de novas buscas e significados fazendo o gesto da transcendência e, portanto, do encontro abissal e sempre inconcluso com o misterioso.

3.3 Religião como narrativas das margens representadas no filho

O fenômeno religioso das margens visa à administração do sagrado. A elaboração de uma linguagem e de um sistema religioso institucional que funcione como regulador do social e do ser humano, por meio de um conjunto de normas e preceitos criados, que operam como um sistema de forças inibidor e castrador, procurando ajustar o ser humano às demandas do poder estabelecido. Nesse sentido é que podemos entender a declaração de Karl Marx de que “a religião é o ópio do povo”, um sintoma de uma enfermidade social, um

conjunto de idéias que exprimem, justificam e escondem a realidade da dominação. Procurando administrar e encarcerar o que há de mais sagrado no ser humano, o exercício de sua potencialidade e liberdade. A religião de feitiço institucional desloca o ser humano de uma experiência religiosa de abertura, encontro e entrega, porque afirma, por meio do seu campo religioso, os limites estabelecidos e as funções definidas para a integração do indivíduo no meio social visando a estrutura da sociedade, confundindo religião enquanto constitutivo do ser humano com religiosidade institucionalizada. Dessa forma, o indivíduo é deslocado de uma experiência com o sagrado e consigo mesmo, de profundidade e sentido existencial, e transformado numa ferramenta de sustento e equilíbrio do sistema social que para tanto, articuladamente, faz uso dos símbolos sagrados numa perspectiva alienante ou ilusória, prescrevendo assim com mais facilidade suas intenções de poder, em nome da religião, para a perpetuação de domínios e estruturas sociais. Nesse sentido é que, compreendemos que a religião, também, pode ser transformada em instrumento mais amplo e efetivo de legitimação, pois

a legitimação religiosa pretende relacionar a realidade humanamente definida com a realidade última, universal e sagrada. As construções da atividade humana, intrinsecamente precárias e contraditórias, recebem, assim, a aparência de definitiva segurança e permanência (FAUSTINO. 2003, p.231).

A partir disso, verificamos que a voz narrativa do filho está determinada pela ligação com o realismo lógico das margens. É, de lá, fixado, que ele assume a função de narrador e de reconstituído da trama recompondo os fios do tempo por vias da memória. A partir das margens, o narrador só pode ter uma visão parcializada dos acontecimentos que descreve; pois vive ligado numa relação direta com os valores que permeiam aquela sociedade que desconhece o salto para além dos seus termos racionalizados. Na leitura que fazemos do conto, percebemos que o filho narrador desentende significados e sentidos da trajetória de “Nosso pai” caracterizados pelo diálogo com o mistério inexprimível, uma vez que, com razão, não pode dar conta dessa totalidade misteriosa, pois ela não lhe pertence. Ancorado às margens e narrando a partir delas, único

lugar que o filho conhece, é inibido e sufocado pelo poder do seu racionalismo. Seus limites não permitem a visualização dessa *teofania*, aparição ou manifestação do sagrado, que seduziu o homem do rio levando-o a entrar em seu espaço terceiro de exceção onde a vida ganha diferenciação e outro sentido. As margens, nos limites do realismo e funcionalidade lógica, não dão conta de penetrar nem através dos conceitos e nem pela experiência superficializadora, no “*Mysterium Tremendum*” que seduziu e envolveu o “Nosso pai”. Tanto as margens quanto o seu narrador estão em deficiência decisiva de expor a experiência do velho da canoa, porque retrata nitidamente um distanciamento e desencontro de participação. A expressão de religiosidade das margens e do seu representante, o filho narrador, tem seus limites bastante pontuados, devido esse desencontro da visão de mundo e de vida que os separa. Na narrativa, o homem da canoa aparece nesta relação de consciência que evolui para além das margens dadas quebrando a importância das horizontalidades do tempo e das constituições elaboradas, do histórico-profano. De “homem cumpridor, ordeiro e positivo” (ROSA, 1976, p.27), o homem do rio se lança nas águas do devaneio cósmico-sagrado. Procedendo dessa forma, o pai habita um eixo diferenciado daquele instalado no qual a vida escorre artificialmente enquanto racionalidade objetiva. Ou seja, a expressão religiosa poética do pai recusa a expressão rasa das instituições religiosas da horizontalidade. Enquanto “Nosso pai” une potência e ato e realiza a integralidade das possibilidades, que é a condição mesma do homem verdadeiro que se lança no encontro com o inominável, o filho narrador decide seu encontro na permanência dos limites das margens desprezando, assim, o chamado que o seduziu e que, por falta de coragem, não assumiu o desafio aprisionado-se no tempo horizontal, numa fatalidade devoradora.

Portanto, o fenômeno religioso enquanto constitutivo humano, experiência profunda, sentimental, mística, encontro com o sagrado e com as profundidades da vida, em nossa leitura do conto, a voz narrativa não tem como dar conta. É experiência sedutora, pessoal, mística, intransferível; transcende a facticidade. Por isso, a linguagem narrativa não pode atualizar a intensidade desse encontro

e nem a explosão extasiante que ele provoca. A força desse encontro-experiência a encontramos para além das margens, na travessia, como algo singular e maravilhoso que as margens não podem contar por que são movidas pelo sentimento dos rasos institucionais cristalizados. Talvez por isso, no desfecho do conto, o filho narrador se agarre às impressões da sua lógica racional da realidade designando o “Nosso pai” como alguém do além “porquanto ele me pareceu vir da parte do além”(Rosa,1976, p.32), transmitindo incompreensão, medo e resistência que o leva a correr, fugindo desesperado do encontro com o misterioso e indizível por que seus padrões racionais não dão conta de alcançar o que está para além de suas margens e das suas conceituações. Nisso, fica notório que seu espaço - o das margens institucionalizadas - é raso e insuficiente para narrar a grandeza desse terceiro espaço misterioso e poético, onde o homem da barca se nutre em seu projeto existencial diferenciador, desvelando solenemente seus sonhos e segredos de amor como um sonhador que não pára de sonhar, ao mesmo tempo, vida e poesia para além das realidades institucionais com seus saberes e lógicas.

Das margens é possível vislumbrar que a vida, em sua abertura infinita, pode ser de tal amplitude que dissolva mesmo a realidade que nos encontramos. Por acaso, não é essa a percepção que as margens registram e que, por isso, contendem no sentido de não permissividade? A narrativa é clara quando diz que houve um reboiço geral que confluísse na direção de fazer “Nosso pai” “desistir da tristonha teima” (ROSA, 1976, p. 29). Os poderes instituídos, com suas intenções, credos, regras, doutrinas e ritos, sabem do valor possível dessa provisoriedade e, por isso, estruturam a sociedade para um combate e uma defesa onde sua visão e conhecimento de realidade e cotidiano sejam preservados. Ora, ao agir dessa maneira está confirmado que o aparato da realidade desconfia de que é possível, em meio a tal engrenagem, outra possibilidade de relação com a vida. O que faz a engrenagem da realidade? Delimita. Impõe pressupostos e receitas que serão divulgados por todos os canais instituídos com o objetivo de sustentar e ostentar, por meio das

linguagens e gestos, o veredito social que escoará pelos limites do mundo construído.

Acontece que o ser humano é um ser de desejo, um ser de sonhos e que, constituído como tal, pode articular outra compreensão de mundo e de vida. Possui a possibilidade da supra lógica e, por isso, pode, na sua estrutura de desejo, arquitetar uma “suspensão provisória” do princípio da realidade - trata-se de um parêntesis que o homem abre a fim de permitir-se o momento de imaginação e desfrute do seus desejos mais íntimos que permanecem reprimidos. Essa experiência da provisoriedade pode, pelo êxtase e encanto que ela proporciona, se tornar mais pessoalizada e, portanto, definitiva. É o que, em nossa leitura do conto, aconteceu com “Nosso pai” que, deixando seus paradigmas das margens, aventura-se na construção e experimentação de outra forma de viver sua vida a partir do encontro com o misterioso e transcendental, uma experiência de construção de outra realidade, uma supra lógica existencial, uma suspensão da realidade dada, uma conversão a outro sistema de referência, o que não acontece com o filho narrador uma vez que seu vislumbre de um mundo possível não chega a ser efetivado devido sua resistência ao evento criativo.

Portanto, a religião como esteira da existência, dentre outras, se apresenta e se constitui como realidade sempre aberta. “A essência religiosa de toda religião é a certeza de que o sentido da existência está aberto e é acessível em meio às condições concretas da vida”, (BUBER, 1982 p.37)

A religião, enquanto elemento constitutivo do homem, desconhece limites e não está fadado a apreensão e nem ao controle. Talvez, este tenha sido o grande engano das margens em ver a religião como unívoca, chegando a confundir o sentimento religioso com instituições de comandos e controles sociais. Por isso, o filho narrador, exime representante das margens, embora tenha se deparado com outra vida possível, fora das coordenadas das margens, não escolheu fazer o salto, em vida, para outra existência possível. Talvez, por essa razão, faça o seu pedido agônico, no clímax do conto, solicitando que “peguem em mim, e me depositem, também numa canoinha de nada, nessa

água...”(ROSA, 1976, p. 32), indicando que se deu conta, mas decidiu não acatar o chamado para o transcendente por que, legitimando as opções institucionalizadas, inclusive a religiosa, perdeu de vista a experiência da transformação subjetiva, passagem do velho para o novo, *metanóia*, profunda experiência religiosa, sentimento religioso aberto, renovador e livre que não se deixa-se encarcerar pelos dogmas a fim de não enfermar a vida.

3.4 Religião como controle representada em “Nossa mãe”

O ser humano em sua experiência de relação com o real pode proceder, através da religião, sua busca por algo ou alguém a fim de estabelecer um diálogo com sua incompletude uma vez que o ser humano é um ser de abertura que deseja uma resposta para seus dilemas. Nessa busca por sentido e por resistência, é bem possível que o ser humano faça sua experiência com o arsenal religioso mais imediato, inclusive escolhendo o caminho de apegar-se às estruturas religiosas em vigor e suas simbólicas já existentes, como percurso a ser seguido. Através da religião, o sistema de poder pode inculcar no ser humano seus postulados, e assim moldar os comportamentos dos seres humanos para que atendam a função política de preservar uma dada ordem hierárquica que, por sua vez, articula o uso dos símbolos e dos campos religiosos para garantir sua existência e domínio. Dessa forma, e ninguém discorda disto, “a religião tem-se prestado a uma função sacralizadora do status quo, se tornando em ideologia de uma ordem que se estabeleceu do poder transformando a realidade em sacralidade. Nesse sentido a religião desempenha uma função simbólica de conferir à ordem social um caráter transcendente e inquestionável [...]” (FAUSTINO, 2003, p. 180).

Faustino acrescenta: “para que a religião fomente seu ideal de controle, precisa, por um lado, de seres humanos, depositários e consumidores do conjunto de idéias e dados do campo religioso simbólico sagrado construído, nos quais serão introjetados e efetivados os preceitos e dados estabelecidos. E por outro lado, precisa dos agentes socialmente mandatados e habilitados, que

manejam o corpo de conhecimentos, normas e rituais teoricamente explicitados e sistematizados” (FAUSTINO, 2003, pp. 104-106).

Em nossa leitura de *A terceira margem do rio*, a personagem “Nossa mãe” faz a sua decisão por uma expressão religiosa em torno da norma e do estabelecido dos símbolos religiosos das margens. Sua permanência rigorosa e defensora do arsenal simbólico das margens expressa diretamente seus interesses em consagrá-los, como elementos fundamentais da existência tornando aquela realidade suficiente em si, tornando-a assim em realidade final. Ora, procedendo dessa forma, “Nossa mãe” absolutiza o relativo, consolida o que é passageiro e, portanto, perdura a realidade uma vez que a enxerga inerentemente como completa e terminada. Essa compreensão de totalidade dos objetos e da realidade inibe e desfavorece a imaginação e, portanto, dá à realidade e aos seus ingredientes formalizados a noção de ultimidade, não considerando que um dos elementos inerente do sentimento religioso, enquanto dimensão da afirmação da vida e da existência, é o elemento da incompletude enquanto oportunidade de veredas e caminhos a serem sonhados e buscados. “Nossa mãe”, em sua expressão religiosa, deixa de apreender o mundo da realidade como mundo conflituoso e desafiador realizando dessa forma uma compreensão e interpretação do real, por meio de seu discurso e postura privilegiando os tipos ideais da religião, em nosso caso, o padre, como mundo já construído e definido. Atentando para a afirmativa de Feuerbach de que “A religião é o sonho da mente humana...” (FEUERBACH, 1998,p.56), nos damos conta de que o ser humano é um ser em conflito permanente com aquilo que já lhe é dado e aquilo que pode ser instaurado. Por isso, a experiência da criatividade é sempre possível como realidade intrínseca já que o ser humano é constituído de um ainda não em aberto. Ser marcado por uma existência livre capaz de projetar e criar imagens que não correspondem aos fatos do mundo exterior, pois não está sujeito às imagens e fatos já postos. Não se limita a reduplicar e sancionar; pode, por meio de sua imaginação, articular e projetar o que existe reprimido e latente em sua própria natureza, suas potencialidades não realizadas em sua experiência histórica. Por meio de sua linguagem o

homem pode livrar-se das determinações positivistas de contemplar passivamente os objetos, deixando assim de reduzir sua imaginação a uma função alienadora por meio da ação criativa.

Alienada e desvinculada da imaginação criativa, que reage ao real e estabelece com ele uma relação dialógica de pertencimento e transcendência, a personagem “Nossa mãe” efetiva uma relação de proteção ao real deixando de vê-lo como realidade temporal que pode ser ampliada e até destituída. Nesse sentido “O homem pensa o seu real não através de um ato de conformação às suas condições” (FEUERBACH, 1988, p.47). Talvez, por esta razão, “Nossa mãe” se coloca como aquela que desentendendo a decisão do “Nosso pai”, agriolha-se no referencial simbólico religioso das margens e defende de um modo geral o funcionamento da organização social estabelecida, quando aciona os “tipos sociais” legitimados para capturar o homem da canoa bem como - e aqui estamos dentro mesmo da concepção religiosa na qual se estabelece - o tipo social religião representado pelo padre- para exconjuram a invenção de “Nosso pai” daquelas teimosas aventuras.

Impetrando sua imaginação no sentido de preservar e sancionar as forças coercitivas do real, os sistemas de crenças e comportamentos que representam os valores ideais daquela sociedade das margens, a personagem “Nossa mãe” evidencia uma face provável da religião: a do controle. Para efetivar esse controle o campo religioso cria, conforme nos diz Max Weber, os designados por ele “tipos ideais” que são recursos metodológicos, com valor exclusivamente instrumental que operarão a legitimação do poder religioso e social porque, também, procurarão dar uma áurea sagrada aos interesses políticos econômicos utilizando a religião como aparato dessa intenção. A religião constituindo esses “tipos ideais” de profissionais religiosos para investir no sistema religioso e, também, na legitimação do poder, designado por ele de tradicional, carismático e racional, inclui o mago que tem seu poder legitimado pela tradição, o sacerdote pela instituição e por doutrinas/teologia racionalmente construídas, e o profeta por suas qualidades extraordinárias - o seu carisma pessoal.

O conto tem como uma de suas personagens secundárias, a figura do sacerdote- o padre - que, como símbolo do sentimento religioso das margens, é convocado por “Nossa mãe” com a função de “esconjurar” o pressuposto mau que habita o velho da canoa. Aqui estamos diante de uma visão religiosa, vivenciada por ela, que se evidencia como religião de controle porque apresenta-se com a função de ser reguladora da verdade e, por isso, tem como atividade, no símbolo do seu tipo ideal, o padre, petrificar a experiência básica dessa religião como a palavra final sobre o que é certo e o que é errado. Na medida em que a religião de “Nossa mãe” pressupõe e define como desconcertante e desconsoante a decisão de “Nosso pai”, expressa sua experiência religiosa pessoal como potencial doutrinário que pode arbitrar e sufocar, com sua racionalidade ordenadora e enquadradora, qualquer outra experiência religiosa que não esteja prevista nas linhas doutrinárias legitimadas por seu cabedal de crenças. O fato do padre ter sido acionado para esconjurar, por um lado, demonstra, aquilo que Pierre Bourdieu qualificou de “agentes especializados” do campo religioso que são legitimados com um conhecimento acima da média, consagrados e únicos habilitados para produzir, reproduzir, gerir e distribuir os bens religiosos. Por outro lado, indica sua subserviência, sua “imaginação de leiga”, incapaz de procedimentos relacionais dessa natureza no campo religioso. O que indica que sua experiência religiosa é dependente e, portanto, submetida aos padrões convencionais estabelecidos cabendo-lhe alimentar essa distinção legitimada pela religião de controle. Com isto, fica evidente que “Nossa mãe” possui uma experiência religiosa que jamais lhe daria a oportunidade de fazer um percurso de pessoalidade. Sua experiência pessoal de encontro direto com o divino ou sagrado não lhe pertence uma vez que se limita a corroborar com o religioso institucionalizado conforme nossa leitura. Numa religião de controle o que vale é a radicalização das crenças e das doutrinas, dos ritos litúrgicos que alimentam aquela filosofia religiosa e seus símbolos dogmatizados. Portanto, não há espaço para a imaginação criativa que representaria um movimento desestruturador dos esquemas racionais já delineados. “Nossa mãe”, portanto, adota uma visão de religião de controle onde

todas as suas ações sociais estarão confinadas a lutar pelo desfazer da atitude do “Nosso pai”, posicionando-se numa visão de campo religioso dividido entre os especialistas da religião e os leigos, onde a função dela limita-se a consumir esse serviço religioso pelos profissionais da religião, em nosso estudo, o padre.

Por que adepta de uma religião conformada com o real e de controle, nossa mãe, expurga qualquer sinal de movimento que contraria a realidade e, assim, despreza o inaudito e o misterioso de sua própria trajetória. Ela confunde religião com sistemas institucionais religiosos. Não percebe que religião é constitutivo humano que nasce fundamentalmente de uma recusa, por parte da consciência, da realidade posta e tendente ao definitivo da existência; que é linguagem simbólica que interpreta e atribui sentido ao cotidiano humano, é “saudade misteriosa” de encontro e comunhão com o inominável, caminho na direção de “suprir” um vazio e uma “incompletude” que se abre como dádiva da própria experiência humana de existir, sentimento de insatisfação com o já dado, abertura infinita que leva o ser humano a mergulhar nas águas misteriosas do fascínio e da grandeza humana. Desconhece a grandeza do fenômeno religioso limitando-a ao espaço e domínio dos controles institucionais. “A religião existe, inclusive, fora das agências religiosas tradicionais, disseminada de forma subjetiva, fragmentada e fluída” (MAGALHAES, 2008, p.154). Sistemas religiosos são criações humanas de instituições reguladoras oficiais comprometidas, geralmente, com os poderes dominadores que se estabelecem, criando um corpo de especialistas que atento aos segredos do institucional-doutrinário-litúrgico, se faz herdeira e reguladora, ordenadora de sentimentos e fidelidades ortodoxas. Sistemas religiosos elegem doutrinas e dogmas; enquanto a religião elege o humano e seus sentidos para existir. Sistemas religiosos resguardam herança; religião habita a subjetividade. Na religião habita o fascínio; nos sistemas religiosos a provável inscrição da rotinização e a banalização da experiência na sua administração histórica. A religião “é o solene desvelar dos segredos ocultos do homem, a revelação dos seus pensamentos mais íntimos, a confissão pública dos seus segredos de amor” (FEUERBACH, 1988, p. 56).

O objeto da instituição religiosa é a permanência das necessidades e das funções religiosas dogmatizando suas formas de expressão e de sentido num sistema fechado de confissão e nesse sistema fechado se alimenta e se mantém.

“Nossa mãe” rejeita o gesto do “Nosso pai” porque ele se recusa a permanecer nas margens, contestando, assim, os referenciais e as instituições de controle social. Percebe-se, que no seu gesto de tentar impedir os rumos misteriosos do “Nosso pai”, “Nossa mãe” não somente aciona o poder religioso, mas a todos os tipos sociais de controle daquela sociedade das margens o que indica que, ela tem a sustentabilidade do poder religioso em voga, bem como dos demais poderes estabelecidos contribuindo para resguardar a ordem da qual é representante.

Aqui fazemos duas observações. Primeiro, verificamos que os poderes constituídos se atrelam em conjunto e convivem numa relação de sustentabilidade do status quo. O que vem atestar a confluência das forças dos poderes instituídos para a perpetuação do domínio. E nessa perpetuação, a religião pode ser uma peça fundamental da engrenagem. Segundo, “Nossa mãe”, representa o ser humano dependente totalmente das estruturas sociais de comando e de controle, não sendo, por isso, capaz de dar o salto preponderante em direção à presença do “*Numen*”, uma vez que está possuída e comprometida pelos poderes institucionais que a tornam dependente e cativa às normas do institucionalizado deixando escapar a experiência religiosa que envolve a liberdade e o mistério.

Portanto, em Guimarães Rosa, vimos que a religião assume um lugar transversal. Em sua trajetória literária poética define que a existência ecoa para além da lógica, confrontando-se com aspectos que ultrapassam o usual tendo em vista as demandas do ser humano e da vida. A religião em suas diversas expressões pode contribuir para o navegar livre como pode ser utilizada para a confirmação das estruturas fixas. Como expressão de liberdade ela acentua a experiência dialógica na busca do indizível e do misterioso; enquanto instrumento de controle ela confirma o institucionalizado; e na condição de

sustentação das dogmáticas ela se apresenta como elemento resistente à abertura ao do além.

Assim, a religião pode afracar ou pode suspender o desafio de viver.

CONCLUSÃO

No decorrer da nossa específica leitura embarcamos e navegamos na companhia de outros tantos leitores e críticos do conto *A terceira margem do rio* de Guimarães Rosa in: *Primeiras estórias* de João Guimarães Rosa.

O percurso feito nesse rio/texto rosiano, entre margens e pra além destas nos permitiu adentrar na complexa trama de relações humanas e sociais na representação das personagens: “Nossa mãe”, filho e “Nosso pai”.

Constatamos que a escuta dessas águas viabiliza o diálogo com existência em seus diversos apontamentos, pois nenhuma imagem poderia ser mais impressionante e sintetizadora dos mistérios e segredos, que a de um homem suspenso na correnteza de um rio existindo uma terceira margem.

Na fluíção das águas e no caminhar das margens insistimos um percurso na tentativa de apreender na poética rosiana a tecitura da existência representada nas personagens “Nossa Mãe”, o filho e “Nosso pai” a partir da voz narrativa do filho.

“Nossa mãe” fez sua escolha, “terminou indo também, de uma vez, residir com minha irmã” (ROSA, 1976, p. 30). Ela foge tentando escapar de sua própria transcendência. Sua atitude constitui-se, fundamentalmente, em negar o nada da consciência e instituir uma essência na existência. Essa condição também configura transcendência na imanência, vez que, também exerceu sua oportunidade de escolha ao preferir os valores tradicionais herdados da sociedade patriarcal. Desse modo compartilha da semelhante opção do filho, pois, sua fuga constitui um mascaramento do Ser e da angústia. Portanto, assume uma atitude de má-fé.

A má-fé verificada no “filho” se expressa na sua tentativa de transferir para os outros sua própria responsabilidade. Diante de sua agonizante decisão de ousar, opta acomodar-se nos rasos das margens confirmando uma existência contemplativa em face da liberdade. Ao escolher fazer sua existência submissa

aos valores e determinações das margens, opta por uma vida inautêntica, fixa seus atos numa determinada realidade que o sustenta e o direciona, mantendo-o aprisionado aos seus preceitos essenciais. Portanto, decidiu fazer sua liberdade de existência nessa relação de dependência e permanência às margens. Dependente, suas decisões ficam relegadas a decisões exteriores a si “que pequem em mim, e me depositem...” (ROSA, 1976, p.32), com essa atitude lega a outros o direito que lhe é próprio - a decisão. Portanto, foge, ao fugir de si mesmo ele mente, ou seja, mente para si mesmo. Falta-lhe sua própria verdade, enquanto ação, pois o ato de má-fé constitui sua decisão.

“Nosso pai” que, rejeitando e transgredindo os universos definidos pela racionalidade positiva e terminal, aventura-se ao despojamento mágico e simbólico sinalizando seu invento existencial numa canoa metafórica e poética. Nas águas silenciosas e misteriosas de um rio funda seu percurso nos labirintos de exceção pra além das margens, um outro lugar - o nada de ser -, para além daquilo que já lhe é determinado, rompe com o já inscrito rumo ao novo - o desconhecido - porta de entrada para os recônditos mais profundos do Ser.

Tendo acompanhado e analisado as decisões poéticas da existência, cotejando a filosofia sartreana, representadas nas personagens acima descritas, continuaremos o cursar pelo entre rio e margens na tentativa de acompanhar a canoa rosiana para além das margens instaurando um possível olhar sobre o desconhecido.

O desconhecido, o misterioso em Guimarães Rosa toma a forma na religião: como liberdade e mistério; como narrativa das margens; e como controle confrontando-se com aspectos que ultrapassam o usual tendo em vista as demandas do ser humano e da vida.

Concluimos, nesse navegar pelo rio/texto rosiano, que a religião dentre outras esteiras possíveis de resignificar a vida em suas diversas expressões, pode contribuir para o navegar livre, como pode ser utilizada para a confirmação das estruturas fixas. Como expressão de liberdade, ela acentua a experiência dialógica na busca do indizível e do misterioso; como narrativa, tenta administrar o sagrado por meio de normas e preceitos canonizados pela linguagem

reguladora do sistema religioso; enquanto instrumento de controle, ela confirma o institucionalizado, o dogmatismo, impossibilitando a abertura ao novo, - o desconhecido.

A partir da natureza plurissignificativa do texto literário e sua capacidade de refletir e refratar a realidade social humana, esse navegar nas águas metafóricas e poéticas desse rio/texto incitou-nos algumas questões. Caberia pensar *A terceira margem do rio* como lugar utópico/possibilidade sempre aberta de realização da esperança de construir uma sociedade mais humana que contemple cada humano em sua subjetividade? Será *A terceira margem do rio* a constatação rosiana de que o fluxo da vida passa por uma espiritualidade livre e libertadora, sem as regras e normatizações das agendas históricas da religião? Será *A terceira margem do rio* a representação da vida e dos seus limites que fragmentam o ser humano permitindo que nele tudo é e não é ao mesmo tempo provocando, dessa forma, um olhar e estilos transgressores? Pode ela produzir modificações de realidades novas que possibilitem resignificar a existência com o enxerto de novos sentidos? Tais questões colocam em movimentos as paragens fixas, pois não existe um ponto de chegada, a cada novo construindo haverá sempre novos desafios e novos mistérios a serem desvendados. A partir do que, constatamos que a escuta dessas águas viabiliza o diálogo com a existência em seus diversos apontamentos, pois nenhuma imagem poderia ser mais impressionante e sintetizadora dos mistérios e segredos, que a de um homem suspenso na correnteza de um rio com uma terceira margem. Diante desse conto rosiano todo espaço de tempo dedicado pode se constituir em um não tempo suficiente para dar conta dessa palavra metafórica, mi(s)tica sempre suspensa.

REFERÊNCIAS

ABDALA JUNIOR, Benjamim. **De vôos e ilhas: literatura e comunitarismos**. São Paulo: Atelier, 2003.

ALVES, Rubem. **O enigma da religião**. Campinas: Papirus, 1984.

ALVES, Rubem. **A gestão do futuro**. São Paulo: Papirus, 1987.

ALVES, Rubem. **O que é religião**. São Paulo: Ed Loyola, 1999.

ALVES, Rubem. **Variações sobre a vida e a morte**. São Paulo: Ed. paulinas, 1982.

ANIKA, Lemaire. **Jacques Lacan: uma introdução**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ARANHA, Maria Lucia Arruda. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Ed moderna , 1992.

ARAUJO, Heloisa Vilhena de. **O roteiro de Deus: dois estudos sobre a obra de Guimarães Rosa**. São Paulo: Mandarim, 1996.

AZEVEDO, Ana Vicentini. **A partir de a terceira margem do rio: algumas considerações sobre transmissão em psicanálise**. Revista *Ágora*, v.IV n. 2, Brasília: UnB, 2001.

BACHELARD, Gastón. **A água e os sonhos**. São Paulo: Martins fontes, 1989.

BACHELARD, Gastón. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BACHELARD, Gastón. **O direito de sonhar**. São Paulo: Difel, 1986.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica: Arte e política**. São Paulo: Ed brasiliense, 1993.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**, São Paulo: Perspectiva, 1982.

BUHLER, Andréia de Moraes Costa. **As margens do devaneio: uma análise do conto a terceira margem do rio João Guimarães Rosa**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

CANDIDO, Antonio. **O homem dos avessos**, In: *Tese e antítese: Ensaio*. p. 121-140, São Paulo: 1964.

CARNEIRO, Davi Pessoa. **Veredas da Tradução: A tradução como percurso** em “A Terceira Margem do Rio” de Guimarães Rosa. Santa Catarina: UFSC, 2003.

CARVALHAES, Claudio- **Teologia e literatura- João Guimarães Rosa-a terceira margem do rio.** in: Teologia e Literatura, cadernos de Pós graduação, ciências da religião, n 9, São Paulo: UMESP, 1997.

CHAVES, Terezinha Gema Lins Brandão. **De canoa ou jangada: Guimarães Rosa e José Saramago na terceira margem do rio.** (revista crioula), n. 4, São Paulo: USP, 2008.

COVIZZI, Lenira Marques. **O insólito em Guimarães Rosa e Borges.** São Paulo: Ática, 1978.

DALLE, Rudolf. **Humanismos e anti humanismo:** Introdução à antropologia filosófica, Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano.** A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

FARIA, Maria Lucia Guimarães. **Travessia para a solidão: a terceira margem do rio.** IV congresso internacional da ABRALIC, São Paulo: USP, 2008.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência da religião.** Campinas: Ed. Papyrus, 1989.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo.** Campinas: Ed. Papyrus, 1988.

KOPPE, Silvana de Souza. **As três margens do rio: silêncio, linguagem e encantamento.**
<http://www.ufes.br/~mlb/multiteorias/pdf/SilvanadeSouzaKoppeAsTresMiragensDoRio.pdf>.

KOVALSKI, Josoel. **Motivos míticos e daemonização em Guimarães Rosa,**
WWW.ieps-org-br/josoel.pdf

LORENZ, Gunther W. **Diálogo com João Guimarães Rosa.** In: Diálogo com a América Latina (tradução de Rosemary Costhek Abílio).p. 315-355. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1973.

MAGALHAES, Antonio. **Deus no espelho das palavras.** São Paulo: Paulinas, 2000.

MAGALHAES, Antonio. **Expressões do sagrado.** São Paulo: Ed. Santuário, 2008.

MAGALHAES, Antonio. **Representações do bem e do mal em perspectiva teológico-literária**: Reflexões a partir de diálogo com Grande Sertão: Veredas de João Guimarães Rosa. In: Estudos de Religião 24, São Paulo, UMESP, 2003.

MOREIRA, Joselito Adriano. **O homem existencialista em Sartre**. In: ensaios: nosso modo de pensar. Mariana: Dom Viçoso, 2003.

OTTO, Rudolf. O sagrado: um estudo do elemento não racional na idéia do divino e a sua relação com o racional. São Bernado do Campo, Imprensa metodista, 1985.

PAPETTE, Lorenzo. **A canoa e o rio da palavra**

WWW.lai.fu-berlin.de/.../Lorenzo_Papette_A_canoa_e_o_rio_da_palavra.pdf

PONCHIROLLI, Flavio Alexandre. **A Estilística da adaptação e inadaptção, uma análise da terceira margem do rio**, São Paulo: USP, 2006.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**, Rio de Janeiro: livraria Jose Olimpio editora, 1976.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**, Ed Nova fronteira, 2001.

ROSA, João Guimarães. **Sagarana**. São Paulo: Record, 1995. _

ROSA, João Guimarães. **Ficção completa**, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994.

ROSA, Daniela dos Santos. **O problema da literatura brasileira no conto “A terceira margem do rio”, de Guimarães Rosa**, XI congresso Internacional da ABRALIC, São Paulo: USP, 2008.

SANTOS, Iolanda Cristina. **Memória e contemplação em a terceira margem do rio** www.lettras.ufjf.br/.../IOLANDA%20CRISTINA%20DOS%20SANTOS%20-%20MEM%20D3RIA%20E%20CONTEMPLA%C7%C3O%20EM%

SARTRE, Jean Paul. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: abril cultural, (coleção: Os pensadores), 1978.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SENDRA, Arlete Parrilha. **Foi culpa do silêncio**. PUC/Belo Horizonte: Veredas de Rosa, 2000.

SILVESTRE, Adélia. **As terceiras margens - outros espaços na obra de João Guimarães Rosa**

http://www.lai.fu-berlin.de/disziplinen/brasilianistik/veranstaltungen/symposium_jgrosa/essaywettbewerb/Isabel_von_Holt_As_terceiras_margens.pdf

SILVA, Clademilson Fernandes Paulino da. **Religião e Sertão: A Vida, a Palavra e o Sagrado como Veredas de leitura teológico literária para A obra de João Guimarães Rosa.** São Bernardo do Campo: Umesp, 2009.

SILVA, Eli Brandão da. **O símbolo na metáfora: fronteira entre o literário e o teológico.** In: SILVA, Antonio de Pádua Dias da (org.) Literatura e Estudos Culturais. João Pessoa: Editora Universitária. UFPB, 2004.

SILVA, Franklin Leopoldo. **Ética e literatura em Sartre: Ensaio Introdutório.** São Bernardo do Campo: UNESP, 2003.

SILVESTRE, Adélia. **A terceira margem do rio: espaço de um aprender(se).** Porto: In: Letras&Letras, 1989.

SPERBER, Suzi F. **Caos e Cosmos.** Leitura em Guimarães Rosa. São Paulo: Duas cidades, 1976.

STRIEDER, Inácio. **Os fundamentos do homem.** Recife: Ed Unicap, 1984.

TEIXEIRA, Faustino. **Sociologia da religião: enfoques teóricos.** Petrópolis: Ed Vozes, 2003.

TELES, Antonio Xavier. **Introdução ao estudo da filosofia.** São Paulo: Atica, 1991.

TILLICH, Paul. Teologia sistemática. São Paulo: editora Sinodal/Edições Paulinas, 1984.

VIERTLER, Renate Brigitte. **Ecologia cultural: uma antropologia da mudança.** São Paulo: Ed. Ática, 1988.